

Convergência

Outubro, Novembro e Dezembro • 2025 • ANO LX • N. 551



CRB NACIONAL

Conferência dos Religiosos do Brasil

Convergência ISSN 0010-8162

Diretora: Irmã Eliane Cordeiro de Souza, mc
Editor: Frei Vanildo Luiz Zugno, ofmcap
Redatora: Ir. Maria Neusa dos Santos,imc - MTB - 40099/SP

Conselho Editorial: Ir. Maria Neusa dos Santos, ciic
Fr. Oton da Silva Araújo Júnior, ofm
Ir. Edgar Nicodem, fsc
Ir. Silvânia Aparecida Coelho, sis
Ir. Zirlaide Barreto Mendonça, cp

Projeto Gráfico e Diagramação: Sirlete Regina da Silva
Revisão: Ir. Zirlaide Barreto Mendonça, cp
Impressão: Editora FTD - Sede São Paulo
Ilustração da Capa: Ir. Luiz Carlos Lima, FMS

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
SDS, Bloco H, n. 26, sala 507 – Ed. Venâncio II
70393-900 – Brasília - DF
Tel.: (61) 3226-5540
E-mail: publicacoes@cbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br
Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Sumário



CRB NACIONAL
Conferência dos Religiosos do Brasil

EDITORIAL	5
ARTIGOS.....	9
Vida Consagrada, sentinela da esperança na Igreja Sinodal Missionária <i>Ir. Simona Bambrilla, MC</i>	9
Caminhar juntos e juntas na esperança <i>Sônia Gomes de Oliveira</i>	33
Vida Religiosa Consagrada como sentinela de esperança em tempos de travessia: um enfoque teológico <i>Cesar Kuzma</i>	39
Somos todos peregrinos! Aportes bíblico-teológicos <i>Pe. Vinícius Augusto Teixeira</i>	47
Caminhos de esperança, Oração, fraternidade e ressignificação <i>Ir. Giulliane Macêdo</i> <i>Pe. Judinei Vanzeto</i>	61
Estratégias de mulheres viúvas para efetivação do direito e da justiça a seu favor, a partir de Rute e Noemi <i>Ir. Maria do Socorro Soares</i>	81
<i>Safeguarding</i> : ressonâncias e propostas a partir do Workshop com Pe. Hans Zollner, SJ <i>Equipe do Núcleo Lux Mundi</i>	107
II Encontro Nacional “bem-viver para bem envelhecer São Gonçalo, RJ – 11 a 18 de maio de 2025.....	117
Orientações para os/as colaboradores/as	121





De 8 a 11 de julho, no Colégio Marista de Brasília, a Conferência dos Religiosos do Brasil celebrou a sua 27ª Assembleia Geral Eletiva. Um tempo para encontros, memórias, celebração, reflexão e compromissos.

Com a presença de Irmã Simone Bambrilla, Prefeita do Dicastério para os Institutos de Vida Religiosa Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, os/as superiores/as e representantes das Regionais, Congregações, Ordens e Institutos que fazem parte da grande comunidade CRB Nacional, orientados pelo lema “Vida Religiosa Consagrada: sentinela de esperança em tempos de travessia”, delinearam o caminho e os passos que, juntos e juntas, queremos dar nos próximos três anos.

Para que a caminhada seja segura, foi importante compreender a realidade na qual vivemos. Com a ajuda dos/as assessores/as e da Equipe Interdisciplinar, os participantes constataram que o cenário atual, pós-pandêmico, é marcado por transformações globais e aceleradas. Notam-se conflitos armados; ascendência de políticas

antidemocráticas; precipitação de eventos climáticos extremos, que destroem a criação e impactam sobretudo a vida dos mais pobres; sistemas econômicos predatórios e excludentes; migrações e deslocamentos humanos forçados e desordenados; crescimento da violência nos diversos ambientes; ataques constantes aos povos originários e povos tradicionais; crescimento do tradicionalismo e do fundamentalismo religioso e político; individualismo, segregação de gênero, feminicídio, racismo e vários tipos de abuso.

Na VRC, percebe-se a inconstância vocacional; o crescimento das vocações em idade adulta, o envelhecimento; o adoecimento físico e mental; os transtornos psicoafetivos e a diminuição numérica.

Simultaneamente, há sinais de esperança, como a COP 30 no Brasil, o avanço da inteligência artificial com suas potencialidades, desafios e ambiguidades; o legado do Papa Francisco, o pontificado do Papa Leão e seu empenho pela paz; a chamada eclesial à sinodalidade do Povo de Deus, o reavivar a esperança jubilar; a

sensibilidade para o profetismo da fé e para a solidariedade, o compromisso com a dignidade humana, a saúde integral e o cuidado com a Casa Comum.

Diante dessa realidade, para sermos sentinelas de esperança em tempos de travessia, a Assembleia assumiu três eixos de ação: a) O seguimento de Jesus Cristo; b) a sinodalidade e c) a missão comum. Para cada um destes eixos, foram desenhadas prioridades que serão desenvolvidas no âmbito nacional e nas regionais da Conferência.

Nesta edição da Revista Convergência – a primeira do triênio e a última de 2025 – queremos iniciar trazendo um eco das reflexões da Assembleia. A primeira, de Irmã Simona Bambrilla. A partir de sua experiência como religiosa missionária e da atuação no Dicastério para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, Irmã Simona nos convida a refletir sobre o tema da Assembleia – Sentinela de Esperança em tempos de travessia – no contexto de uma Igreja Sinodal Missionária.

Na sequência temos as reflexões de Sônia Gomes de Oliveira e César Kuzma, assessores da Assembleia. Desde a perspectiva de cristãs leigas e leigos profundamente comprometidos em proces-

sos eclesiais sinodais, seus textos nos ajudam a aprofundar o específico da Vida Religiosa Consagrada na Igreja e na missão.

Pe. Vinícius Augusto Teixeira, que na edição passada nos brindou com uma reflexão antropológica sobre o peregrinar, apresenta agora uma abordagem bíblico-teológica que nos convida a espelhar-nos no jeito de ser de Deus e buscar nEle a meta do caminhar.

Oração, fraternidade e ressignificação é o tema que, a quatro mãos, foi desenvolvido por Pe. Judinei Vanzetto e Irmã Giulliane Macêdo, ele Palotino e ela das Irmãs de Notre Dame, tratam com delicadeza e profundidade situações do cotidiano de nossas comunidades – oração, vida fraterna, descanso, amizade, lazer - que podem fazer a diferença na missão e no peregrinar.

Como último texto de reflexão, a irmã teresiana Maria do Socorro Soares, traz para visitar nossas casas duas mulheres do Antigo Testamento - Rute e Noemi – que, em um contexto extremamente desafiador, construíram estratégias para recuperar para elas e seu povo a esperança na promessa de Deus.

Para finalizar esta edição, trazemos dois documentos. O primeiro, são as ressonâncias e pro-

postas do encontro sobre a *salvaguarda* nas relações comunitárias e missões. Assessorado por Pe. Hans Zollner, SJ, o encontro teve como objetivo subsidiar a VRC na construção de *ambientes seguros, processos seguros e relações seguras*. A atividade aconteceu em São Paulo nos dias 26 e 27 de junho.

O segundo documento é a Carta Final do II Encontro “Bem Viver para Bem Envelhecer” realizado em São Gonçalo, RJ, de 11 a 18 de maio de 2025.

A cada irmão e a cada irmã, desejamos boas leituras e uma frutuosa partilha comunitária para que possamos, como VRC, continuar sentinelas da esperança nestes tempos de travessia.

Frei Vanildo Luiz Zugno
OFM Cap.



VIDA CONSAGRADA, SENTINELA DA ESPERANÇA NA IGREJA SINODAL MISSIONÁRIA

Ir. Simona Bambrilla, MC¹

Introdução

Para começar, proporei um breve *excursus* sobre o atual processo sinodal em curso, para nos situarmos no tema. Em seguida, à luz desse processo e do *Documento Final*, aprovado em 26 de outubro de 2024, na conclusão da segunda sessão da Assembleia, deter-me-ei em alguns caminhos de conversão sinodal e missionária que nos desafiam como consagrados e consagradas tanto singularmente quanto como comunidades, como Institutos e como pessoas em serviço de autoridade, para que a vida consagrada seja sentinela de esperança no nosso “hoje”.

O processo sinodal em andamento

O Sínodo é um caminho de discernimento espiritual, de discernimento eclesial, que é feito em adoração, oração, em contato com a Palavra de Deus...

A Palavra nos abre para o discernimento e o ilumina.

Ela guia o Sínodo para que não seja uma “convenção” eclesial,

uma conferência de estudos ou um congresso político,

para que não seja um parlamento,

mas um evento de graça,

um processo de cura conduzido pelo Espírito.

(Papa Francisco, 10.10.2021)

¹ Irmã Missionária da Consolata. Prefeita do Dicastério para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica

O tempo que estamos vivendo é iluminado pelo processo sinodal.

O Sínodo sobre Sinodalidade – *Por uma Igreja Sinodal. Comunhão, participação, missão* – foi aberto em outubro de 2021 e ainda não foi concluído. Em que ponto estamos? Após a longa fase preparatória, que viu uma ampla consulta ao Povo de Deus, seguiu-se a fase da celebração da Assembleia Sinodal, realizada em duas sessões, com um ano de intervalo, intercaladas com uma segunda consulta ao Povo de Deus, com base no Relatório de Síntese aprovado no final da primeira sessão (outubro de 2023) e devolvido a toda a Igreja.

O processo sinodal está agora em outra fase, a fase de implementação, na qual os dons da graça concedidos pelo Espírito ao Povo de Deus, coletados e amadurecidos na Assembleia Sinodal, são devolvidos ao Povo de Deus, por meio de uma “inculturação” apropriada dos princípios e orientações que surgiram³.

No caso do presente Sínodo, o Santo Padre decidiu publicar imediatamente o *Documento Final*, aprovado pela Assembleia por maioria qualificada e ratifica-

do por ele mesmo⁴. O *Documento Final* torna-se, assim, parte do Magistério Ordinário do Pontífice, de acordo com a *Constituição Apostólica Episcopalis Communio*, que prevê essa possibilidade⁵. Em 15 de março de 2025, a

⁴ Na saudação final ao término da Assembleia Sinodal, em outubro de 2024, o Santo Padre se expressou da seguinte forma: «Neste tempo de guerras, devemos ser testemunhas da paz, aprendendo também a dar forma real à convivência das diferenças. Por essa razão, não pretendo publicar uma ‘exortação apostólica’, o que aprovamos é suficiente. No Documento já há indicações muito concretas que podem ser um guia para a missão das Igrejas, nos diferentes continentes, nos diferentes contextos: por isso estou colocando-o à disposição de todos agora, por isso disse que deveria ser publicado. Quero, dessa forma, reconhecer o valor do caminho sinodal concluído, que, por meio deste Documento, entrego ao santo e fiel povo de Deus. Sobre alguns aspectos da vida da Igreja indicados no Documento, bem como sobre os temas confiados aos dez ‘Grupos de Estudo’, que devem trabalhar com liberdade, para me oferecer propostas, há necessidade de tempo, a fim de chegar a escolhas que envolvam toda a Igreja. Eu, portanto, continuarei a ouvir os Bispos e as Igrejas a eles confiadas. Essa não é a maneira clássica de adiar indefinidamente as decisões. É o que corresponde ao estilo sinodal com o qual o ministério petrino também deve ser exercido: ouvir, convocar, discernir, decidir e avaliar. E, nessas etapas, são necessárias pausas, silêncios e orações. É um estilo que estamos aprendendo juntos, um pouco de cada vez. O Espírito Santo nos chama e nos sustenta nesse aprendizado, que devemos entender como um processo de conversão» (Segunda Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos - 17ª Congregação Geral - Saudação final do Santo Padre Francisco, Sala Paulo VI, sábado, 26 de outubro de 2024).

⁵ Na Nota de acompanhamento do Documento Final da 16ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, emitida pelo Papa Francisco em 24 de novembro de 2024, o Santo Padre se expressa da seguinte forma: “Agora o caminho

³ Cfr. Francisco, *Constituição Apostólica “Episcopalis Communio” sobre o Sínodo dos Bispos*, Roma 15 de setembro de 2018, n. 7.

Secretaria Geral do Sínodo enviou a todos os Bispos e Eparcas e, por meio deles, a todo “o Santo Povo de Deus” a eles confiado, uma **Carta sobre o processo de acompanhamento da fase de implementação do Sínodo**.

Esse processo de acompanhamento e avaliação da fase de implementação, que é coordenado pela Secretaria Geral do Sínodo, foi aprovado pelo Papa Francisco. O Santo Padre solicitou sua divulgação às Igrejas locais e aos agrupamentos de Igrejas.

O percurso que vai realizar-se para a avaliação do caminho de implementação, será concluí-

continua nas Igrejas locais e em seus agrupamentos, valorizando o Documento Final que foi votado e aprovado pela Assembleia em todas as suas partes em 26 de outubro passado. Eu também o aprovei e, assinando-o, ordenei a sua publicação, juntando-me ao ‘nós’ da Assembleia que, por meio do Documento Final, se dirige ao santo e fiel Povo de Deus. Reconhecendo o valor do caminho sinodal concluído, entrego agora a toda a Igreja as indicações contidas no Documento Final, como restituição do que amadureceu ao longo desses anos, por meio da escuta e do discernimento, e como orientação autorizada para sua vida e missão. O Documento Final faz parte do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro (cf. EC 18 § 1; CIC 892) e, como tal, peço que seja aceito. Ele representa uma forma de exercício do magistério autêntico do Bispo de Roma que tem algumas características novas, mas que de fato corresponde ao que tive a oportunidade de especificar em 17 de outubro de 2015, quando afirmei que a sinodalidade é a estrutura interpretativa adequada para entender o ministério hierárquico”. Disponível em <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/11/25/0934/01866.html>

do em 2028 com uma Assembleia Eclesial em Roma⁶.

Estamos, portanto, vivendo essa fase de acolhida e implementação. O Espírito, com gentileza e força, exorta a Igreja e a Vida Consagrada, que “está no coração da Igreja como elemento decisivo para a sua missão”⁷, a aprender a caminhar juntos. Mas que tipo de caminhada é essa?

Um chamado à conversão

A sinodalidade é essencialmente um caminho de conversão pessoal, comunitária, relacional, institucional, eclesial e missionária. A “conversão” à qual o Espírito Santo está nos chamando é o fio de ouro que percorre o *Documento Final* do Sínodo: conversão das relações, processos e laços, para que a Igreja se torne cada vez mais um povo de discípulos missionários⁸.

O Documento Final afirma que

A vida consagrada é chamada a interpelar a Igreja e a sociedade com a sua voz profética. Na sua experiência secular, as famílias religiosas amadureceram práticas experimentadas de vida sino-

⁶ Cfr. <https://www.synod.va/it/news/accompagnare-la-fase-attuativa-del-sinodo.html>

⁷ João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Vita consecrata*, Roma, 1996, n. 3.

⁸ Veja-se a articulação dos títulos e subtítulos das cinco partes do Documento Final.

dal e de discernimento comunitário, aprendendo a harmonizar os dons individuais e a missão comum. Ordens e Congregações, Sociedades de Vida Apostólica, Institutos Seculares, bem como Associações, Movimentos e Novas Comunidades têm um contributo especial a dar para o crescimento da sinodalidade na Igreja. Hoje, muitas comunidades de vida consagrada são um laboratório de interculturalidade que constitui uma profecia para a Igreja e para o mundo⁹.

Podemos nos perguntar: de que conversão a Vida Consagrada precisa para interpelar a Igreja e a sociedade com sua voz profética, para oferecer sua contribuição especial ao crescimento da sinodalidade na Igreja, para ser uma sentinela da esperança? De que conversão o serviço de autoridade precisa para acompanhar e promover esse dinamismo na Vida Consagrada?

A conversão do coração

Para que uma autêntica sinodalidade missionária ganhe cada vez mais corpo na Vida Consagrada e na Igreja, é necessário que

seja permitido ao Espírito transfigurar o centro propulsor de todo movimento de transformação: **o coração da pessoa**, de cada um de nós. O *Documento Final* enfatiza que “Uma espiritualidade sinodal nasce da ação do Espírito Santo e requer a escuta da Palavra de Deus, a contemplação, o silêncio e a conversão do coração” (DF, 43). “A conversão dos sentimentos, imagens e pensamentos que habitam os nossos corações prossegue juntamente com a conversão da ação pastoral e missionária” (DF, 11). “A conversão sinodal convida, deste modo, cada pessoa a alargar o espaço do seu coração, o primeiro ‘lugar’ onde ressoam todas as nossas relações, enraizadas na relação pessoal de cada um com Cristo Jesus e com a sua Igreja. É esta a fonte e a condição para qualquer reforma em chave sinodal dos laços de pertença e dos lugares eclesiais.” (DF, 110). O cuidado com a formação inicial e permanente representa, portanto, um compromisso fundamental para nós, consagrados e consagradas.

Formar-se e formar

O desafio de uma formação, tanto inicial quanto permanente, que atinja o coração, que toque, mova e converta as camadas mais profundas da pessoa para o Evangelho, ainda permanece muito

⁹XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS - “Rumo a uma Igreja Sinodal: Comunhão, Participação, Missão”, Segunda Sessão, Documento Final, Roma, 26 de outubro de 2024, n. 65 (doravante abreviado como: DF).

atual. Durante todo o processo sinodal, o apelo para que a atenção à formação seja integral, contínua e compartilhada surgiu com força de todas as partes do mundo.

O seu objetivo não é apenas a aquisição de conhecimentos teóricos, mas a promoção de capacidade de abertura e encontro, de partilha e colaboração, de reflexão e discernimento em comum, de leitura teológica das experiências concretas. Deve, portanto, interpelar todas as dimensões da pessoa (intelectual, afectiva, relacional e espiritual) e incluir experiências concretas devidamente acompanhadas. Igualmente marcante foi a insistência na necessidade de uma formação em que participem juntos homens e mulheres, Leigos, Consagrados, Ministros ordenados e candidatos ao ministério ordenado, permitindo assim crescer no conhecimento e estima recíproca e na capacidade de colaborar. Isto requer a presença de formadores idóneos e competentes, capazes de confirmar com a vida o que transmitem com a palavra: só assim a formação será verdadeiramente generativa e transformadora. Também não foi esquecido o contributo que as disciplinas pedagógicas podem dar à predisposição de percursos formativos bem direccionados, atentos aos processos de aprendizagem na idade adulta e ao acompanhamento das pessoas e das comunidades. Devemos, pois, investir na formação de formadores (DF, 143).

Durante o colóquio do Papa Francisco com os Superiores Gerais na conclusão da 82^a Assembleia Geral da USG (União dos Superiores Gerais), em novembro de 2013, o Santo Padre falou sobre o tema da formação, reiterando os pilares fundamentais: espiritual, intelectual, comunitário e apostólico, bem como a necessidade de que eles interajam desde o início do processo de formação. Nesse sentido, enfatizou a importância de se ter

formadores capazes de acompanhar verdadeiramente as pessoas”. “O diálogo, continua o Santo Padre, deve ser sério, sem medo e sincero. [...] A formação é uma obra de arte, não um trabalho de polícia. Devemos formar o coração. Caso contrário, formamos pequenos monstros. E então esses monstros formam o povo de Deus. Isso realmente me causa arrepios. [...] O formador deve pensar que a pessoa em formação será chamada para cuidar do povo de Deus. Se deve sempre pensar no povo de Deus, dentro dele. Pensemos naqueles religiosos cujo coração é azedo como vinagre: eles não foram feitos para o povo. Em resumo, não devemos formar administradores, chefes, mas pais, irmãos, companheiros de viagem¹⁰.

¹⁰ SPADARO, A. “Svegliate il mondo!”. Colloquio di Papa Francesco coi Superiori generali». In: *La Civiltà Cattolica*, 2014, I (4 de janeiro de 2014), p. 11.

De acordo com a Exortação Apostólica *Vita Consecrata*,

Deus Pai, pelo dom contínuo de Cristo e do Espírito, é o formador por excelência de quem a Ele se consagra. Mas nesta obra, Ele serve-Se da mediação humana, colocando ao lado dos que chama alguns irmãos e irmãs mais velhos. A formação é, portanto, participação na acção do Pai que, através do Espírito, plasma no coração dos jovens e das jovens os sentimentos do Filho. Assim, os formadores e formadoras devem ser especialistas no caminho da procura de Deus, para serem capazes de acompanhar também outros neste itinerário¹¹.

Um dos desafios em aberto da vida consagrada, assinalado pelo Documento da CIVCSVA *Para vinho novo, odres novos*, é justamente o de uma formação que atinja o coração da pessoa:

Parece que, apesar de todos os esforços e do empenho posto na formação, ela não atinge o coração da pessoa e não a transforma verdadeiramente. A impressão que se tem é que a formação é mais informativa do que performativa. O resultado é a persistência da fragilidade das pessoas tanto em suas convicções existenciais quanto em sua caminhada de fé. Isso leva a uma

resiliência psicológica e espiritual mínima, com a conseqüente incapacidade de viver a própria missão com generosidade e de maneira corajosa no que diz respeito ao diálogo com a cultura e à inserção social e eclesial¹².

Mas o que significa formar o coração? Como tocá-lo, como alcançá-lo? Como os sentimentos do Filho são moldados nele?

Discernimento

Se a formação é um caminho de transformação da pessoa toda, até das instâncias mais profundas do coração, então é necessário que a pessoa aprenda a discernir o que habita em seu coração, a reconhecer e cultivar toda energia que a leva a Cristo e a distinguir e se distanciar de toda energia que a afasta de Cristo, do Amor. O processo de discernimento espiritual, portanto, leva a pessoa da fragmentação e dispersão para uma unificação interior cada vez maior, para uma união e ordenação de suas energias em direção a Deus. O discernimento aponta para o concreto, para a vida, de modo que a pessoa cresce em coerência entre o que proclama como ideal e o que vive na vida cotidiana.

¹¹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Vita Consecrata*, Roma, 25 de março de 1996, n. 66. (De agora em diante abreviado em: VC).

¹² CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *Para vinho novo, odres novos. Orientações*, Vaticano, 6 de janeiro de 2017, n. 12.

A primeira área de discernimento é, portanto

a vida pessoal e consiste em integrar a própria história e a própria realidade na vida espiritual [...] Discernir evangelicamente a própria vida significa cultivar quotidianamente um estilo espiritual profundo, de modo a acolhê-la e interpretá-la com plena responsabilidade e crescente confiança em Deus, cada dia orientando o coração para Ele [...] apenas com as próprias forças humanas. Ao contrário, esse consiste primariamente em acolher o dom da graça divina, que nos torna capazes de nos superarmos a nós mesmos, de ir além das próprias necessidades e dos condicionamentos externos, para se viver na liberdade dos filhos de Deus. É um “ver no interior” e uma visão espiritual do todo, que preside ao conjunto da vida e do ministério, e através da qual se aprende a agir com prudência e a medir as consequências das próprias ações, independentemente de algumas circunstâncias que tornam difícil um juízo límpido sobre as coisas¹³.

Essa caminhada rumo à autenticidade requer cuidado interior, oração, capacidade de confronto honesto e sério e abertura para a

Graça também por meio da partilha sincera do que se move no coração, dentro do espaço seguro e sagrado de um relacionamento de acompanhamento espiritual. Nesse processo, a pessoa “será capaz de decifrar e compreender seus próprios movimentos, dons, necessidades e fragilidades, de modo a “libertar-se de todos os afetos desordenados e, depois de eliminá-los, buscar e encontrar a vontade de Deus na organização de sua vida para salvar a alma”¹⁴ (RFIS, n. 43).

O acompanhamento pessoal, que implica encontros regulares e frequentes (RFIS, n. 46), revela-se um meio privilegiado e indispensável para um percurso formativo que promove na pessoa a arte do discernimento para crescer na liberdade interior, na capacidade de deixar que o Espírito liberte e plasme o coração, de modo que a união com Cristo não permaneça um desejo intelectual, mas se torne sempre mais viva, ativa e palpitante nas estruturas e dinâmicas internas da pessoa, na sua carne, nos seus sentimentos, nos seus pensamentos, gestos, ações e escolhas cotidianas. O acompanhamento tem como objetivo a

¹³ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Il dono della vocazione presbiterale. Ratio fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, Roma, 8 de dezembro de 2016, n. 43. (De agora em diante abreviado em: RFIS).

¹⁴ IGNAZIO DI LOYOLA, *Exercícios Espirituais*, 1.

*docibilitas*¹⁵, ou seja, o crescimento da capacidade de aprender com a experiência, de ser livre para deixar-se transformar pelo Espírito que cura as feridas, sana, reconstrói, ilumina, liberta, abre os sentidos externos e internos para reconhecer e receber o Amor de Deus, tomar consciência daquilo que se move em si mesmo, na realidade e nos outros, tornar-se sentinelas que discernem na noite os sinais do amanhecer, e, enfim, sintonizar-se com o coração de Deus, com sua misericórdia, sua compaixão, sua ternura.

“a vida que Jesus nos dá – repete o Papa Francisco – é uma história de amor. uma história de vida que quer misturar-se com a nossa e criar raízes na terra de cada um (...). A salvação, que Deus nos dá, é um convite para fazer parte de uma história de amor, que está entrelaçada com as nossas histórias; que vive e quer nascer entre nós, para podermos dar fruto onde, como e com quem estivermos. Precisamente aí vem o Senhor plantar

¹⁵ Cfr. *Idem*, n. 45. Cfr. também CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *Para vinho novo, odres novos. Orientações*, Vaticano, 6 de janeiro de 2017, n. 35 d. O tema da *docibilitas* foi amplamente desenvolvido por Pe. Amedeo Cencini. Vide, por exemplo, CENCINI, A., *La docibilitas, conferenza dada no Incontro dos Sacerdotes junto ao Santuário da Madonna della Guardia*, Gênova, 20-21 de setembro de 2023. <https://www.chiesadigenova.it/padre-a-cencini-la-docibilitas/>

e plantar-se a si mesmo”¹⁶. A vida é entendida aqui como dom que se converte no desejo de uma restituição em vista do bem do outro. Trata-se de um processo de conversão que não pode prescindir do compreender a si mesmo em profundidade. Tal compreensão torna-se critério interpretativo de todo discernimento e de toda escolha. O momento inicial dessa autocompreensão é um verdadeiro e próprio discernimento dos afetos. Antes ainda que uma autocompreensão intelectual ou um esforço de conhecimento, que trata de escutar os próprios afetos, o próprio sentir. Sem ceder de nenhum modo em uma autocompreensão narcisista, trata-se, justamente, de não esconder de si mesmo algum sentimento, algum afeto, talvez, com a desculpa de que se possa julgá-lo mal. Tudo isso que foi removido, de fato, retorna sob outras formas e torna-se veneno, que polui a vida pessoal e comunitária. O ato de realizar o discernimento dos afetos coloca-nos na escuta do chamado de Deus, que passa através da história pessoal, comunitária, social e eclesial, com os sentimentos e os desejos que ele suscita em nós. Por isso, no momento que tal autocompreensão é reconhecida e acolhida

¹⁶ FRANCISCO, *Discurso nella Veglia con i giovani alla XXXIV Giornata Mondiale della Gioventù a Panama*, Panamá, 26 de janeiro de 2019.

como vocação, assume a grandíssima dignidade daquela verdade sobre si a qual não se pode ser outra coisa senão fiéis¹⁷.

Com muita frequência, encontramos consagrados e consagradas que receberam excelente formação acadêmica e profissional, têm uma bagagem intelectual considerável, mas permanecem quase analfabetos do ponto de vista interior, afetivo e espiritual. É muito fácil para eles “explicar” racionalmente um argumento, argumentar cientificamente um discurso, mas continua sendo extremamente difícil para eles reconhecer o que sentem profundamente, suas sensações, seus sentimentos, seus movimentos interiores. Quando lhes perguntam “O que você sente?”, geralmente respondem explicando o que pensam. O caminho que leva ao contato com as áreas mais profundas do coração é dificultado por acidentes, bloqueios, feridas que ainda estão abertas e nunca foram curadas... Esses bloqueios podem se tornar uma barreira que a pessoa sozinha não consegue superar. Obviamente, para uma pessoa presa nessa situação, um caminho de discernimen-

to e crescimento na *docibilitas* se torna impossível. Portanto, é necessário, com infinita paciência, escuta, empatia e sabedoria, aproximar-se da pessoa e tentar oferecer um ambiente relacional seguro, no qual ela possa encontrar a coragem de abrir mão de intelectualizações defensivas e abrir suas áreas mais profundas e frágeis, revisitando e dissolvendo quaisquer bloqueios, que geralmente são muito dolorosos.

Ninguém pode acompanhar outra pessoa em um caminho que ela mesma não conhece. Para acompanhar a pessoa em formação, o formador deve, por sua vez, ter completado (e continuar completando!) um percurso pessoal sério, sincero e prolongado de acompanhamento, no qual tenha sido capaz de liberar e cultivar sua *docibilitas*, visitar as áreas profundas de sua vida, permitindo que sejam iluminadas e curadas pela Graça, abrir seu coração para a busca alegre e sincera da vontade de Deus, sentida como Amor que atrai, fascina e orienta os desejos mais profundos da alma.

O fogo de brasa

A imagem bíblica que acompanhou o trabalho da Segunda Sessão da Assembleia Sinodal e que forma o pano de fundo do *Docu-*

¹⁷ CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *O dom da Fidelidade, a alegria da Perseverança. Orientações*, Vaticano, 2 de fevereiro de 2020, n. 51.

mento Final é a da “Pesca da Ressurreição” (Jo 21,1-14), habilmente proposto e ilustrado pelo Pe. Timothy Radcliffe durante o retiro inicial e em outros momentos do trabalho da Assembleia. Trata-se da terceira e última aparição de Jesus ressuscitado aos discípulos, no Lago da Galileia. A passagem está repleta de sugestões. Vou me deter aqui apenas em uma cena que é tão simples quanto intensa.

Assim que desembarcaram, viram uma fogueira com peixes e pães. Jesus lhes disse: “Tragam alguns dos peixes que vocês acabaram de pescar”. Então Simão Pedro entrou no barco e puxou para a margem a rede cheia de cento e cinquenta e três grandes peixes. E, embora fossem muitos, a rede não se rompeu. Jesus lhes disse: “Venham e comam”. E nenhum dos discípulos ousava perguntar-lhe: “Quem é você?”, pois sabiam muito bem que ele era o Senhor. Então Jesus se aproximou, pegou o pão e o deu a eles, e também o peixe. Essa foi a terceira vez que Jesus se manifestou aos discípulos, depois de ter ressuscitado dos mortos. (Jo 21,9-14)

A imagem densa e dinâmica do fogo é uma imagem que a Sagrada Escritura gosta de propor. O Papa Francisco a desenvolve em várias de suas intervenções. Em uma delas, o Santo Padre destaca

a imagem do fogo de brasas no relato evangélico acima citado:

Esse fogo foi aceso pelo próprio Jesus, perto da praia, enquanto os discípulos estavam nos barcos e puxavam a rede que transbordava de peixes. E Simão Pedro veio primeiro, nadando, cheio de alegria (cf. v. 7). O fogo de brasas é brando, oculto, mas dura muito tempo e é usado para cozinhar. E ali, na margem do lago, cria um ambiente familiar onde os discípulos desfrutam da intimidade com seu Senhor com espanto e emoção¹⁸.

O fogo de brasas é o fogo “do lar”, da família. É o fogo da caridade entre nós, da fraternidade/sororidade, do calor de laços fortes e delicados que iluminam o coração e o abrem para a experiência do amor de Deus, da proximidade do Senhor. Quantas vezes, ouvindo os consagrados e as consagradas, dialogando juntos, emerge o desejo e a necessidade de crescer na construção de vínculos desse tipo, fortes e sinceros, vínculos de fogo, alimentados pela caridade, pela bênção, pela benevolência, pelo cuidado, pela delicadeza, pela atenção, pelo respeito! Como desejamos um fogo de brasas!

¹⁸ FRANCISCO, *Homelia no Concistório ordinário público para a criação de novos Cardeais e para o voto sobre algumas causas de canonização*, Vaticano, 27 de agosto 2022.

Em Jo 21,9-14, Jesus se apresenta com uma aparência um tanto incomum: ele é um Jesus que cozinha, que prepara a comida para os seus. Vamos tentar nos deixar interpelar e envolver por essa imagem que, em sua simplicidade e cotidianidade, transmite significados profundos e evoca sugestões intensas.

O guardião do fogo

Jesus, acendendo e alimentando as brasas e preparando o alimento para os seus, é uma imagem esplêndida do serviço de autoridade, ou seja, daquele que guarda e nutre o crescimento de seus irmãos e irmãs. A palavra vem do latim *auctoritas*, do verbo *augere*, “fazer crescer”. Inevitável é a relação que, por meio da raiz comum, liga essa palavra a “autor”. Novamente, a principal referência é o latim. E entre os vários significados da palavra latina *auctor*, além de “aquele que faz crescer”, há o significado de “dar sucesso” ou “levar a um resultado próspero e feliz”¹⁹. A autoridade desdobra seu significado precisamente em servir humildemente ao “sucesso” do outro, ou seja, ao seu crescimento e ao seu “resul-

tado feliz” como pessoa humana, como cristão, como pessoa consagrada, como pessoa chamada ao Amor. A Instrução da CIVCSVA sobre autoridade e a obediência, publicada em 2008, enfatizou que

Na vida consagrada, a autoridade é, antes de tudo, uma autoridade espiritual. Ela sabe que foi chamada a servir um ideal que a supera imensamente, um ideal do qual é possível aproximar-se somente num clima de oração e de humilde busca, que permitirá captar a ação do mesmo Espírito no coração de cada irmão ou irmã. Uma autoridade é “espiritual” quando se põe a serviço do que o Espírito quer realizar através dos dons que Ele distribui a cada membro da fraternidade, dentro do projeto carismático do Instituto²⁰.

Desse ponto de vista,

A autoridade é chamada a promover a dignidade da pessoa, prestando atenção a cada membro da comunidade e ao seu caminho de crescimento, fazendo dom a cada um da própria estima e da própria consideração positiva, nutrindo um sincero afeto por todos e guardando com discrição as confidências recebidas²¹.

¹⁹ Cfr. P. FALLAI, «Autorità»: tutti i segreti di una parola antica che ha tanti significati, 20 de novembro de 2020, https://www.corriere.it/scuola/20_novembre_25/autorita-tutti-segreti-una-parola-antica-che-ha-tanti-significati-70af4e26-2cde-11eb-a006-0b5f9624cb77.shtml

²⁰ CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *O Serviço da Autoridade e a Obediência. Faciem tuam, Domine, requiram, Instrução*, Roma, 2008, n. 13a.

²¹ Idem, n. 13c.

Durante os trabalhos da Assembleia Sinodal, ressoou várias vezes a necessidade de uma conversão dos processos de tomada de decisão e do serviço de autoridade nas várias esferas da Igreja, a fim de promover uma visão integral e libertá-la de possíveis desvios narcisistas/clericalistas e de tudo o que poderia distanciá-la do Evangelho.

Na oração e no diálogo fraterno, reconhecemos que o discernimento eclesial, o cuidado com os processos de decisão e o compromisso de prestar contas das próprias ações e avaliar o êxito das decisões tomadas são práticas com as quais respondemos à Palavra que nos indica os caminhos da missão. Estas três práticas estão estreitamente interligadas. Os processos de tomada de decisão necessitam de discernimento eclesial, o que requer a escuta num clima de confiança, que a transparência e a prestação de contas apoiam. A confiança deve ser mútua: aqueles que tomam as decisões precisam de ser capazes de confiar e escutar o Povo de Deus, que por sua vez precisa de ser capaz de confiar naqueles que exercem a autoridade. Esta visão integral sublinha que cada uma destas práticas depende e apoia as outras, ao serviço da capacidade da Igreja para cumprir a sua missão. Envolver-se em processos de tomada de decisão baseados no discernimento eclesial e assumir uma cultura

de transparência, de prestação de contas e de avaliação requer uma formação adequada que não seja apenas técnica, mas capaz de explorar os fundamentos teológicos, bíblicos e espirituais. Todos os Batizados têm necessidade desta formação para o testemunho, a missão, a santidade e o serviço, que põe em evidência a corresponsabilidade. Ela assume formas particulares para aqueles que ocupam cargos de responsabilidade ou estão ao serviço do discernimento eclesial (DF, 79-80).

A autoridade evangélica suscita, guarda e alimenta o fogo sagrado que une os irmãos e as irmãs em torno do único Pão da Vida, que os faz crescer como pessoas de Deus, que os inflama com aquele Amor que sabe unir o diverso com laços de caridade tão ardentes quanto delicados.

Juntos, ao redor das brasas

A imagem de Jesus cozinhando para os seus na margem do lago e chamando-os para comer também se refere à experiência de comer juntos. Contaminada muito felizmente pelo pensamento Bantu-Macua, gosto de imaginar nossas Congregações ou comunidades como uma cozinha: todos nós sentados ao redor de uma brasa e de uma panela, cada um trazendo algum ingrediente da vida para cozinhar uma boa polenta que de-

pois alimentará a todos. Diz um provérbio macua: “A panela de polenta é uma, as porções de polenta são diferentes”.

Para a cosmovisão banto-africana, todos nós viemos da mesma “panela”, somos compostos da mesma “massa”, nos alimentamos da mesma vida. Em uma família, é impensável cozinhar polenta em várias panelas diferentes: a panela é uma só, a farinha é a mesma, embora distribuída em porções separadas. A Igreja, que se alimenta do mesmo e único Pão da Vida, não pode deixar de se reconhecer nessa imagem e é chamada a torná-la cada vez mais real e visível, não só em nível litúrgico e celebrativo, mas também em nível de estruturas, de economia, de práxis pastoral, de estilos de vida e de relações. Mas isso também se aplica às nossas Congregações/Institutos.

A inculturação e a interculturalidade evangélica e carismática são imprescindíveis se quisermos aceitar o convite para comer da mesma panela. O diálogo entre carisma e culturas não é apenas uma necessidade: é uma oportunidade e um dom, uma chance de descobrir as riquezas originais que Deus colocou em cada povo, recebê-las na panela carismática e compartilhá-las com o resto da humanidade. Perder a oportunidade de entrar em contato com a

experiência humana e espiritual de um povo significa também perder a oportunidade de entrar em contato com uma experiência única e original de Deus, dada a esse povo para ser compartilhada e para enriquecer, aumentar e transformar a vida de todos aqueles que estiverem dispostos a “comer da mesma panela”. Qual é o ingrediente próprio e original que esse povo pode trazer para a congregação? Que nova luz sua experiência de caminhar com Deus lança sobre a compreensão do carisma? O que recebemos desse povo? Como esse povo nos evangelizou? Como isso contribuiu para a vitalidade do carisma?

A “mística do nós”

O Papa Francisco falou repetidamente sobre o chamado para passar do “eu” ao “nós”, sobre a necessidade de “nos unirmos em um ‘nós’ que seja mais forte do que a soma de pequenas individualidades”²², do “de-

²² FRANCISCO, *Carta Encíclica Fratelli Tutti*, Assis, 2020, n. 78. A Carta Encíclica *Fratelli Tutti* oferece muitas outras sugestões intensas a esse respeito. Nela, o Papa Francisco nos convida a sonhar «como uma única humanidade, como viandantes feitos da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que é o lar de todos nós» (FT, n. 8), a «nos constituirmos como um ‘nós’ que habita a casa comum» (FT, n. 17) etc. Veja também a entrevista concedida pelo Papa Francisco a Tg5 em 10 de janeiro de 2021. Cfr. <https://www.avvenire.it/chiesa/pagine/intervista-papa-francesco-tg5>

safio de descobrir e transmitir a ‘mística’ de vivermos juntos”²³, a “experiência libertadora e responsável de viver a ‘mística do nós’ como Igreja”²⁴. Entre outras coisas, o processo sinodal retomou a imagem paulina do corpo²⁵ e “fez-nos experimentar o “prazer espiritual” (EG 268) de ser Povo de Deus, reunido de todas as tribos, línguas, povos e nações, vivendo em contextos e culturas diversas. Nunca é a simples soma dos Batizados, mas o sujeito comunitário e histórico da sinodalidade e da missão” (DF, 17).

Gostaria de me deter por um momento nessa imagem do corpo e tentar aplicá-la aos nossos Institutos. Todo Instituto animado por um carisma particular é um pouco como um corpo animado por uma energia vital particular e única. Sim, o Instituto, a comunidade, todo grupo humano se comporta, em muitos aspectos, como um organismo vivo, composto de diferentes partes, mas unido por uma única vida. Em cada célula, diferente das outras, está armazenado o mesmo DNA que identifica e torna esse corpo único.

Agora, quando sinto uma dor no dedo, o que faço? A última coisa em que penso é cortá-lo! Em vez disso, eu o trato. Minha atenção se volta para esse dedo machucado. Minha mente se põe em movimento para descobrir o que fazer para curá-lo. O resto do meu corpo coopera: minhas pernas me levam ao médico ou à farmácia. A mão saudável pega o frasco de desinfetante e a gaze para fazer o curativo. Os olhos estão atentos para saber onde colocar o desinfetante e como envolver o dedo com o curativo. A audição está ativa para ouvir o que o médico está me dizendo para fazer... etc, etc.

“Tudo está interligado”, “tudo está conectado”: esse é o refrão que percorre a *Laudato si’* do Papa Francisco. A imagem do corpo expressa de modo plástico e claro a conexão que existe entre nós: nós criaturas, nós humanos, nós cristãos, nós membros de um corpo de Instituto, animados por um carisma único e original. De fato, o Instituto é um corpo carismático. Todos nós estamos profundamente ligados em virtude da nossa humanidade, da nossa fé, da nossa pertença a Cristo, da nossa pertença ao mesmo carisma que nos torna irmãos/irmãos, transfigurando a nossa ligação em vínculos sagrados, em veias e artérias vivas que irrigam o único corpo e no qual corre o sangue do carisma.

²³ FRANCISCO, Esortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Roma, 2013, n. 87.

²⁴ FRANCISCO, Constituição Apostólica *Veritatis gaudium* sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas, Roma, 2017, n. 4.
²⁵ Cfr. DF, nn. 16, 21, 26, 27, 36, 57, 88.

Assim como em um corpo físico, cada parte, cada órgão, cada célula tem uma influência sobre as demais. Se uma célula enlouquece, pode dar origem a um câncer que se espalha e atinge outros órgãos, comprometendo a vida de todo o organismo. Se os pulmões funcionam bem, eles oferecem oxigênio a todo o corpo, liberando-o do dióxido de carbono e garantindo vitalidade a cada parte dele, seja ela grande ou pequena. O que acontece com uma parte do corpo afeta o todo. E o que acontece com todo o corpo, como tal, repercute de alguma forma em cada parte dele.

No corpo do Instituto circula o que os membros colocam para dentro. Cada um de nossos atos e palavras, cada um de nossos pensamentos e sentimentos é energia que viaja pela densa rede de nossos relacionamentos e chega a todos, porque estamos todos unidos em um só corpo, alimentados no mesmo sangue do carisma vivo. Nenhuma palavra, nenhum gesto, nenhum pensamento ou sentimento é neutro: toda expressão vital tem consequências, para o bem ou para o mal. Nada, nem mesmo o que eu possa sentir e pensar escondido e guardado nos cantos mais íntimos do meu coração, ou dizer nos cômodos mais íntimos, nada é neutro. Misteriosamente, em virtude do fato de que “estamos todos conectados”

em nível profundo, de espírito, de carisma, o que sinto, penso, digo, faço, desejo etc. é colocado na circulação do corpo e traz suas consequências, benéficas ou maléficas. Portanto, o que faço e digo, mas também o que penso e sinto, não fica confinado ao meu mundinho, mas flui nos fios da rede que nos conecta e nos torna irmãos/irmãos!

Acompanhar um corpo-Instituto, um organismo vivo, para que expresse sua generatividade, sua fecundidade, o propósito para o qual veio ao mundo, significa, antes de tudo, acompanhá-lo para que se conecte e reconecte continuamente com o que o anima, com o carisma. E significa cuidar do que circula dentro das conexões vitais.

O carisma não pertence ao Instituto, não é sua propriedade. É dom de Deus para o mundo, é Espírito, é Vida. O Instituto e cada irmão/irmã o recebem como um presente gratuito, para ser trazido à vida dentro de si mesmo, uma força vital que deve fluir criativamente, livremente, certamente não para ser mumificado ou embalsamado como uma peça de museu. Nas palavras do Papa Francisco:

Todo carisma é criativo, não é uma estátua de museu, não, é criativo. Trata-se de permanecer fiel à fonte original, esfor-

quando-se para repensá-la e expressá-la em diálogo com novas situações sociais e culturais. Ela tem raízes firmes, mas a árvore cresce em diálogo com a realidade. Esse trabalho de atualização é tanto mais frutífero quanto mais se consegue harmonizar criatividade, sabedoria, sensibilidade para com todos e fidelidade à Igreja²⁶.

A energia do Carisma percorre todas as células do corpo do Instituto: cada irmã/irmão é seu portador e sua expressão. E não é só isso. O corpo do Instituto, como um organismo vivo, tem seus próprios “sentidos”, e entre eles o “sentido do carisma”, um “nariz” (sentido do olfato), como diz mais uma vez o Papa Francisco, que lhe permite distinguir o perfume do carisma, ouvir sua melodia, perceber sua luz, provar seu sabor, reconhecer seu toque e vibrar em contato com ele, ser atraído por ele e segui-lo. Como um corpo, como um organismo. Quão importante é, então, que o líder, como o bom pastor, caminhe com o rebanho

Às vezes na frente, às vezes no meio e às vezes atrás: na frente, para liderar a comunidade; no meio, para encorajá-la e apoiá-la; atrás, para mantê-la uni-

da de modo que ninguém fique muito longe, muito atrás, e também por outro motivo: porque as pessoas têm um ‘nariz’!²⁷.

A vibração e o movimento de um organismo em resposta ao que seu “nariz” e todos os seus sentidos percebem não é simplesmente a soma das vibrações e dos movimentos de cada uma de suas partes; é muito mais. Um pouco como uma sinfonia tocada por uma orquestra: não é simplesmente a soma dos vários sons dos instrumentos; é muito mais. Falando aos novos cardeais durante o Consistório de setembro de 2023, o Santo Padre Francisco propôs exatamente essa imagem, relacionando-a à sinodalidade:

O Colégio Cardinalício é chamado a assemelhar-se a uma orquestra sinfônica, que representa a dimensão sinfônica e a sinodalidade da Igreja. Digo também “sinodalidade”, não só por estarmos nas vésperas da primeira Assembleia do Sínodo que tem precisamente este tema, mas porque me parece que a metáfora da orquestra pode muito bem iluminar o caráter sinodal da Igreja.

Uma sinfonia vive da sábia composição dos timbres dos diversos instrumentos: cada um dá o seu contributo, ora sozinho, ora

²⁶ FRANCISCO, *Discurso aos participantes da Assembleia Geral do Movimento dos Focolares*, Vaticano, 6 de fevereiro de 2021.

²⁷ FRANCISCO, *Encontro com o clero, pessoas de vida consagrada e membros de conselhos pastorais*, Assis, 4 de outubro de 2013.

combinado com outro, ora com todo o conjunto. A diversidade é necessária, é indispensável. Mas cada som deve concorrer para o resultado comum. E, para isso, é fundamental a escuta mútua: cada músico deve ouvir os outros. Se alguém ouvisse apenas a si mesmo, por mais sublime que possa ser o seu som, não seria de proveito à sinfonia; e o mesmo aconteceria se uma parte da orquestra não ouvisse as outras, mas tocasse como se estivesse sozinha, como se fosse o todo. E o diretor da orquestra está ao serviço desta espécie de milagre que é sempre a execução duma sinfonia. Ele deve ouvir mais do que todos os outros e, ao mesmo tempo, a sua tarefa é ajudar cada um e a orquestra inteira a desenvolver ao máximo a fidelidade criativa, a fidelidade à obra que se está a executar, mas criativa, capaz de dar uma alma àquela partitura, de fazê-la ressoar duma forma única aqui e agora²⁸.

O/a líder é chamado/a a facilitar o contínuo retorno e a reimersão no carisma, na energia vital que anima o Instituto, na música que o sustenta, nas origens vivas e vibrantes das quais é possível recomeçar, ser relançado no mundo de hoje pela inesgotável fecundidade da inspiração da qual se

nasceu. Esse dinamismo incessante de retorno e relançamento permite que o Instituto viva o discernimento como um modo de vida, no contínuo espelhamento e imersão no carisma para requalificar a missão no hoje, para permitir que a música se expresse hoje na orquestra, dando vida e alma à partitura no aqui e agora, para libertar o fluxo vital de quaisquer superestruturas, geografias, geometrias e esquemas que tendem a aprisionar sua dança. Um organismo vital está necessariamente sempre em movimento, adaptação e renovação. Quando o movimento, a adaptação e a renovação cessam, a morte assume o controle. Nas palavras do Papa Francisco:

aqueles que estão parados acabam se corrompendo. Como a água: quando a água está parada, os mosquitos vêm, põem seus ovos e tudo se corrompe. Tudo²⁹.

Reparadores de redes

Durante o retiro dos primeiros dias da Segunda Sessão da Assembleia Sinodal, fiquei particularmente impressionada com uma meditação do Pe. Radcliffe

²⁸ FRANCISCO, *Homelia no Concistório ordinário público para a criação de novos Cardeais e para o voto sobre algumas causas de canonização*, Vaticano, 30 de setembro de 2023.

²⁹ FRANCISCO, *Homelia*, Capela da Casa Santa Marta, 2 de outubro de 2018. <https://www.vaticannews.va/it/papa-francesco/messa-santa-marta/2018-10/papa-francesco-santa-marta-02-ottobre-angeli-bambini.html>

sobre a “Pesca da Ressurreição” (Jo 21,1-11) e alguns de seus comentários sobre redes de pesca. Em um determinado momento, o Pe. Radcliffe, falando da rede de pesca como um símbolo da Igreja que abraça a diversidade pessoal e cultural, disse:

Aguardamos um novo Pentecostes em que cada cultura fale em sua própria língua nativa e seja compreendida. Essa também é nossa tarefa durante o Sínodo e o fundamento de nossa missão em nosso mundo dividido e dilacerado. Vamos pedir as orações de Maria, que desatou os nós, e de Pedro, que consertou as redes!³⁰

Em seguida, comecei a ler a passagem de Mc1,16-20:

Passando ao longo do mar da Galileia, viu Simão e André, irmão de Simão, que lançavam as redes ao mar, pois eram pescadores. Jesus lhes disse: ‘Vinde após mim, e eu farei de vocês pescadores de homens’. E eles imediatamente deixaram as redes e o seguiram. E, indo um pouco mais adiante, viu Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão, que também estavam no barco, consertando as redes. E logo os chamou. E eles, deixando seu pai Zebedeu no barco com os servos, foram atrás dele.

É verdade, eu disse a mim mesma, as redes não devem apenas ser lançadas, arrastadas para a praia, mas também devem ser consertadas, reparadas. O padre Radcliffe nos mostrou como uma rede de pesca é feita de espaços e dos laços que os circunscrevem. Não há mais nada. Se os laços se rompem ou se engrossam a ponto de fechar os espaços, a rede não é mais uma rede e não serve para nada.

A rede se rompe. E ela precisa ser consertada. Sempre, constantemente. Reparar, remendar, consertar são trabalhos manuais. São feitos com as mãos, não com máquinas. Exigem cuidado e muito... tato. A rede, o tecido, você o pega, você o segura em sua mão. A visão identifica buracos, malhas rasgadas, fios cortados. Os dedos tocam, expandem, removem, traçam os elos saudáveis e firmes aos quais as novas malhas podem ser fixadas e reconstruídas.

Acredito profundamente que uma dimensão à qual as pessoas em serviço de autoridade são chamadas a dar atenção especial é justamente a do “reparo” das redes, em diferentes níveis. Mas essa atenção não diz respeito apenas à autoridade. Ela diz respeito a todos nós, como uma dimensão indispensável de sermos sentinelas da esperança.

³⁰ T. RADCLIFFE, *Pesca da Ressurreição*, XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos - Sessão II, Meditação durante o Retiro, 1º de outubro de 2024.

O Papa Francisco, em *Dilexit nos*, dedica espaço precisamente à reparação³¹. Há uma reparação das “estruturas de pecado”, quando a repetição de pecados contra outros se solidifica, cristaliza-se em estruturas visíveis ou invisíveis que reproduzem e perpetuam dinâmicas doentias (DN, 183).

Frequentemente isto está inserido numa mentalidade dominante que considera normal ou racional o que não passa de egoísmo e indiferença (DN, 183). Não é apenas uma norma moral que nos leva a resistir a estas estruturas sociais alienadas, a desnudá-las e a criar um dinamismo social que restaure e construa o bem, mas é a própria “conversão do coração” que “impõe a obrigação” de reparar tais estruturas. É a nossa resposta ao Coração amante de Jesus Cristo que nos ensina a amar (DN, 183).

Mas

A reparação cristã não pode ser entendida apenas como um conjunto de obras exteriores, que são indispensáveis e por vezes admiráveis. Exige uma espiritualidade, uma alma, um sentido que lhe dê força, impulso e criatividade incansável. Precisa da vida, do fogo e da luz que vêm do Coração de Cristo (DN, 184).

Por outro lado, uma reparação meramente exterior não é suficiente; nem para o mundo, nem para o Coração de Cristo. Se cada um pensar nos seus pró-

prios pecados e nas consequências para os outros, descobrirá que reparar os danos causados a este mundo implica também o desejo de reparar os corações feridos, onde se produziu o dano mais profundo, a ferida mais dolorosa (DN, 185).

Nem tudo pode ser consertado, nem tudo pode ser completamente reparado. Mas o processo de reparação pode abrir o caminho para um renascimento, para uma recompreensão e ressignificação da ferida que pode torná-la menos dolorosa e abri-la para caminhos de luz.

Na DN, o Papa Francisco enfatiza algumas etapas do processo de reparação:

A intenção do coração (DN, 185-186): trata-se do desejo profundo de reparação, da intenção de reparar o dano causado e de fazê-lo concretamente, ou seja, de pôr em prática os passos necessários e adequados.

O reconhecer-se culpado: trata-se do reconhecimento honesto do mal causado ao irmão/irmã, de um profundo e sincero sentimento de que o amor foi ferido (DN, 187) e de um coração que se permite sentir uma dor saudável, verdadeira e purificadora. O pedido de perdão ao irmão/irmã.

Faz parte deste espírito de reparação o bom hábito de pedir perdão aos irmãos, que revela uma enorme nobreza no meio da nos-

³¹ Cfr. FRANCISCO, *Dilexit nos – Carta Encíclica sobre o amor humano e divino do coração de Jesus Cristo*, Roma, 24 de outubro de 2024, sobretudo nos nn. 181-204. (De agora em diante abreviado em: DN).

sa fragilidade. Pedir perdão é uma forma de curar as relações pois “reabre o diálogo e manifesta o desejo de restabelecer o vínculo da caridade fraterna [...], toca o coração do irmão, consolado-o e inspira-o a aceitar o perdão pedido. Assim, se o irreparável não pode ser completamente reparado, o amor pode sempre renascer, tornando a ferida suportável” (DN, 189).

A segunda sessão da Assembleia do Sínodo começou com dois dias de retiro, que terminou com uma vigília penitencial durante a qual

pedimos perdão pelos nossos pecados, sentimos vergonha e elevamos a nossa intercessão pelas vítimas dos males do mundo. Chamamos os nossos pecados pelo nome: contra a paz, a criação, os povos indígenas, os migrantes, as crianças, as mulheres, os pobres, a escuta, a comunidade. Isto fez-nos compreender que a sinodalidade exige arrependimento e conversão (DF, 6).

Uma conversão ao perdão pedido, dado e recebido. Uma conversão para reconhecer e reparar as estruturas e as dinâmicas do pecado em nós, entre nós e ao nosso redor, para reparar corações feridos, para reparar os laços, as redes que nos unem como irmãos e irmãs.

A Igreja deve escutar com particular atenção e sensibilidade a voz das vítimas e dos sobreviventes aos abusos sexuais, espirituais, económicos, institucionais, de poder e de consciência por parte de membros do clero ou de pessoas com cargos eclesiais. A escuta autêntica é um elemento fundamental do caminho para a cura, o arrependimento, a justiça e a reconciliação. Numa época que vive uma crise global de confiança e encoraja as pessoas a viver na desconfiança e na suspeição, a Igreja deve reconhecer as próprias falhas, pedir humildemente perdão, cuidar das vítimas, dotar-se de instrumentos de prevenção e esforçar-se por reconstruir a confiança recíproca no Senhor (DF, 55).

Artesãos da paz

Domingo de Páscoa, 20 de abril de 2025, meio-dia: O Papa Francisco, da Loggia Central da Basílica do Vaticano, concede a bênção sobre a cidade, a humanidade e a criação, e oferece a Mensagem *Urbi et Orbi* à Igreja e ao mundo. Mal sabíamos que essa era sua última mensagem e a última bênção de sua vida nesta terra.

Em sua última mensagem para nós, o Papa Francisco quis enfatizar o profundo significado da ressurreição do Senhor, na qual nossa esperança está enraizada:

O amor venceu o ódio. A luz venceu as trevas. A verdade venceu a mentira. O perdão venceu a vingança. O mal não desapareceu da nossa história e permanecerá até ao fim, mas já não lhe pertence o domínio, não tem qualquer poder sobre quem acolhe a graça deste dia.

Irmãs e irmãos, especialmente vós que passais pela dor e pela angústia, o vosso grito silencioso foi ouvido, as vossas lágrimas foram recolhidas e nem sequer uma só se perdeu! Na paixão e morte de Jesus, Deus tomou sobre si todo o mal do mundo e, com a sua infinita misericórdia, derrotou-o: erradicou o orgulho diabólico que envenena o coração humano e semeia violência e corrupção por toda a parte. O Cordeiro de Deus venceu! Por isso, hoje exclamamos: “Ressuscitou Cristo, minha esperança” (*Sequência Pascal*).

Sim, a ressurreição de Jesus é o fundamento da esperança: a partir deste acontecimento, ter esperança já não é uma ilusão. Não! Graças a Cristo crucificado e ressuscitado, a esperança não engana! *Spes non confundit!* (cf. *Rm* 5, 5). E não se trata duma esperança evasiva, mas comprometida; não é alienante, mas responsabilizadora.

Quem espera em Deus coloca as suas mãos frágeis na mão grande e forte d’Ele, deixa-se levantar e põe-se a caminho: juntamente com Jesus ressuscitado, torna-se peregrino de esperança, testemunha da vitória do Amor e do poder desarmado da Vida³².

³² FRANCISCO, *Mensagem “Urbi et Orbi”*, Páscoa 2025, Vaticano, 20 de abril de 2025.

O Santo Padre, na mesma mensagem, mais uma vez fez fortes apelos à paz, lembrando as muitas áreas do mundo oprimidas por conflitos, violência e tensões: entre elas a Terra Santa, o Líbano, a Síria, o Iêmen, a Ucrânia, o sul do Cáucaso, o Sahel, o Sudão do Sul, o Sudão, o Chifre da África, a RDC, a Região dos Grandes Lagos.

O Papa Leão XIV, em suas primeiras palavras após sua eleição como Sumo Pontífice em 8 de maio de 2025, ecoou o apelo à paz:

A paz esteja com todos vocês!

Queridos irmãos e irmãs, esta é a primeira saudação do Cristo Ressuscitado, o Bom Pastor, que deu sua vida pelo rebanho de Deus. Eu também gostaria que essa saudação de paz entrasse em seus corações, chegasse a suas famílias, a todas as pessoas, onde quer que estejam, a todos os povos, a toda a Terra. A paz esteja com vocês!

Esta é a paz do Cristo Ressuscitado, uma paz desarmada e uma paz desarmante, humilde e perseverante. Ela vem de Deus, Deus que ama a todos nós incondicionalmente³³.

Podemos nos perguntar: como a vida consagrada pode viver esse apelo – quase um testamento – do Papa Francisco, retomado pelo

³³ LEÃO XIV, *Primeira bênção “Urbi et Orbi”*, Vaticano, 8 de maio de 2025.

Papa Leão XIV? Como pode ser efetivamente sentinela de uma esperança “comprometida” e “responsabilizadora”? Como ela pode ser um sinal da “paz desarmante, humilde e perseverante que vem de Deus”? Como podemos realmente “nos tornar peregrinos da esperança, testemunhas da vitória do Amor, do poder desarmado da Vida”? Como podemos nos tornar de fato “artesãos da paz”³⁴?

Acredito que a resposta está bem aqui, em nosso meio, no Reino que está chegando, ou melhor, que já está presente como um pequeno grão de mostarda que se torna uma árvore e oferece abrigo aos pássaros, como o fermento escondido na massa, como a tenacidade e o amor do pastor que busca incansavelmente a ovelha perdida e da mulher que varre a casa para encontrar a moeda perdida. Olhe-mos para tantos homens e mulheres consagrados, espalhados pelo mundo, muitas vezes nos lugares onde a humanidade está mais ferida, nos abismos da história e da existência, nas periferias, nas fronteiras, que tecem os fios dessa paz, desarmada e desarmante,

humilde e perseverante. Silenciosamente, de forma artesanal, eles se tornam guardiões da vida, tecendo-a e reparando-a e contribuindo para tornar o mundo mais humano e compassivo, construindo paciente e tenazmente uma cultura do cuidado.

Que a vida consagrada seja sempre, de fato, uma humilde profecia de perdão, de reparação, de reconstrução dos laços de fraternidade e irmandade, de paz, de confiança, de comunhão. Que seja uma sentinela com os sentidos aguçados e abertos para interceptar na noite o sopro de Deus, sua luz suave, seu sussurro, seu perfume, seu sabor inconfundível, para acolhê-lo, apontá-lo, proclamá-lo.

Irmãs e irmãos, que essa Assembleia – e a Conferência dos Religiosos do Brasil – sejam um espaço que promova processos de crescimento na paz do Senhor Ressuscitado em nossos corações, entre nós, em nossas comunidades, em nossos ministérios e serviços, na Igreja sinodal missionária, revigorando boas redes, vínculos profundos, processos de vida, de cuidado, de custódia mútua.

Que o desejo do profeta Isaías se realize em nós e entre nós:

³⁴ “Artesãos da paz” é uma expressão utilizada várias vezes pelo Papa Francisco. Cfr. por exemplo na sua mensagem para a celebração da LIII Jornada Mundial da paz, 1º de janeiro de 2020. https://www.vatican.va/content/francesco/it/messages/peace/documents/papa-francesco_20191208_messaggio-53giornatamondiale-pace2020.html

*Se removeres do meio de ti a
opressão,
a acusação e a linguagem ímpia,
se ofereceres pão ao faminto,
se saciares o faminto,
então a tua luz brilhará nas trevas,
as tuas trevas serão como o meio-dia.
O Senhor sempre te guiará,
te saciará em terra árida,
fortalecerá os teus ossos;
serás como um jardim regado
e como uma fonte
cujas águas não murcham.
Teu povo reconstruirá as ruínas
antigas,
tu reconstruirás os alicerces de
tempos passados.
Eles o chamarão de reparador de
brechas,
restaurador de casas arruinadas
para nelas morar.
(Is 58,9-12)*

Obrigada! Deus vos abençoe!

Ir. Simona Brambilla, MC
Brasília, 8 de julho de 2025



CAMINHAR JUNTOS E JUNTAS NA ESPERANÇA

Sônia Gomes de Oliveira¹

“Vida Religiosa Consagrada: Sentinela de Esperança em tempos de Travessia”. Creio que não poderia ter tema mais propício que este para esta assembleia. O tempo que estamos vivendo é um tempo de crises na Igreja e na sociedade, e esta crise é multifacetada, vai desde a crise de fé e de valores morais até a perda de credibilidade da Igreja e a crescente polarização social. A sociedade moderna, com seu individualismo e consumismo, enfrenta desafios na construção de laços comunitários e na busca de um sentido de vida mais profundo.

Em tempos de crise, um dos primeiros a sofrer é o Espírito. Em tempo de crise, a tendência é nos fecharmos, e os salmistas cantam esta angústia em vários

salmos, como este: “Sim, a minha alma espera em Deus; dele vem a minha esperança; ele é o meu Deus e meu refúgio” (Sl 62,5).

Mas o bonito é que o tema de vocês nos remete à preocupação de não nos esquecermos do caminho. Ele sinaliza a necessidade de nos mantermos atentos/as como sentinelas. Estar como sentinela significa estar em posição de vigilância, atenção e cuidado, especialmente em relação ao bem-estar e à proteção de um grupo ou comunidade – aqui, a vida religiosa e o lugar onde estão.

No contexto religioso, como mencionado na carta de convocação desta assembleia, ser sentinela envolve ouvir a Palavra de Deus e transmiti-la, assumindo a responsabilidade de guiar e inspi-

¹ Bacharel em Serviço Social. Membro das Equipes de Animação Sinodal da CNBB e do CELAM. Coordenação do Projeto Assistencial LAR (Legião de Assistência Recuperadora) com atuação junto a comunidades urbanas e rurais no Norte de Minas e Comunidades Tradicionais. Endereço para contato: negasonia@gmail.com

rar os outros com esperança, fé e compromisso, especialmente em tempos de desafios e travessias. Eu gosto de ver este sinal de esperança, porque nos últimos tempos temos encontrados muitos religiosos e religiosas sem esperança, talvez por terem abandonado a posição de vigilância.

O texto também relaciona o tema da Assembleia com o processo sinodal, enfatizando a necessidade de conversão espiritual e relacional, além de destacar o papel profético da Vida Religiosa Consagrada (VRC) na formação de discípulos missionários e na construção de uma Igreja sinodal. Utiliza metáforas como a “travessia” para simbolizar os desafios e transformações necessários para avançar em direção a novos horizontes.

Por fim, o documento reforça que a VRC deve ser um sinal de esperança, cultivando uma espiritualidade sólida, convivência comunitária e missão apostólica, sendo sentinelas em tempos de travessia. a experiência da sua consagração, o enamorar-se do Senhor, da sua missão, fazer-se sentinela. Ser sentinela tem o sentido de assumir um ponto de guarda. Para isto precisamos ter ouvidos atentos e coração aberto. Na vida Religiosa haverá momentos em que será preciso ficarmos

sozinhos para fazer este encontro, mas, em outros momentos, é preciso fazer junto esta travessia, em comunidade, caminhar junto.

Caminhar junto é um desafio, e nos desafia ainda a esperar! Este é o processo do ser sentinela e a vida religiosa na vida da Igreja tem sido este sinal permanente de prontidão, de vigilância, de proteção, de salvaguarda, de ser sentinela da Esperança. Basta olhar nos lugares mais afastados, nas comunidades mais resistentes, de luta, nos ambientes mais vulnerabilizados, nos lugares onde o grito ecoa do chão, que nós encontramos um ou uma sentinela levando ou sendo sinal de esperança neste Brasil afora. E hoje, se não tem o religioso, tem o leigo e a leiga que assumem o carisma de várias congregações sendo este sinal de esperança.

A experiência do Sínodo nos chama a caminhar junto e acende na Igreja este sinal de esperança. Todos são chamados a caminhar juntos, em uma Igreja Sinodal. Não dá para ser sentinela sozinho, é preciso ter sempre alguém conosco. Mas, nesta Igreja sinodal, se faz necessário assumir o compromisso de voltar às fontes da Igreja, que nasce na comunidade, na ousadia de muitos que, apesar do medo e das perseguições, confiaram.

Estes três anos de preparação e de realização do Sínodo não foram fáceis e não será fácil de agora em diante, pois ainda temos um longo caminho a ser seguido, com muitos desafios. Mas a beleza e o movimento de colocar a Igreja a caminho no sentido de ser sentinela de esperança, de buscar algo novo como a sinodalidade, já nos desafia a não retroceder: agora não tem como, é avançar!

E aqui a VRC precisa ser este sinal de esperança, como o foi durante o processo do Sínodo. Recordo-me dos relatórios em preparação ao Sínodo, nos quais a atuação de muitas religiosas e religiosos foram verdadeiros luzeiros de esperança. Depois, durante o Sínodo, me recordo da atuação das diversas religiosas e religiosos como sinal de esperança e gratidão, tanto na primeira como na segunda sessão, seja nas mesas de conversação, seja nos questionamentos, seja na resistência, até para se fazerem visibilizadas naquele recinto.

O Sínodo foi, sem sombra de dúvidas, uma oportunidade para ecoar a dor dos pobres, o grito da terra, o grito das mulheres, dos migrantes, dos refugiados. O pedido para romper com estruturas que não dialogam mais com o nosso tempo ecoou em muitas vozes da VRC. Religiosos e religiosas

que ousaram, por meio de testemunhos fortes, mostrar onde estão atuando. Acrescento que para muitos de nós, leigas e leigos, nos momentos em que o desânimo chegou, as religiosas nos chamavam para uma reunião, para uma articulação.

Por que estou dizendo isto? Porque muitas das vezes tendemos a ficar parados somente no que não deu certo, no que não avançou. Eu digo que avançou porque ali estavam principalmente mulheres que, durante 30 dias, souberam costurar as articulações para que não fossem esquecidas pela Igreja, para mostrar que o rumo de uma Igreja sinodal é possível em estruturas mais humanizadas. A sintonia da VRC no Sínodo foi contagiante e nos contagiou a muitos de nós, leigas e leigos. Existe ainda um longo caminho a ser percorrido neste sonho da Igreja sinodal, por isto será preciso lidar com muitas pedras e desafios do caminho, como nos aponta o Documento Final. Porém, não é impossível! Por isso, neste momento que vocês estão vivendo esta Assembleia eletiva com espírito de ser sentinelas de esperança, é preciso assumir a ousadia de Maria Madalena. Este texto retrata muito a VRC. Eu tomo emprestado um trecho do Documento Final:

13. Na manhã de Páscoa, encontramos três discípulos: Maria de Magdala, Simão Pedro e o discípulo que Jesus amava. Cada um deles procura o Senhor à sua maneira, cada um tem o seu papel na aurora da esperança. Maria Madalena é movida por um amor que a leva primeiro ao túmulo. Avisados por ela, Pedro e o Discípulo Amado se dirigem ao túmulo; o Discípulo Amado corre com a força da juventude, procura com o olhar de quem sente primeiro, mas sabe dar lugar ao mais velho, a quem foi confiada a tarefa de guia; Pedro, oprimido por ter negado o Senhor, aguarda o encontro com a misericórdia da qual será ministro na Igreja. Maria permanece no jardim, ouve o seu nome ser chamado e reconhece o Senhor, que a envia para anunciar a sua Ressurreição à comunidade dos discípulos. É por isso que a Igreja a reconhece como Apóstola dos Apóstolos. A dependência recíproca entre eles encarna o coração da sinodalidade.

14. A Igreja existe para testemunhar ao mundo o acontecimento decisivo da história: a Ressurreição de Jesus. O Ressuscitado traz a paz ao mundo e dá-nos o dom do seu Espírito. Cristo vivo é a fonte da verdadeira liberdade, o fundamento da esperança que não engana, a revelação do verdadeiro rosto de Deus e o destino último do homem. Os Evangelhos nos dizem que, para entrar na fé pascal e se tornar testemunhas dela, é necessário reconhecer o próprio vazio inte-

rior, as trevas do medo, da dúvida e do pecado. Mas aqueles que, na escuridão, têm a coragem de sair e se pôr à procura descobrem, na realidade, que são procurados, chamados pelo nome, perdoados e enviados juntos aos irmãos e irmãs.

E aqui eu faço uma relação com a VRC.

Esta noite escura que faz Madalena romper com o medo e permanecer como sentinela, e depois sair às pressas para anunciar o Ressuscitado é o convite feito a todos vocês e a todos nós. Esta é a travessia de que fala o tema que vocês já vêm refletindo. Este é o momento de fazer a travessia.

Diz João Guimaraes Rosa, no *Grande sertão: Veredas*, que a travessia é um conceito central que transcende o simples ato de viajar. Fazer travessia representa o processo de vida, da jornada existencial, com seus desafios, aprendizados e o encontro com a essência do real. Podemos utilizar a metáfora da travessia para simbolizar os momentos cruciais em nossas vidas, quando somos chamados a abandonar o familiar e o confortável em busca de novos horizontes.

Diz ainda a mineira Adélia Prado, em seu poema *Travessia*: “Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e

esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares.” Quem sabe este tempo de travessia é o momento de tantas mulheres e homens consagrados e consagradas deixarem esta forma de roupa que não cabe mais em nosso tempo, este modelo de estruturas que não dialogam mais com as vocações e fortalecer o caminho sinodal. Talvez este caminho, esta viagem, será difícil para muitos de vocês. O que sugiro é que levem com dinamismo, com leveza, sem esquecer o amor primeiro, sem esquecer porque consagraram suas vidas. Ou, quem sabe, ir para o interior de cada um de vocês e fazer a viagem. Ainda falando de Adélia Prado, em seu poema *A viagem*, ela fala sobre o medo de embarcar em um novo caminho e a esperança de encontrar algo diferente no destino.

Outro ponto que o sínodo indicou foi a caminho da conversão: neste caminho toda conversão é necessária, mas duas para mim são as mais importantes. A primeira, no Espírito, deixar-se conduzir não pela vontade própria, o “eu quero”, mas pelo discernimento do Espírito. A segunda é a conversão das relações. Relações truncadas, doentias, são o que há de pior para impedir que floresçam vocações e ministérios para a missão. Temos relações sadias na caminhada, mas também como

temos relações tóxicas que impedem de que os dons e carismas prevaleçam. Daí a necessidade de conversão contínua nas relações.

Com efeito, o nº 65 do Documento Final do sínodo faz uma bela lembrança do caminho da VRC que, a partir de dons espirituais que deram origem a suas várias expressões, ela é chamada a interpelar a Igreja e a sociedade com sua voz profética. E como hoje precisamos fazer ecoar tantas vozes da VRC.

Lembro também que o Sínodo chamou a VRC a investir na própria formação e ajudar na formação de novos presbíteros e de cristãos leigos. Este é um grande desafio para o nosso tempo a fim de que as comunidades religiosas sejam lugar de formação de discípulos e discípulas missionários. (Documento Final, nº 166).

O caminho sinodal foi nos animando também pelo desejo de prosseguir o caminho rumo à unidade, não à uniformidade, mas a uma comunhão e uma participação. E com um ingrediente essencial que vocês trazem aqui também, que é a Esperança.

E, encerrando, eu só queria recordar que um dos aspectos constitutivos da VRC tem a ver com o tempo dedicado ao desenvolvimento de uma espiritualidade sólida e permanente. Momentos

de oração, de meditação e de contemplação. Ademais da convivência comunitária e da missão apostólica, o cultivo de uma intimidade com Deus, particularmente por meio do seguimento de Jesus Cristo, faz parte de sua razão de ser.

Isto, minhas irmãs e meus irmãos, é nada mais nada menos que ser sentinelas de esperanças em tempos de travessia.

VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA COMO SENTINELA DE ESPERANÇA EM TEMPOS DE TRAVESSIA: UM ENFOQUE TEOLÓGICO

Cesar Kuzma¹

Resumo: Motivados pelos Jubileu da Esperança e impulsionados pelo tema da 27ª Assembleia Geral Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil, que busca refletir a Vida Religiosa Consagrada como sentinela de esperança em tempos de travessia, temos o objetivo de oferecer um enfoque teológico sobre o tema. Primeiramente, trataremos por compreender o espaço da Vida Consagrada Religiosa em tempo de sinodalidade e os espaços existentes e os novos lugares que chamam à missão, com destaque a uma Igreja que é Povo de Deus, e que, como povo, caminha junto, no horizonte do Reino. Num segundo momento, apresentaremos elementos teológicos da esperança, em sua dimensão cristã, tendo por base a Bula do Jubileu de 2025 e no fortalecer da concepção cristológica, sendo o Cristo ressuscitado-crucificado a fonte de nossa esperança. Esta percepção nos conduz a última parte, num aterrizar da esperança na prática e vivência da Vida Religiosa Consagrada, que como sentinela de esperança é chamada ao profetismo e ao encontro dos carismas, numa esperança que renova e que faz tudo novo. Assim, todos e todas somos chamados a ser peregrinos da esperança, no conduzir do Espírito e nos passos de Jesus, em tempos de travessia.

Palavras-chave: Sinodalidade. CRB. Esperança. Profecia.

¹ Doutor em Teologia. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação e do Curso de Teologia da PUCPR. Endereço para contato: cesarkuzma@gmail.com

Aproximações

Tenho a intenção de oferecer, neste primeiro, momento, três aproximações sobre o tema da Assembleia, naquilo que lhe é específico teologicamente e dentro na minha relação pessoal e pastoral³. Entendemos que uma temática com esta, analisada do ponto de vista eclesial, não nos deixa passivos, mas ativos; não nos deixa distantes, mas próximos. Isso traz consequências e implicações.

Primeira aproximação: a primeira coisa que devo fazer, ao me aproximar desta Assembleia e olhar às inúmeras histórias e vidas aqui representadas, é tirar as sandálias dos pés porque a terra que eu estou pisando é uma terra sagrada. E aqui eu quero colocar todo o meu respeito e a minha admiração pelos 70 anos de caminhada da CRB, por tudo aquilo que se construiu e se realizou durante estes anos. Nesta trajetória já se resume muito do conteúdo desta Assembleia e do que pretendemos dizer: história, esperança e profetismo. Ao olhar para este espaço e para os representantes, encontro pessoas que foram e que são minhas referências, em nível teológico e pastoral, também de vida.

³ O conteúdo e o texto deste artigo foram apresentados como conferência na 27ª Assembleia Geral Eletiva da CRB, em Brasília, no dia 09/07/2025. Aqui, passamos para o formato de artigo e com elementos que nos ajudam a compreender o tema e a proposta.

Olhando para esta história, destacamos que a contribuição da CRB e das diversas congregações e institutos para a vida da Igreja do Brasil é de uma riqueza imensa, bem como a grande contribuição para o desenvolvimento da nossa sociedade, em especial, a atenção aos mais necessitados, vulnerabilizados e empobrecidos. Por ocasião de um livro sobre a Vida Consagrada, organizado por Frei Luiz Carlos Susin, eu disse:

É justo dizer que todos nós fomos marcados pela Vida Consagrada e por seus carismas de alguma forma. Em algum momento eles se tornaram próximos de nossas vidas, seja na infância, na comunidade, nas inúmeras escolas, nos projetos sociais e em caminhos de espiritualidade. Costumo dizer que os diversos carismas são o florear sempre novo e diferente que nos absorve e nos encanta; um colorido que enriquece e dá forma a tudo o que nos rodeia na fé, sobretudo, porque muitos carismas estão ligados a uma opção radical por Cristo e pelo Reino, geram seguimento e enfrentamento pela causa que seguem, fazendo das opções do Cristo as suas reais opções, assumindo até o fim as mesmas consequências, e, muitas vezes, uma consequência de cruz. Esse sentimento de entrega, de luta, de amor e paixão é o que encanta na Vida Consagrada e faz daqueles e daquelas que seguem este caminho verdadeiros discípulos missionários (Kuzma, 2018, p. 354).

Segunda aproximação: eu, como leigo, teólogo, pastoralista, casado e pai de dois filhos, que venho até esta Assembleia na ousadia, mas também na humildade de dizer alguma coisa a vocês. É como leigo que eu estou aqui, e é como leigo que compartilho o meu olhar, a minha vocação e a minha esperança para com a Vida Consagrada. Neste sentimento, eu me pergunto: o que eu vejo? O que eu trago? O que juntos podemos construir? O que juntos podemos esperar? O desafio de responder a estas perguntas nestes tempos de travessia, travessia da história humana e da Igreja, um momento de muitos desafios e de um tempo que nos pede coragem para caminharmos juntos, algo que devemos aprender. Isso é sinodalidade, este novo tempo que a Igreja nos convida e que é um tempo do Espírito. Neste tempo, eu digo que posso esperar porque espero com vocês, e vocês podem esperar porque esperam comigo e com outros/outras, e juntos podemos esperar, e juntos podemos caminhar aos horizontes de nossa esperança, sendo para os outros/outras sentinelas, testemunhos, ou, como gosto de dizer, sendo “suporte de esperança” para aqueles e aquelas que já não podem mais esperar, para que um dia, todos/todas possamos esperar e ser sujeitos de nossa esperança. Aí está

o serviço missionário que envolve todo e cada carisma e que nos convida ao esvaziamento, a uma abertura, a uma saída.

Terceira aproximação: de sermos, juntos, peregrinos da esperança. É o que nos leva a olhar com alegria e, porque não dizer, com esperança, o conteúdo do que nos foi proposto por Francisco neste ano jubilar, onde somos chamados a ser peregrinos da esperança, uma esperança que não nos engana, que não nos decepciona, como diz o título da bula papal para o Jubileu de 2025, extraído da Carta de Paulo aos Romanos (5,5): *spes non confundit*, a esperança não engana! Francisco nos diz:

Todos esperam. No coração de cada pessoa, encerra-se a esperança como desejo e expectativa do bem, apesar de não saber o que trará consigo o amanhã. Porém, esta imprevisibilidade do futuro faz surgir sentimentos por vezes contrapostos: desde a confiança ao medo, da serenidade ao desânimo, da certeza à dúvida. Muitas vezes encontramos pessoas desanimadas que olham com ceticismo e pessimismo para o futuro, como se nada lhes pudesse proporcionar felicidade. Que o Jubileu seja, para todos, ocasião de reanimar a esperança! (Francisco, 2024, n. 1a).

Mas, por que esta esperança não engana? Refletindo com a sequência do texto da Carta aos

Romanos, Francisco nos diz que “Com efeito, a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do Coração de Jesus trespassado na cruz” (Francisco, 2024, n. 3a). Ser peregrino da esperança, então, é ser capaz de levar esperança em lugares onde ela não está, onde as pessoas não têm mais forças para esperar. Ser peregrino de esperança é educar e ensinar a esperar, mesmo e apesar de tudo: educar para a esperança. E este é um caminho que temos que construir juntos e juntas.

Horizontes teológicos da esperança

A esperança que aqui refletimos e que nos orienta nesta dinâmica responsável não é um sonho, uma ilusão, ou simplesmente um sentimento, ela é um pensar para frente, uma projeção de algo novo, uma força que nasce de momentos difíceis e que nos faz crer que outra realidade é possível. A esperança não aliena, ela alimenta e abre caminhos. Ela não nos fecha à realidade, ao contrário, ela cresce da realidade, da realidade sofrida, ali ela é interpelada por esta situação, que dá a ela a sua força e a sua imaginação. Uma imaginação que ousa pensar e

criar algo novo, algo diferente, com vida, e vida nova.

Tendo por base o tema da Assembleia que convida a Vida Religiosa Consagrada a ser “sentinela da esperança”, também por aquilo que estamos refletindo durante este ano Jubilar em muitos dos nossos espaços, pastorais e comunidades, perguntamos: hoje, há ainda espaço para a esperança? E de que maneira e com que rosto visualizamos esta esperança? O conteúdo e nossa noção de esperança condicionarão a forma de como esperamos e qual será a nossa atitude perante ela. Isso em nível de sociedade, porque somos humanos que esperam (diz a bula papal), e em nível de fé e de vida comunitária, pois a esperança é uma dinâmica fundamental da experiência cristã. Então, vale a pena perguntar novamente: hoje, há ainda espaço para a esperança?

Esta pergunta, em tom genérico e aberto, traz consigo outros questionamentos que tendem a nos ajudar na problematização de nossa proposta, a fim de destacar na prática da esperança uma atitude de responsabilidade, entendida por nós como parte inerente do modo como se espera; algo próprio da fé que a garante e que a fundamenta. Tratamos aqui, ao falar de esperança, especifica-

mente, da esperança cristã, a qual tem uma base e desdobramento no evento Cristo, no encontro com o ressuscitado e crucificado. Cristo é a nossa esperança. Porém, o que isso significa? Qual é o impacto desta realidade em nível de fé? O que ela nos faz ver e o que nos antecipa na fé?

Entra aqui esta relação e tensão entre o Cristo ressuscitado-crucificado que é o fundamento, conteúdo e horizonte daquilo que esperamos. Assim, a projeção que se tem do ato de esperar é que vai definir o seu espaço e lugar, bem como a amplitude daquilo que compreendemos por esperança, naquilo que a antecede e no que se tornarão depois as suas implicações. Sim, há esperança. E ter esperança traz consequências e exigências.

Se nós aqui, como um exercício de discernimento, não nos detivermos na especificidade desta esperança, da esperança cristã, a razão que a fundamenta e o destino que ela busca [espera] esvaziam-se de conteúdo. Faz-se necessário, pois, perguntar sobre o lugar da esperança, se ela encontra espaço na atual sociedade, na vida da Igreja, nos nossos carismas e congregações, e de que maneira o ato de esperar formaliza uma expectativa nova para o ser humano de hoje, seja em âmbito de

religiosidade seja em âmbito de humanidade/sociedade, onde ele está inserido e responde contextualmente a sua fé. Vale também perguntar sobre o conteúdo de nossa esperança, em que ela se fundamenta e se, de fato, ela está ancorada num mistério maior.

O texto da Bula do Jubileu, insiste que devemos estar ancorados na esperança:

Assim deve ser; precisamos de transbordar de esperança (cf. Rm 15, 13) para testemunhar de modo credível e atraente a fé e o amor que trazemos no coração; para que a fé seja jubilosa, a caridade entusiasta; para que cada um seja capaz de oferecer ao menos um sorriso, um gesto de amizade, um olhar fraterno, uma escuta sincera, um serviço gratuito, sabendo que, no Espírito de Jesus, isso pode tornar-se uma semente fecunda de esperança para quem o recebe” (Francisco, 2024, n. 18).

Mas o texto ainda insiste: “qual é o fundamento da nossa esperança?” (n. 18). Por isso é importante a reflexão sobre o lugar desta esperança, pois ela não é alienada, mas se faz real e concreta no percurso da história. Assim, o transbordar, ou melhor dizendo, o viver desta esperança vai fazer com que a fé seja jubilosa e a caridade entusiasta, disposta a construir e a agir.

O lugar da esperança vai determinar o tempo desta espera e o modo como ela se dá, mas também a tensão que ela suporta, já que o fundamento da esperança é escatológico, isto é, marcado por uma antecipação do futuro que se faz sentir no presente da história, nos conflitos e contradições, nas alegrias e nas lutas diárias, em tudo aquilo que nos dá razão de esperar, na promessa de algo novo. Esta esperança é ativa e nos mobiliza em ação, em missão, em saída, no anúncio que carrega em seu conteúdo.

A esperança cristã não é uma esperança passiva, mas ativa; é uma esperança que atua na história, que mobiliza o contexto em que se encontra e procura fazer com que o Reino de Deus já aconteça em seu meio. Fortalece-se pela promessa, mas inquieta-se por uma realização. Aspira para o ainda não prometido, mas coloca-se em serviço, em missão, já neste mundo. Essa ação que vem de Deus em nosso favor, que por graça nos antecipa o seu futuro, o futuro de seu Reino, provoca-nos a um impulso novo e transformador. Deus vem até nós com o seu futuro e caminhamos em sua direção como resposta de fé, vivendo em esperança e agindo no amor. Esse futuro de Deus que vem em nosso favor, quando acolhido na fé, compromete-nos em missão, e no anúncio dessa esperança” (Kuzma, 2014, p. 75).

A esperança cristã é concebida e percebida no íntimo da realidade humana, no concreto da história, mas ela a transcende. A diferença é que a esperança cristã também se faz contemplativa, ela se abre ao novo, mesmo no risco de ser vulnerável e frágil em sua espera, devido a novidade e a imprevisibilidade. Ela é operativa, da mesma forma como a esperança humana, mas esta operação é impulsionada por um dom maior, numa virtude que se abre e reconhece o mais íntimo da história. Para nós, cristãos, esta esperança tem um rosto, que é Cristo, e ela tem um caminho, que é o Reino.

Esta esperança tem consequência, que é a cruz; mas ela tem um horizonte, que é a ressurreição. Este Cristo, porém, não é um rosto abstrato, mas é um rosto concreto e que se percebe na face dos muitos rostos que nos chegam, muitos deles feridos e machucados. Nestes rostos é que se percebe o concreto rosto da esperança. Eis uma pergunta que vale a pena de se fazer: qual é o rosto da nossa esperança? E este rosto é visualizado, contemplado, sentido em pessoas e histórias concretas.

Este caminho do Reino que somos convidados a seguir em esperança, como peregrinos, como sentinelas que antecipam e orientam, não se traduz num discurso, nem mesmo em práticas religiosas, mas se faz operante em situações concretas da sociedade,

no impulso de um mistério maior, em atuações coletivas, em movimento, oração, ação e prática pastoral. Perguntamos, então: qual é a esperança que mobiliza, que impulsiona, que operacionaliza os nossos carismas? E mais, com que rosto de esperança nós nos encontramos?

É aqui que entram os desafios, as perguntas que nos fazem questionar sobre o lugar da esperança e em que condições e circunstâncias ela se encontra. É o que nos propõe o Jubileu e esta é a razão pela qual falamos e abraçamos o tema da esperança.

Observamos aqui o conteúdo da esperança cristã (o Cristo e a plenitude de seu Reino), mas alimentado por aquilo que nos é oferecido pela esperança humana, como uma etapa necessária, que torna visível a realização de toda esperança.

Perguntamos: é possível esperar algo novo? É possível esperar algo novo em nível de sociedade e de realização humana, mas também em âmbito de fé? Como é esperar algo novo em espaço de vida consagrada, na vivência dos nossos carismas, na prática dos nossos serviços, no compartilhar de nossas experiências e projetos de missão? Como é viver esta esperança e dela ser sentinela em tempo de sinodalidade, que é exigente e que chama todos e todas à responsabilidade? Não exige a esperança uma ousadia? Não

exige a esperança um despreendimento? E como se dá a nossa posição diante daquilo que se espera (como objeto da espera), qual é a nossa atitude? O que teríamos nós a oferecer, em decorrência do que estamos esperando e já experimentamos na fé, uma fé que na sua essência é esperança? E mais, é possível – ainda – continuar a esperar, a ter esperança, mesmo contra toda esperança?... Como entender, então, a esperança e seu contexto?

Devemos dar atenção aos desafios da esperança e às perguntas que surgem dos desafios e que exigem um olhar novo e aberto a estas realidades. A busca por respostas nos confronta com a realidade da fé, de um Cristo que aponta o novo, mas que é percebido no traços de seu caminho, de sua vida e de sua opção.

A bula papal vai dizer, conforme já vimos, que “a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do coração de Jesus trespassado na cruz” (n. 3a). Este é o caminho e este é o encontro. O ressuscitado-crucificado como fundamento de toda a esperança, pela sua vida, por suas opções, por seu amor, por sua entrega, pela sua confiança, abertura e modo de esperar. Sim, esperamos em um Deus que também espera, e no esperar, tudo se faz possível, porque tudo se faz novo.

Vida Religiosa Consagrada como sentinela de esperança

Abaixo e a modo de conclusão, deixamos algumas reflexões que podem ser feitas e exploradas pelos diversos carismas e congregações a respeito do Jubileu de 2025, que nos convida ao caminho da esperança. Reflexões abertas e que são convites de um caminho em conjunto, sinodal, naquilo que nos fortalece e no horizonte de nossa missão.

- A radicalidade do carisma – as fontes e a atualização, atenção aos sinais dos tempos e abertura ao Espírito.
- Uma pergunta inquietante de sempre: a que e a quem servimos com o nosso carisma?

- A liberdade para o caminho sinodal – contribuições para o aspecto comunitário e na dimensão social da sinodalidade.
- O profetismo, algo inerente à vocação cristã e característico da Vida Consagrada.
- Expressões evangélicas: Quem é o maior? Quem é o meu próximo?
- Dimensões da esperança – que rosto de esperança buscamos e queremos ter e ser.
- A dimensão da vulnerabilidade – essencial para a dimensão cristã. O ser frágil, na resistência e na insistência – eis o sentido de ser sentinela e do profetismo que carregamos no modo de ser cristão, na radicalidade do nosso seguimento.

Referências

- FRANCISCO, Papa. *Spes non confundit*. Bula de proclamação do Jubileu ordinário de 2025. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/20240509_spes-non-confundit_bolla-giubileo2025.html>. Acesso em: 16 Jul. 2025.
- KUZMA, Cesar. A comum e difícil tarefa de se sentir útil: experiência, proximidade e crescimento com a Vida Consagrada. In: SUSIN, Luiz Carlos. (Org.). **Vida Religiosa Consagrada em processo de transformação**. São Paulo: Paulinas, 2015.
- KUZMA, Cesar. **O futuro de Deus na missão da esperança: uma aproximação escatológica**. São Paulo: Paulinas, 2014.

SOMOS TODOS PEREGRINOS! APORTES BÍBLICO-TEOLÓGICOS

Pe. Vinícius Augusto Teixeira¹

Resumo: O presente texto parte da peregrinação como metáfora da vida e busca aprofundar a dimensão bíblico-teológica do peregrinar. A experiência da peregrinação acompanha a trajetória de Israel como expressão de sua identidade de povo da Aliança. Neste itinerário de fé, o Deus da vida e do amor se faz próximo e familiar a seu povo escolhido, a fim de sustentar e encorajar sua esperança. Na pessoa de Jesus de Nazaré – em cuja humanidade se revela a verdade do amor do Pai e da vida que ele nos oferece – Deus-Trindade se faz peregrino com os seus. Por isso, a vocação cristã pode ser vivida como uma experiência de peregrinação: seu ponto de partida é o coração do Pai, seu caminho é o seguimento de Jesus Cristo e seu dinamismo procede do Espírito derramado em nossos corações. Os cristãos de todos os tempos se reconhecem, pois, como peregrinos da “esperança que não decepciona” (Rm 5,5), aquela que, ancorada na fé, se espraia na caridade, no amor acolhido como graça e compartilhado na doação e no serviço aos irmãos, especialmente aqueles que se encontram exilados nas periferias existenciais. Tal esperança, porém, não se encerra nos limites da história. Ela aponta para aquela plenitude de vida que a Trindade nos reserva e que será um dia o porto seguro de nossa travessia.

Palavras-chave: experiência cristã, peregrinação espiritual, comunhão trinitária.

¹ Presbítero da Congregação da Missão (Vicentinos ou Lazaristas). Endereço para contato: viniciusaugustocm@gmail.com O presente texto é continuidade do apresentado na Edição 550 da Revista Convergência.

Introdução

O caminho cristão assume e eleva tudo o que é autenticamente humano, esclarecendo-o com a luz fulgurante da fé. Neste horizonte, foi muito apreciada a afirmação contida na primeira Encíclica do Papa João Paulo II (1920-2005): “o caminho da Igreja é a pessoa humana, a quem anuncia a verdade que a torna plenamente livre. E esta verdade é Cristo” (*Redemptor hominis*, n. 14). É o que abordaremos nesta reflexão sobre a peregrinação como metáfora da vida. Incorporando a perspectiva antropológica da tradição do Antigo Testamento em relação ao tema, consideraremos o seguimento de Jesus Cristo como itinerário da vida cristã e, a partir de seu núcleo eminentemente trinitário, vislumbraremos o sentido-finalidade de nossa travessia existencial. Situamo-nos, portanto, no eixo bíblico-teológico de nossa abordagem.

A peregrinação na trajetória do povo de Israel

Nas páginas da Sagrada Escritura, encontram-se muitas figuras paradigmáticas de peregrinos. Entre elas, destacam-se, desde o início, Abraão e sua esposa Sara. Chamados, enviados e

abençoados pelo Senhor (Gn 12,1-12), a quem se fizeram livremente obedientes, ambos se puseram em marcha, vivendo em tendas, apoiados tão somente na fé, deixando-se surpreender por Deus e dando início assim à longa trajetória do povo da Aliança. O autor de Hebreus proporá a experiência desse casal como inspiração para os cristãos das origens, convidados a abraçar a fé com convicção e coragem, a deixarem-se fecundar por ela e a vivê-la como peregrinos da esperança em um clima de hostilidade e perseguição, abertos ao futuro e com os olhos voltados para a pátria definitiva (Hb 11,8-16).

O povo de Deus se identifica como um povo peregrino, convocado e conduzido pelo Senhor, sempre em busca da terra prometida e esperada, terra da liberdade acolhida e dos bens compartilhados. A contínua memória dessa condição itinerante deveria confirmar o povo na fé, reavivar sua esperança, comprometê-lo com a justiça e encorajá-lo à solidariedade (Ex 16,12; 5,15). Na terra, que pertence a Deus, somos todos “peregrinos e hóspedes” (Lv 25,23). A partir daí, fica claro que Israel tem um ponto de partida: a *memória* de sua própria vocação, na qual se redescobre continuamente como povo amado e escolhido, interlocutor da aliança com o Deus que

o criou e libertou, que o acompanha, ampara e fortalece. Da mesma forma, o povo também tem uma meta: o *futuro* da promessa, a plenitude de vida que o Senhor lhe assegura com sua fidelidade. Entre a memória e a esperança, estende-se o caminho da entrega confiante, do compromisso com a justiça e o direito, da atenção à viúva e ao órfão, do cuidado com a terra, do perdão das dívidas, da lealdade para com Deus e entre todos. “Esta será nossa justiça: cuidarmos de pôr em prática todos estes mandamentos diante do Senhor nosso Deus, conforme nos ordenou” (Dt 6,22-25).

Não é, portanto, sem motivo que encontramos no saltério a joia que é o Salmo 83 (84), um canto comovente dos peregrinos que subiam ao templo de Jerusalém, morada de Deus e refúgio daqueles que confiam em sua fidelidade. Trata-se de uma alusão à experiência dos desterrados que retornam a Jerusalém após a penosa experiência do exílio. Os peregrinos se movem pela saudade e o anseio da presença do Senhor, fonte de luz, serenidade e júbilo para os seus. A maior alegria é viver na proximidade de Deus que confere significado, vigor e valor a todas as dimensões da vida. É somente dele que os peregrinos podem esperar o alento e a força que lhes permitem caminhar com

passo firme, reconstruindo sua identidade, vendo a aridez converter-se em fertilidade, a desgraça em esperança, as lágrimas em sorrisos. “Felizes os que habitam vossa casa; para sempre haverão de vos louvar! Felizes os que em vós têm sua força, e se decidem a partir quais peregrinos!” (vv. 5-6).

Um Deus peregrino

A partir de uma perspectiva simbólico-alegórica, a tradição de Israel também nos permite contemplar a Deus como um peregrino, o *Deus viator*, que caminha na direção de seu povo e o acompanha de perto pelas veredas da história: vê a aflição dos seus, ouve seu clamor, conhece seus sofrimentos, desce para salvá-los e conduzi-los à terra da abundância e da liberdade (Ex 3,7-10).

Há outra cena, tão bela quanto misteriosa, a do acolhimento dispensado por Abraão e Sara a três peregrinos identificados como o *Senhor* (Gn 18,1-15), Abraão, a caminho da Terra Prometida, está sentado à porta de sua tenda, acampado no vale de Mambré, ao lado de um carvalho. Era a hora mais quente do dia. Ao ver os peregrinos que se aproximam, sai ao encontro deles para recebê-los, prostra-se por terra e suplica-lhes: “Meu Senhor, eu te peço, se encontrei graça a teus olhos,

não passes junto de teu servo sem te deteres” (v. 3). A hospitalidade dispensada por Abraão e sua esposa é rica em detalhes: água para lavar os pés, convite ao descanso na sombra e alimento para repor as forças. De sua própria experiência nômade, Abraão intui aquilo de que precisam os peregrinos. Instando a Sara e dispondo de seus próprios víveres, prepara o melhor que podia oferecer para nutrir e confortar seus hóspedes. E o Senhor, por sua vez, assegura ao casal a fecundidade que lhes fará gerar um filho apesar da idade avançada. Os cristãos da primeira hora, que se reconheciam hóspedes e peregrinos no mundo, descobrem nesta passagem um chamado a viver a hospitalidade como exigência do amor fraterno: “Não vos esqueçais da hospitalidade, porque graças a ela alguns, sem saber, acolheram anjos” (Hb 13,2).

Esta é a primeira teofania registrada na Escritura. Abraão vê três peregrinos e se dirige ao Senhor que se revela no caminho. Da mesma forma, o texto se refere às vezes a três indivíduos no plural e outras vezes apenas ao Senhor no singular. Mais tarde, à luz da fé pascal, a cena de Mambré será interpretada em chave trinitária e terá no célebre ícone de A. Rublev (séc. XIII) uma de suas expressões mais belas e di-

fundidas: a Trindade peregrina³. Quem contempla e experimenta a proximidade do Deus peregrino e lhe dá a hospitalidade de seu coração aprende igualmente a peregrinar pelos caminhos da vida, exercitando a hospitalidade para com o próximo. Assim, acolhendo os outros, acolhemos o Deus que nos faz fecundos no amor compartilhado.

Jesus, o peregrino do Pai

Os evangelhos deixam claro que Jesus de Nazaré viveu como um autêntico peregrino, sempre a caminho, livre de si mesmo, livre para o Pai e para os irmãos, livre para amar e servir (Lc 4,30; 13,22; Mt 8,11.20). Foi assim que realizou a missão que o Pai colocou em suas mãos, anunciando o Reino de Deus com palavras e obras, a partir das periferias geográficas e existenciais de sua terra e de seu tempo: “Jesus percorria todas as cidades e povoados ensinando em suas sinagogas e pregando o Evangelho do Reino, enquanto curava toda sorte de doenças e enfermidades” (Mt 9,35). O que o Mestre recomenda a seus discípulos, ao enviá-los como continuadores de sua obra de amor e salva-

³ Há muitas interpretações teológicas altamente elucidativas sobre esta obra-prima de Rublev. Recomendamos a leitura de: TEPE, 1995, p. 147 e MARINI, 2023, p. 7-34.

ção, ele mesmo viveu em primeira pessoa (Lc 10,1-11). O Reino como centro e meta da missão, uma ilimitada confiança no amor providente do Pai, a simplicidade e a mansidão, a liberdade interior e o desapego dos bens, a serenidade de espírito e a alegria que brota do mais íntimo, a disponibilidade e a gratuidade, a generosidade e a aceitação da hospitalidade, a perseverança, a paciência e o perdão diante de oposições, animosidades e rejeições.

Movido por sua paixão pelo Pai e por sua compaixão pelos que choram e sofrem, impelido pelo Espírito que o sustenta na missão, o peregrino Jesus permanece firme e decidido em seu caminho de doação e serviço até a entrega total de si, até dar-nos a prova maior de amor na cruz, vítima da injustiça e da violência (Mc 10,33-45), sem jamais prescindir de sua liberdade (Jo 10,18) e sem buscar a si mesmo, vivendo sempre para o Pai e para os outros. Por isso mesmo, sabemos bem que a peregrinação de Jesus não foi um caminho de tranquilidade e satisfação (Lc 4,29-30).

Enquanto percorre seu caminho, Jesus forma os discípulos com seu exemplo e sua palavra, desvelando-lhes seu mistério, comunicando-lhes sua experiência, transmitindo-lhes suas convic-

ções, forjando-os como peregrinos do Reino. Os discípulos, no entanto, nem sempre se mostravam sintonizados com os sentimentos e disposições do Mestre, assumindo às vezes atitudes contrárias ao que haviam contemplado e escutado no seguimento de Jesus. O Mestre os repreende, adverte e corrige, mas nunca os afasta de si, nunca os remove do caminho, não desiste daqueles que escolheu. Sabe que é precisamente quando seus discípulos mais o decepcionam que mais precisam dele (Mc 8,27-33; 10,35-41). Foi graças a esta paciência de Jesus que, após o evento inaudito e a experiência recriadora da Ressurreição, os discípulos-missionários puderam dar o testemunho vibrante de “como Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com poder, ele passou fazendo o bem e curando a todos os que estavam dominados pelo diabo, porque Deus estava com ele” (At 10,38).

Com o passar do tempo, sempre à luz do mistério pascal e sob a guia do Espírito derramado nos corações, a comunidade cristã das origens foi percebendo que a peregrinação de Jesus de Nazaré tinha começado muito antes, desde que o Pai o enviou ao mundo do seio eterno da vida divina: “Saí do Pai e vim ao mundo” (Jo 16,28; Jo 17,5). No itinerário do Filho de

Deus, a Trindade se faz peregrina conosco para revelar-nos a potência de seu amor que nos precede, acompanha e plenifica e para ensinar-nos a percorrer as estradas da vida com os sentimentos e as atitudes de Cristo Jesus (Fl 2,5) até a meta final. Como afirma o teólogo von Balthasar: “Desde que Deus se ofereceu ao mundo na forma de seu Filho, então nosso sentir e nossa experiência de Deus têm sua justa medida no sentimento e na experiência de Cristo” (apud Marelli, 2022, p. 194). Eis por que Jesus peregrino se apresenta e propõe como “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6). O caminho que nos traz a verdade e a vida e que nos conduz a elas, o caminho pelo qual o *Deus viator*, Trindade de amor, vem a nós e através do qual nossa vida se encaminha para ele como para sua meta e destino, sua pátria e seu porto. “Somente o mistério do Deus que se faz carne e desce, arma sua tenda entre nós e conosco percorre a estrada, pode conferir raiz, rota e rumo ao destino do ser humano, porque vem a nós como ‘caminho, verdade e vida’” (Gonçalves, 2022).

A peregrinação cristã

A vocação peregrina de Jesus contagiou e se estendeu a seus seguidores. Não foi sem motivo que

os discípulos se tornaram conhecidos como seguidores do *Caminho* (At 9,2; 22,4). Um dos mais belos ícones bíblicos da peregrinação cristã é aquele protagonizado pelos dois discípulos a caminho de Emaús (Lc 24,13-35). Nele ressoa um forte chamado a percorrer os caminhos da vida na companhia do Senhor, abrindo-lhe o coração, deixando-nos formar e transformar por sua palavra, dando-lhe a hospitalidade necessária para que ele nos faça sentir o calor de sua presença, reparta conosco seu pão de vida e nos envie como testemunhas entusiastas de sua Ressurreição. Recordando a propósito o Papa Francisco que “a vida cristã é um caminho, que também precisa de momentos fortes para alimentar e robustecer a esperança, companheira insubstituível que permite vislumbrar a meta: o encontro com o Senhor Jesus” (*Spes non confundit*, n. 5). Encorajando e moldando a personalidade do discípulo, este encontro se converte em uma companhia permanente:

A peregrinação é sempre caminho com Cristo, por Cristo e em Cristo. Neste sentido, a humanidade de Jesus que desvela o rosto do Pai representa, para o peregrino, a companhia mais preciosa durante seu caminho, o motivo decisivo da viagem, bem como o único caminho a seguir (Marelli, 2022, p. 187-188).

Enquanto, no tempo de Jesus, segui-lo implicava concretamente percorrer com ele os caminhos da Galileia, hoje a mesma expressão compreende um chamado interior para percorrer o caminho da conformidade com Cristo a partir da própria realidade pessoal e da vida cotidiana com seus desafios e relações. Além disso, em seu itinerário, o cristão não é imune às adversidades e provações comuns a todas as pessoas que transitam pelos caminhos tortuosos da existência. No entanto, há uma diferença muito significativa e decisiva: o cristão, ainda que caminhe na escuridão, está e se reconhece misteriosamente acompanhado por Alguém que o conforta e fortalece, enchendo-o de paz e esperança, indicando-lhe o sentido de sua travessia, dilatando seu coração e confirmando-o em sua busca. O cristão caminha na presença do Senhor, que o chama amigo (Jo 15,14-15), atraído por um amor profundo que toca suas fibras mais íntimas e que, ao mesmo tempo, o ultrapassa (Jo 6,44). Este amor transbordante e irresistível é o mistério trinitário de Deus. Portanto, na ótica trinitária, que é a ótica cristã por excelência, o Pai é o princípio e a meta de nosso peregrinar, o Filho é o caminho que nos conduz àquela fonte inesgotável de vida e o revelador da verdade de Deus

e de nossa própria verdade, assim como o Espírito é o dinamismo que nos anima no seguimento de Jesus e nos insere na comunhão eterna do amor da Trindade, em quem “vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28).

A mesma palavra grega *hodós* serve para designar tanto *caminho* quanto *conduta*, indicando que todo aquele que se dispõe a percorrer um caminho deve assumir uma conduta que lhe corresponda. Herdeiros da tradição de Israel e seguidores de Jesus Cristo, o Crucificado-Ressuscitado que passou pelo mundo fazendo o bem (At 10,38), desde suas origens mais remotas os cristãos se identificam como viandantes pelas sendas da história, convocados a viver o amor até as últimas consequências, descentrados de si mesmos e destinados a uma *terra prometida*, a uma plenitude de vida já esperada, mas ainda não alcançada. Esta é a conduta ou o estilo de vida que corresponde àqueles que percorrem o caminho aberto por Jesus de Nazaré. Conscientes de que “não temos aqui cidade permanente, mas estamos à procura daquela que está para vir” (Hb 13,14), não nos esqueçamos de fazer o bem, de ajudar-nos mutuamente, de servir especialmente aos mais necessitados, porque “esses são os sacrifícios que agradam a Deus” (Hb 13,16).

O caminho cristão, como recorda o Papa Francisco, apresenta-se sempre como “um itinerário marcado por grandes etapas, nas quais a graça de Deus precede e acompanha o povo que caminha entusiasta na fé, diligente na caridade e perseverante na esperança” (*Spes non confundit*, n. 6). Viver como peregrinos no seguimento de Cristo implica, pois, assumir livre e agradecidamente nossa dependência de Deus e a necessidade que temos uns dos outros. Além disso, a peregrinação cristã é um caminho de discernimento. Quanto mais o peregrino persevera na busca da vontade de Deus, mais claramente conhece sua própria verdade, mais decididamente compromete sua liberdade e mais corajosamente se dispõe ao bem para o qual se sabe chamado: o amor fraterno sem fingimento (Rm 12,9).

Como peregrinos, “forasteiros e estrangeiros” no mundo (1Pd 2,11), livres de todo apego, fortalecidos pela fé, incansáveis na caridade e sempre iluminados pela esperança pascal, os cristãos se convencem de que “somos cidadãos do céu, de onde esperamos como Salvador o Senhor Jesus Cristo” (Fl 3,20). Esta é a meta definitiva da nossa peregrinação terrena e não há outra. E esta é também a esperança que nos impele para a meta. Com efeito, “o

fim motiva a ação somente quando há esperança de alcançar o fim desejado” (Boff, 2014, p. 32). Um escrito do século II soube delinear de modo contundente a salutar tensão que caracteriza a trajetória dos caminhantes-cristãos. Estes se mostram solidários e solícitos para com os outros, mas sempre livres em relação a tudo e a todos, dando-se sem perder-se e acolhendo sem a pretensão de possuir. E tudo isso porque sabem a que estão destinados:

Habitam em sua própria pátria, mas como forasteiros; tomam parte em tudo como cidadãos, mas suportam tudo como estrangeiros; toda terra estranha é pátria para eles, mas estão em toda pátria como em terra estranha (...). Vivem na carne, mas não segundo a carne. Vivem na terra, mas sua cidadania está no céu (Carta a Diogneto, n. 5).

A história do cristianismo conheceu fascinantes figuras de peregrinos, desde os eremitas ou padres do deserto, como Santo Antão (séc. III), até peregrinos anônimos de nossos dias, passando por aqueles que se tornaram conhecidos mesmo tendo preferido viver silenciosos e ocultos, segundo a vocação que receberam, como são os casos de São Columbano (+615) e dos jovens San Roque (+1327) e San Bento José Labre (1748-1783). Entre os mais

famosos, encontramos Santo Inácio de Loyola (1491-1556) e Santa Teresa de Jesus (1515-1582). Do ponto de vista literário, os *Relatos do Peregrino Russo*, publicados pela primeira vez na segunda metade do século XIX, destacaram o significado e o alcance espiritual da peregrinação na trajetória de quem segue Jesus Cristo. E nós, como membros da comunidade cristã, somos afluentes desse grande rio que corre pelos sulcos da história, cada vez mais conscientes de que, como afirmou São João Paulo II:

Toda a vida cristã é como uma grande peregrinação para a casa do Pai, de Quem se descobre todos os dias o amor incondicional por cada criatura humana e, em particular, pelo ‘filho perdido’. Tal peregrinação parte do íntimo da pessoa, alargando-se depois à comunidade de fé até alcançar a humanidade inteira (*Tertio Millennio Advéniente*, n. 49).

Um caminho traçado por sua meta

O cristão se identifica como *homo viator*, como um peregrino que não só tem um “para onde ir”, mas também um “por onde caminhar”, uma meta e um caminho, um destino e uma direção, um porto e uma rota. Isso não o exi-

me de dar à sua marcha o ritmo e a cor de sua liberdade, de sua resposta pessoal e irrepetível, de seu compromisso e de sua criatividade, sem jamais deter-se diante dos desafios, fadigas e adversidades, colocando-se por inteiro em cada passo que dá, oferecendo sua colaboração aos companheiros de caminho e deixando rastros para aqueles que virão depois.

É evidente: a pátria definitiva do cristão é a comunhão eterna do amor no seio da Santíssima Trindade e seu caminho é a vida doada de Jesus Cristo, o peregrino do Pai, sempre dinamizado pelo Espírito que nos leva a seguir Jesus na travessia da vida (Jo 14,5-6), entre montes e vales, atravessando noites escuras e manhãs radiosas, tal como dizia São João da Cruz (1542-1591). À luz da meta final, o caminho da vida descobre seu sentido e sua beleza, revelando-se assim um *caminho teofânico*, ao longo do qual brilha sem cessar o esplendor do Deus Uno e Trino e se faz ouvir sua voz que nos pacifica e revigora. Sim, porque o *Deus viator* continua se manifestando no caminho, nas verdades de nossa existência, ali onde choramos e sorrimos, em meio às nossas provações e satisfações, às ambiguidades de nossa condição humana e às vicissitudes de nossa história. E, graças a essa proximidade misericordiosa, nossa

peregrinação se torna um lugar de encontro com o Senhor de nossa vida e de nossa liberdade. As palavras do último sermão paroquial do santo cardeal J. H. Newman (1801-1890) nos descortinam esse horizonte de plenitude:

Mesmo que seja difícil saber quando e onde Cristo chama, que pelo menos estejamos dispostos a acolher seu chamado. Não vivamos satisfeitos de nós mesmos, não façamos de nosso coração nosso refúgio, nem deste mundo nossa casa, nem de nossos amigos nosso lar. Mantenhamos o olhar fixo apenas naquele que pode conduzir-nos a uma pátria melhor. Chamemos o céu de nossa morada e esta vida uma peregrinação... Bem-aventurados os que se abrem para Aquele que deu sua vida por nós e não tem outro desejo senão comunicá-la e estabelecê-la em nós para que possamos viver eternamente (apud Guglielmini; Negri, 2001).

Na prática concreta, uma peregrinação cristã pode ser motivada por várias razões, tendo sempre como ponto de partida o murmúrio interior de um misterioso e amoroso chamado que a fé nos permite personalizar e nomear. A partir daí, os motivos para peregrinar são os mais diversos: conhecer-se cada vez mais e melhor, a gratidão pelos dons recebidos, o reavivar da esperança

em meio às contrariedades e incertezas, uma sincera revisão de vida e o aprimoramento de nossas relações, um renovado propósito de conversão, a contemplação admirada dos bens da criação, uma oração mais profunda e uma entrega mais confiante em vista de uma missão, o desejo de ver preenchida uma ausência sentida no coração etc. Em tudo isso, lateja o anelo mais recôndito e premente do ser humano: encontrar em Deus, só em Deus, o sentido totalizante de seu existir e a meta definitiva de seu caminhar.

Como diz Leonardo Boff

Quando se apaga o sol, vem a escuridão; quando a fonte seca, o rio morre; quando o horizonte desaparece, o viajante perde a direção. A vida então se torna um tédio sem remédio, contendo apenas intervalos de sentido. Sem Deus, subsistem ilhas de sentido em um mar de absurdo. (2014, p. 137).

Em última análise, portanto, o que move os passos do peregrino é o desejo do Céu, a saudade de Deus, sem o qual o horizonte da vida se estreita e obscurece. Esse é o destino humano: “ser acolhido na casa do Pai, no Reino da vida e da glória. Este é o sentido final da peregrinação da humanidade, depois de seus inúmeros caminhos e descaminhos” (BOFF, 2014, p. 463). Assim, a peregrinação

não se apresenta apenas como uma metáfora da vida, mas evoca a meta escatológica para a qual caminhamos, iluminados pela fé e abrasados pelo amor, como “concidadãos dos santos e membros da família de Deus” (Ef 2,19). Ninguém melhor do que Santo Agostinho para ancorar-nos nessa verdade medular que constitui o alicerce da esperança cristã:

Eu vos peço, amemos juntos, corramos juntos no caminho de nossa fé; desejemos a pátria celestial, aspiremos por ela, sintamo-nos peregrinos neste mundo (...). Então chegareis à fonte com cuja água fostes aspergidos; então vereis descoberta a luz cujos raios, por caminhos oblíquos e sinuosos, foram enviados às trevas de vosso coração (2005).

Os que peregrinam sem saber para onde ir e por onde andar

Embora seja verdade que viver como peregrinos dilata o coração e alarga o olhar, ampliando nosso sentido de humanidade, confirmando nossa sede de justiça e comprometendo-nos com a prática do amor fraterno, não podemos deixar de voltar-nos para aqueles que são obrigados a um êxodo doloroso, a uma marcha forçada ou a um exílio desumano. De fato, esta é uma realidade muito presente em nossa época, marcada por inúmeros deslocamentos que colocam em risco a dignidade das

pessoas. E o mapa da mobilidade humana está cada vez mais pulverizado, dramático e complexo. Fala-se inclusive de *crise migratória*: uma diáspora em escala global, mas que solicita ações locais, contextualizadas e concretas (Gonçalves, 2022, p. 508).

Pensemos sobretudo nos refugiados ou naqueles que se veem constrangidos a abandonar seus lares, culturas, pátrias, entes queridos, devido a fatores socioeconômicos, à miséria, à guerra e suas consequências, a conflitos étnicos, ideológicos e religiosos, a desequilíbrios climáticos e catástrofes ambientais. E isso sem saber se e como chegarão a seus destinos, marcados pela mais completa vulnerabilidade, sujeitos a condições precárias de transporte e sobrevivência, vivendo como estranhos em países que não são de fato os seus, suportando leis anti-imigratórias, políticas xenófobas, burocracias humilhantes e posturas discriminatórias, com a tênue esperança (tantas vezes frustrada) de encontrar atitudes de acolhimento, compreensão e solidariedade, bem como oportunidades de inserção social, laboral e cidadã.

São os peregrinos que enchem as ruas e as periferias de nossas cidades, que sofrem com a indigência, o anonimato, a nostalgia,

a solidão, a incerteza sobre o presente e o futuro, que aguentam olhares oblíquos e suspeitas injustificadas. São os que vagam sem rumo, muitas vezes sem terra e sem raízes, explorados pela ditadura do capital e feridos pela globalização da indiferença, contados como números alarmantes, mas desconhecidos em sua identidade mais profunda de pessoas. São os que esperam de nossa parte o respeito, a paciência e o cuidado que talvez ainda não tenhamos exercitado e que podem até expor-nos ao risco da incompreensão. A propósito, como escreveu, certa vez, Dom Helder Camara: “Quem se arranca de si e parte como peregrino da justiça e da paz, prepare-se para enfrentar desertos” (Circular de 21-22/1/1971).

Aqueles que peregrinam no seguimento de Jesus Cristo nunca se esquecem de que o amor que são chamados a viver é ao mesmo tempo universal e concreto. Ele é extensivo a todos, mas atento a cada um. Um amor que não apenas defende causas humanitárias e se compromete com a justiça social, mas também abraça as pessoas, conhece seus nomes e contempla seus rostos, para oferecer-lhes o conforto de sua proximidade, de sua escuta, de sua palavra, de seu gesto, trabalhando assim para instaurar a fraternidade e a paz na Casa Comum: “Permaneçei no

amor fraterno. Não vos esqueçais da hospitalidade, porque graças a ela alguns, sem saber, acolheram anjos” (Hb 13,2). O Papa Francisco dedica aos migrantes um número da Bula do Jubileu da Esperança, salientando a efetividade do compromisso cristão que se assenta na identificação do Senhor com os menores de seus irmãos:

Não poderão faltar sinais de esperança em relação aos migrantes, que deixam sua terra à procura de uma vida melhor para si próprios e suas famílias. Que suas expectativas não sejam frustradas por preconceitos e isolamentos! Ao acolhimento, que no respeito por sua dignidade abre os braços a cada um deles, junte-se a responsabilidade, de modo que a ninguém seja negado o direito de construir um futuro melhor. (*Spes non confundit*, n. 13).

Conclusão

Não há dúvida de que, como peregrino, o ser humano deve ser considerado a partir da complexa unidade que o constitui, composta por três dimensões que interagem continuamente: espiritual, psíquica e somática. Essa unidade inclui também as paixões e emoções que habitam a interioridade humana e que mobilizam nossas buscas, decisões e compromissos. Assim, o peregrino nunca separa o que

Deus uniu. Outra consequência dessa visão integradora refere-se ao caráter dinâmico, gradual e evolutivo da existência, entendida como um verdadeiro itinerário de aprendizado e aprimoramento contínuos. Em sua peregrinação, tanto existencial quanto espiritual, o cristão reconhece que é permanentemente acompanhado, sustentado e confortado por Jesus Cristo, redentor do gênero humano e modelo de uma humanidade

perfeitamente integrada, a mesma humanidade que somos chamados a construir com o olhar fixo nele, até que Cristo se forme em nós (Hb 12,2; Gl 4,19) e possamos dizer como o apóstolo: “Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2,20). Então, dentro dos limites de nossa condição de criaturas, poderemos alcançar a plenitude do que significa ser verdadeiramente humanos segundo o desígnio de Deus-Trindade.

Para sentipensar em comunidade

1. Quais as inspirações que a Sagrada Escritura nos oferece para viver como peregrinos?
2. Como viver a vocação peregrina na perspectiva da espiritualidade trinitária que constitui o coração da fé cristã?
3. De que maneira a condição de *peregrinos de esperança* nos situa em um mundo fraturado por tantos desalentos?

Referências

- BOFF, Clodovis. **O livro do sentido**. Volume I: crise e busca de sentido hoje (parte crítico-analítica). São Paulo: Paulus, 2014.
- CAMARA, Helder. **Obras Completas**. Circulares Ação Justiça e Paz. Volume V (tomo 3). Recife: CEPE, 2022.
- CARTA A DIOGONETO. Em: **Patrística**. Padres Apologetas. São Paulo: Paulus, 1997.
- FRANCISCO, papa. **Spes non confundit**. Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025. Brasília: CNBB, 2025.
- GONÇALVES, Alfredo José. **Retratos da metrópole**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2022.

- GUGLIELMONI, Luigi; NEGRI, Fausto. **Dio è vicino**. Un mese con John Henry Newman. Ponteranica: Centro Eucaristico, 2001.
- HENRIQUE, peregrino. **Peregrinas e peregrinos da Trindade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Tertio Millennio Adveniente**. Carta Apostólica sobre a preparação ao Jubileu do Milênio. São Paulo, Paulinas, 1999.
- JOÃO PAULO II. **Redemptor hominis**. Carta Encíclica do Início do Pontificado. São Paulo: Paulinas, 1979.
- MARELLI, Samuele. **A passo d'uomo**: il pellegrinaggio come esperienza generativa. Milano: Centro Ambrosiano, 2022.
- MARINI, Guido. **Ó Trindade que adoro**: o mistério de Deus revelado por Jesus. São Paulo: Paulus, 2023.
- SANT'AGOSTINO. **Commento al Vangelo di Giovanni**. Roma: Città Nuova, 2005.
- TEPE, Valfredo. **Nós somos um**: retiro trinitário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAMINHOS DE ESPERANÇA, ORAÇÃO, FRATERNIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO

Ir. Giulliane Macêdo¹
Pe. Judinei Vanzeto²

Resumo: A Vida Religiosa Consagrada é um dom divino, um chamado para viver o Evangelho com radicalidade. Desde os primeiros séculos, a comunidade cristã foi central na vivência da fé, como descrito nos Atos dos Apóstolos. A vida consagrada evoluiu ao longo do tempo, passando pelo monaquismo e pelas ordens mendicantes, até as congregações apostólicas e as novas expressões surgidas após o Concílio Vaticano II. No século XX, o Concílio impulsionou a renovação da vida religiosa, reafirmando a importância da fidelidade ao carisma original e a adaptação às novas realidades. Hoje, a vida consagrada se manifesta de formas variadas, como monástica, apostólica, missionária e secular. Este artigo aborda como integrar oração, vida fraterna, descanso, amizades, lazer e ressignificação da missão para fortalecer a esperança e resiliência da vida religiosa no contexto contemporâneo, utilizando uma abordagem bibliográfica e documentos sobre formação dos Padres e Irmãos Palotinos e Irmãs de Notre Dame.

Palavras-chave: Vida Religiosa Consagrada. Missão. Jubileu. Esperança.

¹ Irmã da Congregação das Irmãs de Notre Dame, membro da Província Nossa Senhora Aparecida de Canoas - RS. Bacharel em Serviço Social. Coordenadora e diretora em escola confessional. Endereço para contato: giulliane@nd.org.br

² Padre Palotino, membro da Província Nossa Senhora Conquistadora de Santa Maria, RS. Licenciado em Filosofia, Bacharel em Teologia. Mestrando em Comunicação e Cultura. Vigário Paroquial e Assessor de Comunicação Provincial. Endereço para contato: jvanzeto@gmail.com

Introdução

A Vida Religiosa Consagrada (VRC) é uma vocação que expressa o amor e o cuidado de Deus por meio de carismas específicos, orientados à vivência radical do Evangelho. Desde os primeiros séculos do cristianismo, a vida comunitária esteve no centro da experiência cristã, como indica Atos 2,42, marcando um caminho de partilha e missão.

Inspirada nesse modelo, a VRC foi assumindo diferentes formas ao longo da história, em resposta aos desafios de cada época. O monaquismo, iniciado no Oriente com Santo Antão e São Pacômio, e consolidado no Ocidente com São Bento, foi a primeira grande expressão. Na Idade Média, surgiram as ordens mendicantes; no século XVI, as congregações apostólicas; e, posteriormente, novas fundações ampliaram a presença da VRC nas áreas da educação, saúde, catequese e ação social.

O Concílio Vaticano II impulsionou sua renovação, destacando a fidelidade criativa aos carismas fundacionais e a adaptação aos tempos modernos. Hoje, a vida consagrada se manifesta de forma monástica, apostólica, missionária e secular, mas enfrenta o desafio de integrar plenamente

as dimensões humana, espiritual e apostólica.

Segundo Johnson (2001), a força do cristianismo está em sua capacidade de se adaptar sem perder a essência. Este artigo propõe refletir: de que maneira a integração entre vida de oração, fraternidade, descanso, amizade, lazer e ressignificação da missão pode fortalecer a esperança e a resiliência da VRC no contexto atual?

A metodologia adotada será bibliográfica, com base em textos bíblicos, documentos da Igreja e publicações das Padres e Irmãos Palotinos e das Irmãs de Notre Dame. O desenvolvimento será estruturado em sete pontos centrais para o fortalecimento da VRC no contexto atual.

Vida de oração

A oração é um clamor que brota do coração e conduz a uma ação concreta. São Vicente Pallotti sempre incentivou a vivência do Cenáculo (At 2, 1-11) antes de partir para a missão, pois sem essa experiência, toda ação evangelizadora torna-se vazia e infrutífera. Um exemplo claro disso é o próprio Senhor Jesus, que, antes de tomar decisões importantes para a missão, se retirava para orar (Lc 6, 12-13).

Nesse sentido, a *Ratio Institutionis*, do programa de formação ordinária palotina, apresenta seis dimensões fundamentais: “A formação deve prestar atenção à dimensão humana, espiritual, comunitária, intelectual, apostólica e carismática, e ajudar nossos candidatos a integrar esses diversos aspectos a serviço do objetivo apostólico” (RI 250).

Na visão palotina, a formação humana é a base para a espiritualidade e para todas as demais dimensões. O processo de formação deve estar, especialmente, atento à interioridade. Como escreveu Pallotti, “para imitar nosso Senhor Jesus Cristo, precisamos ter seu espírito, de modo que todas as operações internas de nossa alma sejam semelhantes às dele, para que possamos imitá-lo sinceramente também nas obras externas, que devem ser expressões autênticas das internas” (Pallotti, OO CC III, 1980, p. 38). Para isso, é necessário saber dar e manter o espaço de silêncio e solidão com Deus, refletindo e orando pessoalmente. É fundamental ensinar a viver com atenção, com uma postura voltada à santidade, para que nada em seu caminho escape de sua percepção (RI 257).

Um palotino deve ser uma pessoa de oração constante e perpétua, seguir o exemplo do

fundador, na escola de Jesus que rezava sempre ao Pai. “Pallotti estava convencido da necessidade de orar incessantemente, e começava cada nova fase de sua vida e cada novo trabalho com uma oração para invocar a bênção de Deus” (Nampudakam, 2018, p. 51). Dessa forma, a espiritualidade palotina é trinitária, cristológica e mariana, ao invocar e confiar todas as atividades ao Senhor e a Rainha dos Apóstolos.

Cultivar uma vida de oração saudável é fundamental para ressignificar a VCR, pois é um caminho de autoconhecimento e discernimento da vontade de Deus. A oração não pode se limitar a um ritual ou à repetição mecânica de fórmulas e palavras, mas deve ser, essencialmente, um encontro íntimo e gratuito com o Senhor, que, por meio do mistério de sua graça, transforma a vida.

É muito mais, uma experiência de saborear a presença do “Abba”, o Pai querido (Rm 8,15), do que propriamente do saber e da razão. A oração quando experimentada como um diálogo sincero de corações cria unidade e torna a pessoa dócil à ação de Deus e sensível aos outros.

Para as Irmãs de Notre Dame, a vida de oração conduz a uma espiritualidade encarnada que se manifesta no esforço de permane-

cer na presença de Deus e discerni-la em todas as realidades. Essa espiritualidade se expressa na experiência de Jesus, cuja fidelidade transborda em amor; na escuta atenta e abertura ao Espírito Santo e aos sinais dos tempos; na prática da oração pessoal e comunitária; na Eucaristia; na leitura espiritual; na devoção a Maria; no sacramento da reconciliação; e nos retiros mensais e anuais (Constituições da Congregação, 2004).

Essas experiências de íntima união com o divino requerem que mente, corpo e coração estejam conectados com Ele, numa disposição interior de esvaziar-se e abandonar a pretensão de controle.

Assim, a vida de oração é parte constitutiva da vida palotina e de Notre Dame, bem como da VRC, pois é por meio dela que se nutre a intimidade com Deus, Pai e autor do chamado, do envio e da missão. Para que seja autêntica e continuamente ressignificada, é necessário que a oração brote de um desejo profundo, de uma vontade sincera e de uma disposição interior de buscar a Deus no cotidiano da vida – inclusive quando chega o tempo do deserto e da aridez espiritual.

A oração exerce simultaneamente uma função analítica e terapêutica: “Na oração, o ser

humano reconhece todas as suas posturas equivocadas e enfermidades, e é rezando que descobre o seu remédio” (Grün, 2005, p. 18).

Cultivar uma vida de oração é ser curado; é viver na certeza do amor e da fidelidade de Deus, mesmo nos momentos de secura interior ou quando, sufocados pelos afazeres do dia a dia (ativismo), acaba-se por colocá-Lo em segundo plano. Por isso, é necessário fazer a experiência de Deus. Mesmo que falte ânimo e disposição, é preciso ficar, permanecer com Ele.

Vida fraterna

Os apóstolos que conviveram com o Senhor, assim como as primeiras comunidades cristãs, experimentaram a graça profunda da vida fraterna (At 2,42-47). Os apóstolos, em particular, tiveram a oportunidade de conviver com Jesus, cada um com sua personalidade, fragilidades e pecados, e na aproximação com o Mestre foram deixando-se curar para continuar a missão.

No século III, com a origem das primeiras comunidades monásticas e, posteriormente, das congregações, todas destacaram a importância da vida fraterna como o primeiro testemunho da VRC para o mundo. No documento *Vita*

Consecrata, o Papa João Paulo II, no número 45, enfatiza que o primeiro testemunho da VRC é a vivência de sua própria vocação por meio do testemunho de sua vida, o valor da fraternidade.

Para os palotinos, “na Sagrada Família de Nazaré e na primeira comunidade de Jerusalém encontramos o modelo para vivermos unidos na caridade e nos dedicarmos, juntos, à realização de nosso apostolado” (Lei da SAC, n. 13).

Além disso, há três imagens bíblicas de motivação para a vida palotina: “Nossa Sociedade tem como modelo a vida comunitária de Belém, Nazaré e o Cenáculo. Pallotti nos convida a estar nesses lugares de modo inseparável e contínuo” (RI 259). Pallotti imaginava-se aos cuidados dos pais de Jesus em Belém, na família de Nazaré e no Cenáculo em Jerusalém, como inspiração para a vida fraterna, para sair em apostolado na força do Espírito Santo.

Para as Irmãs de Notre Dame, a vida fraterna é também um chamado a participar do mistério da Trindade que se revela na partilha da missão e do pão, na fidelidade à Palavra e na vivência no amor fraterno que busca acolher e respeitar cada consagrada. Nesse contexto, fazer a experiência carismática fortalece diversos aspectos da vida humana, cria

espaço para amizades autênticas e contribui, de forma evangélica, para a resolução de conflitos e a restauração da comunhão (Constituições da Congregação, 2004).

Na VRC, pode acontecer de ser mais comum comentar sobre as fragilidades alheias do que reconhecer as virtudes e oferecer ajuda fraterna, conforme o ensinamento evangélico. Às vezes, há uma tendência a valorizar conversas sobre os aspectos negativos, enquanto os gestos de bondade só ganham destaque após a partida.

Nesse sentido, além da fraternidade, a afetividade é parte essencial da vida humana e também da VRC. Cultivar uma afetividade madura e integrada não significa apenas cuidar das emoções ou dos vínculos interpessoais, mas entrar em sintonia com o mais profundo de si mesmo, com os outros, com Deus e com toda a Criação.

Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si'* (2015) propõe a ecologia integral como resposta à crise global atual. Essa ecologia vai além do cuidado ambiental, abrangendo também as dimensões humanas, sociais, espirituais e relacionais da existência. Nesse contexto, cultivar a afetividade torna-se um gesto profundamente ecológico, capaz de restaurar os laços, de perdoar, acolher, curar

feridas e promover a reconciliação no mundo.

Na VRC, marcada por votos ou promessas que exigem doação, sobriedade, obediência, castidade e pobreza, a afetividade precisa ser cuidada como um jardim interior. Ela não é um obstáculo à consagração; ao contrário, é uma aliada quando vivida com liberdade, discernimento e profundidade. A afetividade vivida de forma integral torna a pessoa mais humana, mais compassiva e mais disponível ao outro.

O Papa Francisco ainda recorda que “tudo está interligado” (LS 91). Assim, uma afetividade bem cultivada ajuda a perceber a interdependência com os irmãos e irmãs, com os pobres, com a natureza, com as periferias existenciais e com as futuras gerações. A ecologia integral, portanto, pede esse olhar amoroso e cuidadoso para tudo o que existe desde a consagração batismal.

A afetividade, iluminada pela fé, torna-se um canal de ternura, misericórdia e comunhão. E a consagração religiosa, quando vivida com afetos pacificados, harmoniosos, integrados, torna-se sinal profético de uma nova forma de viver no mundo. Portanto, cuidar dos vínculos e de si mesmo constitui-se a essência da harmonia da

ecologia integral, que passa pelo coração consagrado.

Descanso fecundo

O próprio Senhor, após enviar seus discípulos em missão, ao recebê-los de volta, sugeriu-lhes um tempo significativo de descanso. “Os apóstolos reuniram-se junto de Jesus e contaram-lhe tudo o que haviam feito e ensinado. Ele disse-lhes: ‘Vinde, a sós, para um lugar deserto e descansai um pouco.’ De fato, havia tanta gente chegando e saindo que eles não tinham nem tempo para comer” (Mc 6,30-31).

O sistema neoliberal, consolidado nas últimas décadas do século XX, tem popularizado o slogan *time is money* para justificar o uso do tempo como um recurso econômico. O tempo para si mesmo, para se observar e se enxergar – ou seja, o verdadeiro significado do ócio – passou a ser visto como uma perda de tempo e dinheiro.

Essa realidade também aparece no contexto religioso, quando não se garante aos membros – inclusive com apoio financeiro – o direito a um descanso de qualidade, um tempo de ócio criativo. E isso não vem só da parte da congregação, mas também do próprio consagrado, que muitas vezes não

se permite aproveitar suas merecidas férias em um ambiente que favoreça o bem-estar e a integração.

Nos últimos tempos, a digitalização, a sistematização, os avanços tecnológicos, a inteligência artificial e o telefone móvel prometeram proporcionar mais tempo livre ao ser humano (Marpegán, 2022). No entanto, o que se percebe é o oposto: há cada vez menos tempo disponível. Essas mudanças significativas na percepção do tempo ao longo das últimas décadas têm levado à necessidade de medi-lo, quantificá-lo e ressignificar seu valor.

O uso desregrado da tecnologia, a má gestão do tempo e a falta de um sentido mais profundo para a vida têm “sequestrado” momentos significativos e essenciais, até mesmo aqueles voltados à intimidade espiritual, ao cuidado pessoal e ao merecido descanso dos consagrados.

As diversas tecnologias de comunicação e informação, resultantes da Revolução Industrial e da Revolução Tecnológica, têm desafiado a compreensão do ser humano. “A IA desafia a noção que o ser humano tem de si mesmo, obrigando-nos a buscar novos conceitos mais adequados sobre nossa própria natureza” (Santaella, 2023, p. 15).

Na obra *funcionamos ou existimos?* Uma resposta à colonização algorítmica, Miguel Benasayag afirma: “Vivemos em uma comprovada promiscuidade com nós mesmos (sic), com o resultado de uma visão unidimensional do que somos, ou seja, vemos e avaliamos a nós mesmos como máquinas que funcionam” (2021, p. 24).

No tocante ao descanso fecundo, este se apresenta também como uma oportunidade para um *detox* digital, especialmente diante do uso exacerbado das redes sociais, que tende a dispersar a interioridade e comprometer o silêncio da oração e da escuta de si mesmo e de Deus. O valor do tempo desconectado reside justamente na possibilidade de uma reconexão consigo.

Newport (2019) propõe a redução consciente do uso das tecnologias como caminho para focar no que realmente importa. Ele destaca que limitar o uso excessivo do mundo digital pode melhorar a qualidade de vida, fortalecer os vínculos pessoais, longe da luz das telas.

Muitos consagrados acabam se perdendo nas redes sociais, não apenas por interação, mas por se deixarem levar pelo excesso de informações, imagens e estímulos que buscam capturar sua atenção o tempo todo. Tentam, muitas ve-

zes, preencher um vazio interior – reflexo de um desequilíbrio emocional marcado por uma solidão que não gera vida. As redes apresentam um mundo idealizado, de pessoas aparentemente perfeitas, o que encanta, distrai e pode gerar sentimento de frustração, ansiedade e depressão.

Cultivar o equilíbrio no uso das mídias faz parte do cuidado integral da vocação. Nesse sentido, o Papa Francisco recorda: “O ambiente digital é também um território de solidão, manipulação, exploração e violência. Precisamos ajudar os jovens a encontrar espaços de silêncio onde possam escutar a si mesmos e a Deus” (CV 88).

Boff (2009) afirma que o excesso de estímulos digitais “rouba” o tempo do silêncio interior, que é onde Deus sussurra. Trata-se de um alerta pertinente à vida consagrada, que precisa preservar espaços de interioridade, descanso, silêncio e escuta, diante da constante hiperconectividade do mundo contemporâneo.

Não se trata apenas da hiperconectividade, mas também da ausência de uma conexão com as pessoas, comprometendo a fraternidade madura. Isso leva muitos a experimentarem o vazio e a falta de sentido na vida. Além disso, o sentido da vocação e da missão

enquanto doação pode se deslocar, ou seja, o acento passar e recair no fazer, e não no ser. No entanto, segundo Kearns (2021), o ideal do consagrado é ser amado por Deus e colocá-lo acima de tudo, pois Ele é o Absoluto.

A VRC é um caminho de conversão contínua, onde até o descanso se torna espaço de encontro com Deus. Pausar não é fracasso, mas parte essencial da missão, especialmente nos tempos de desgaste ou na idade avançada, quando é preciso ressignificar o estar e não apenas o fazer.

Amizades autênticas

A amizade autêntica cristã é preciosa, um dom divino que se nutre na confiança, no afeto e na espiritualidade. “Um amigo fiel é uma poderosa proteção; quem o encontrou, encontrou um tesouro. Um amigo fiel não tem preço, seu valor é incalculável. Um amigo fiel é um bálsamo de vida, e os que temem o Senhor o encontrarão” (Eclo 6,14-16).

Ao longo do cristianismo há amizades que frutificaram o crescimento espiritual por meio da partilha de vida e do consolo em momentos difíceis. Essas amizades não foram apenas dons, mas um testemunho para o mundo, como um verdadeiro sacramento

da relação humana penetrada por Deus.

Na Congregação das Irmãs de Notre Dame, destacam-se dois exemplos de amizades verdadeiramente autênticas, que souberam reconhecer os sinais da bondade e do amor de Deus. Essas amizades não apenas transformaram a vida de quatro mulheres em tempos distintos, mas impactaram a vida de muitas pessoas ao longo dos 175 anos de presença no mundo.

Santa Júlia Billiart (1751-1816) conheceu Francisca Blin de Bourdon em um contexto de perseguição e fragilidade de saúde. A história relata que o primeiro encontro entre ambas não foi marcante de forma positiva, pois Júlia, então paralítica, escondia-se da perseguição e do caos social causados pela Revolução Francesa (1789-1799). De origens distintas – Júlia, pobre e enferma; Francisca, rica e nobre – viveram uma amizade forjada em Deus, onde as diferenças socioculturais não foram obstáculos para a realização do sonho divino e de um laço profundo capaz de fundar, em 1804, a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Namur, na Bélgica.

Ambas partilhavam o mesmo ideal de perceber Deus muito Bom em todas as coisas. Qua-

renta e seis anos depois, o Bom e Providente Deus quis que outras duas mulheres se encontrassem e dessem continuidade à missão pela força da amizade. As jovens professoras Hilligonde Wolbring (1828-1889) (Irmã Maria Aloysia) e Elisabeth Kuhling (1822-1869) (Irmã Maria Ignatia) se conheceram no conturbado contexto da Revolução Industrial europeia (século XIX). Compartilharam o sonho de dedicar suas vidas aos mais necessitados e encontraram profunda ressonância no coração uma da outra.

Hilligonde era rica e órfã; Elisabeth, pobre e vinda de família numerosa. Sensíveis aos sinais dos tempos, fundaram em 1850 o ramo da Congregação das Irmãs de Notre Dame de Coesfeld, na Alemanha. Dessa amizade, alicerçada em Deus, a vida floresceu e se espalhou pelo mundo.

Na mesma época, em 1831, em Roma, chegou da região da Sardenha, na Itália, uma leiga com deficiência física nos braços, chamada Elisabetta Sanna, que iniciou uma amizade com o Padre Vicente Pallotti (1795-1850). Dessa amizade, Deus fez dela um instrumento para levar adiante a inspiração de Pallotti: a União do Apostolado Católico.

Esses exemplos ressaltam a importância da amizade com

Deus e com pessoas com os mesmos ideais e valores. Na VRC, é fundamental cultivar amizades verdadeiras e autênticas, especialmente com os membros da própria congregação. Em meio aos desafios contemporâneos de uma sociedade líquida e volátil, manter amizades sinceras dentro da comunidade é essencial para a fidelidade e perseverança na vocação. Pois uma amizade autêntica é acolher a verdade mais profunda do outro sem julgamentos, ajudando-o em seu amadurecimento e crescimento pessoal.

Durante anos, a amizade na VRC era vista como algo proibido, que precisava ser evitado dentro do entendimento da vivência dos votos evangélicos e da busca pela santidade. Ter amigos era visto com maus olhos, porque se compreendia que poderia desvirtuar a relação entre a pessoa e o transcendente. Nesta relação verticalizada, não existia espaço para uma abertura do coração com confiança e liberdade interior para compartilhar as sombras visceral da própria humanidade.

Segundo Mendonça (2012), com o amadurecimento da VRC, percebeu-se a importância do cultivo de amizades que se constituem na partilha de vida e no eclosos corações que mergulham nas profundezas do ser que se enten-

de a partir do outro. Com o passar do tempo e a ampliação do entendimento da amizade, percebeu-se que apesar da consagração requerer um coração indiviso, a amizade entre os consagrados é um caminho de crescimento espiritual, afetivo e de fortalecimento da vivência dos conselhos evangélicos de modo integrador.

Valor do lazer

Para refletir sobre o lazer, parece pertinente a obra *Sociedade do Cansaço*, de Byung-Chul Han. Nela, o autor trata sobre a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do desempenho, marcada pela autoexploração e pela constante cobrança por produtividade. Esse cenário resulta em esgotamento, ansiedade, positividade tóxica, perda da capacidade de contemplação e fragilidade nas relações humanas (Han, 2017).

Nesse contexto, o valor do lazer como o tempo dedicado a atividades prazerosas e recreativas, quando a pessoa consagrada não está envolvida com suas obrigações ordinárias. Trata-se de um tempo de descanso e descontração que visa o prazer, a satisfação, a diversão, o entretenimento e o autodesenvolvimento.

O lazer pode envolver atividades simples, como a prática de esportes, caminhadas, boa leitura, viagens, assistir a filmes, ir ao cinema, socializar com amigos ou simplesmente relaxar. Ou seja, é um momento de bem-estar físico e mental, que ajuda a reduzir o estresse e a promover a saúde físico-emocional, o bom-humor, a leveza. Ao consagrado é importante privilegiar um dia por semana ao cultivo pessoal, assim como um mês por ano para realizar atividades diferentes e significativas.

O lazer aparece como um importante aliado na ressignificação da vida e missão da VRC, especialmente em tempos de avanço tecnológico e de liquidez nas relações, as quais, conforme propõe Bauman (2001), são marcadas por experiências imediatistas e voláteis. Muitas vezes negligenciado na vida consagrada por ser compreendido como perda de tempo ou distração. O lazer necessita ser redescoberto como um espaço legítimo e necessário para o descanso, o prazer do tempo livre e a vivência do ócio criativo ao olhar de Deus.

Para De Masi (2000), o ócio criativo integra trabalho, estudo e lazer, representando uma forma elevada de viver na sociedade pós-industrial, em que o tempo livre se torna também fonte de reatização pessoal e social.

Compreendido nesse horizonte, o lazer revela-se essencial para o equilíbrio da saúde física, mental, relacional e espiritual. Trata-se de uma oportunidade de reconexão com Deus, com os outros e consigo mesmos – sem a exigência de estar desempenhando um papel, mas simplesmente oferecendo-se uma pausa nas exigências cotidianas, que tantas vezes seguem o ritmo acelerado do “deus Cronos”.

A metáfora do ritmo acelerado de “Cronos” representa a pressão do tempo cronológico, linear e implacável que marca a sociedade contemporânea. Como destaca Schwartz (2008), Cronos simboliza o tempo que tudo consome, impactando negativamente os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano. Por outro lado, Sabóia (2007) contrapõe Cronos e Kairós, evidenciando a tensão entre o tempo quantitativo e o qualitativo, e suas implicações para a vida moderna. Nesse contexto, o lazer é redescoberto como um espaço sagrado de cultivo da individualidade vivida na fraternidade.

O lazer, portanto, favorece o fortalecimento da relação da pessoa consigo mesma – pois, ao descansar, adquire maior consciência nas interações pessoais e apostólicas, recarrega as ener-

gias com alegria de amar e servir. Enriquece a relação com Deus, ao criar uma disposição interior mais aberta para encontrá-Lo na oração e na convivência comunitária, expressa na tolerância, na leveza e no bom humor próprios de quem se permitiu momentos de revigoramento.

Ressignificar a vida e a missão

A VRC é simbolizada pela imagem bíblica da tenda. O povo de Israel, durante sua jornada rumo à terra prometida, usava a tenda como abrigo temporário, um lugar de encontro com Deus e de acolhimento. A tenda representa, assim, a presença de Deus no meio do povo e a disposição para viver em itinerância, aberta à ação divina (Ex 29,45-46).

As transferências de casa e missão são práticas comuns entre os consagrados e consagradas. Permanecer por muito tempo em um mesmo lugar e função pode levar à acomodação e à falta de disposição para descobrir e vivenciar algo novo. A disposição interior para a mudança é salutar e enriquece-se pessoalmente e comunitariamente. No entanto, em muitas situações, há a dolorosa resignificação interior da vocação e da missão. Esse tempo

de adaptação pessoal e comunitária pode causar dor e sofrimento, mas também trazer alegria num processo de libertação interior.

Numa transferência carrega-se viva a memória afetiva das vivências na missão anterior, e o choque com a nova realidade social, cultural e eclesial é inevitável. Cada pessoa vive sua experiência, e o tempo, a paciência e a humildade são os melhores remédios no processo de resignificação.

Também há a resignificação da vida pessoal na idade avançada, com saúde mental e emocional, que reflete a maneira como se viveu ao longo dos anos. Muitos chegam a essa fase tornando-se amargos e insociáveis, outros manifestam bons sentimentos que carregaram na própria vida. Para envelhecer com qualidade, é fundamental promover o bem-estar e o equilíbrio integral desde cedo.

E como reiterou o Papa Francisco na Encíclica *Dilexit Nos* (2024), ao convidar a Igreja a contemplar o Coração de Jesus, que “amou até o fim”. Também na mensagem para o *IV Dia Mundial dos Avós e dos Idosos 2024*, reafirma que Deus nunca abandona Seus filhos. Ele destaca o valor dos idosos, denuncia a cultura do descarte e incentiva a solidariedade entre gerações.

No entanto, muitas vezes os idosos desconfiam da capacidade dos jovens, dificultando o crescimento mútuo e da congregação em prol do Reino de Deus. É necessário um discernimento ressignificativo para integrar a força juvenil à sabedoria dos idosos, promovendo uma vivência intergeracional.

Para Feitosa (2020), ressignificar a VRC é uma necessidade, ainda que essa afirmação possa causar estranhamento e desconforto em muitos religiosos – especialmente nos mais antigos e em alguns jovens que preferem permanecer em suas zonas de conforto.

Ainda, de acordo com Kiss (2022), a Igreja, sob o impulso do Papa Francisco, convida a vida religiosa consagrada a trilhar um caminho sinodal de ressignificação do passado, assumindo um presente pleno de sentido e abrindo-se a um futuro profético e evangélico.

A vocação e a missão são chamadas que a pessoa responde com generosidade, por meio de um carisma que carrega desafios, limitações, possibilidades e potencialidades, e que se realiza com a participação de cada um, conforme seus dons e talentos. Tudo o mais é dom e serviço oferecido Àquele que chamou a coope-

rar com o Reino. Por isso, tudo o que se vive no cotidiano deve ser ressignificado como expressão de serviço e entrega ao Senhor, pois Ele é o centro.

Peregrinos de esperança

O Jubileu 2025 consiste num tempo de graça à medida que cada um se abre, com disposição interior, para a vivência espiritual da dinâmica jubilar proposta pela Igreja. No tocante a VRC, percebe-se a diminuição das vocações, a falta de perseverança e o aumento da média de idade dos membros. Parece que muitas congregações já não respondem plenamente aos sinais dos tempos.

Segundo o *Anuário Pontifício 2024* e o *Anuário Estatístico 2022*, a VRC segue em declínio global, com exceção da África e da Ásia. O número de religiosos e religiosas caiu significativamente. As maiores quedas ocorreram na Europa e na América. Essas informações evidenciam os desafios das congregações neste tempo.

Além disso, há uma visão secular do cristianismo que sugere que já não haveria mais nada a oferecer à humanidade (Nietzsche, 2012). As instituições e autoridades passaram a ser questionadas a partir de uma nova concepção de poder, política e ciência, frutos

da modernidade (Foucault, 2010). O papel de poder da família, da Igreja e do Estado na sociedade passou a ser questionado.

Imbuído a tudo isso há um clima de vazio, hedonismo, individualismo e incerteza que invade muitos corações consagrados ao Senhor. Vive-se um tempo de desorientação e desesperança, especialmente diante da revolução tecnológica, marcada pelo avanço da IA e suas implicações. “A partir de uma combinação inédita entre tecnologia e biologia, que, segundo afirma, ‘se expandirá pelo universo’, e pode levar a humanidade à extinção ou à imortalidade” (Costa, 2021, p. 116). Segundo Mueller e Massaron (2020), o futuro da técnica se apresenta como um caminho sem volta, incerto, e, ao longo de todas as inovações e descobertas, frutos da inteligência humana dada por Deus (*Fides et Ratio*, n. 43) a humanidade precisa se adaptar e evoluir culturalmente para seguir o seu percurso.

Diante desse cenário, o tema jubilar surge como uma voz profética ao mundo, trazendo um olhar de esperança. Reflete a necessidade de renovar a fé e a esperança cristã em um contexto de desafios, incertezas, guerras, questões sociais, políticas, culturais, ideológicas e ecológicas. Os jubileus sempre foram “acontecimentos de

grande relevância espiritual, eclesial e social” (Francisco, 2022).

A pandemia da Covid-19 afetou todas as nações, trazendo sofrimento, morte, solidão e uma profunda consciência da transitoriedade da vida. Igrejas e espaços de convivência fechados, perdas, dor, angústia e desespero. A crise sanitária gerou dúvidas e medos, mas a ciência ofereceu respostas, permitindo um retorno gradual à normalidade. Para superar a epidemia, foi essencial agir com solidariedade.

Francisco ainda afirma que este Jubileu poderá favorecer a recomposição de um clima de esperança e confiança, promovendo um renovado renascimento diante das urgências do tempo presente. “Por isso, escolhi o lema ‘Peregrinos de Esperança’” (Francisco, 2022).

O Jubileu convida todos a serem testemunhas da esperança que vem de Cristo. Este é um tempo privilegiado para a renovação da fé, da conversão e da reconciliação. Um incentivo à vivência dos sacramentos, a Confissão e a Eucaristia, das indulgências plenárias, um retorno às fontes essenciais cristã.

O patriarca Abraão, pai da fé e grande exemplo de esperança, acolheu a promessa de Deus e se pôs a caminho rumo à terra pro-

metida (Gn 12, 1-3). Ainda hoje, Deus continua, por meio de Seu Filho, a surpreender e renovar a esperança no mundo. Essa esperança não se fundamenta nas próprias realizações e esforços humanos, mas naquilo que Deus pode realizar no coração e na vida de cada pessoa.

Dessa presença, nascem três atitudes essenciais para viver a esperança: do desejo de êxito pessoal à fecundidade do processo, como a semente lançada na terra; do mero otimismo à alegria autêntica da presença do Espírito Santo; e da segurança em bens passageiros à plena confiança no caminhar com Jesus (Agostinho, 1999).

Assim sendo, a VRC é chamada a ser peregrina de esperança em Cristo, cumprindo sua missão, oferecendo sua contribuição em um mundo marcado por sombras, propondo, diante dos desafios, novas possibilidades à luz do Espírito Santo. Pois Ele prometeu estar presente até o fim dos tempos (Mt 28,20). Essa presença traz paz, segurança e alegria, sustentada pelo Ressuscitado, rumo à pátria definitiva, enquanto dado escatológico da esperança cristã.

Considerações finais

A integração entre a vida de oração, a vivência fraterna, o descanso fecundo, a amizade autêntica, o lazer humanizador, a resignificação contínua da missão e a consciência de ser peregrinos de esperança no mundo contemporâneo revela-se fundamental para o fortalecimento da VRC diante dos desafios e mudanças do tempo presente.

Neste percurso, torna-se cada vez mais necessário cultivar uma espiritualidade enraizada no cotidiano, que promova a unidade entre o ser e o fazer, entre o interior e o exterior, entre a vocação, a consagração e a missão. A consagração, para ser autêntica e fecunda, exige um processo de integração pessoal e comunitária, alicerçado nos conselhos evangélicos e adaptado às exigências e carismas próprios de cada instituto religioso.

Diante de uma cultura marcada pela pressa, pelo consumo, pela técnica, pela ciência, pelo descarte, desesperança e niilismo enquanto perda de sentido da vida, a VRC é chamada a testemunhar a profundidade, a permanência e a esperança cristã. Ninguém está plenamente pronto, mas em contínua construção. Este caminho exige paciência, abertura à graça

de Deus, humildade e constante conversão pessoal, comunitária, pastoral, eclesial, ecológica e congregacional.

Este artigo pretende ser uma contribuição nesse itinerário, oferecendo um caminho de reflexão e, num futuro próximo, servir de base para o aprofundamento das temáticas aqui apresentadas, a fim de colaborar com o processo

de revitalização e fidelidade criativa da VRC.

Que no Jubileu 2025, sob o lema Peregrinos de Esperança, enraizado na fé e sustentado pela fraternidade, continue sendo um sinal profético e transformador para a Igreja e o mundo, a caminho da celebração dos 2000 anos da Ressurreição do Senhor.

Para sentipensar em comunidade

1. Como temos integrado, de maneira equilibrada e fecunda, a vida de oração, a fraternidade e o descanso em nossa consagração, sem perder de vista a missão e o testemunho no mundo?
2. De que forma nossa espiritualidade se enraíza no cotidiano, promovendo unidade entre o ser e o fazer, entre vocação e missão, diante de uma cultura que privilegia o imediatismo e o descartável?
3. Estamos abertos ao processo contínuo de conversão pessoal e comunitária, reconhecendo-nos como peregrinos de esperança num tempo que exige paciência, escuta e fidelidade criativa ao carisma recebido?

Referências

- AGOSTINHO, Santo. Sermão 105 – Sobre a ruína da cidade (De excidio urbis). In: **Coleção Patrística – Sermões**, v. 5. São Paulo: Paulus, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENASAYAG, Miguel. **Funcionamos ou existimos?** Uma resposta à colonização algorítmica. Tradução de Darío Bursztyn. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.

- BENTO XVI, Papa. **Fides et Ratio**: Carta Encíclica sobre a relação entre fé e razão. São Paulo: Paulinas, 1998.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição revista e ampliada. Tradução da École Biblique de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.
- BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência**: o ser humano como projeto infinito. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Perfectae Caritatis*: Decreto sobre a adequada renovação da vida religiosa. Roma, 28 de outubro de 1965. In: **Documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965)**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2000.
- CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE NOSSA SENHORA. **Enviadas a encarnar o amor do Deus bom e providente**. França: Éditions du Signe, 2013.
- CONSTITUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO. **Irmãs de Nossa Senhora**. Roma, 2004.
- COSTA, Flavia. **Tecnoceno**. Buenos Aires: Taurus, 2021.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- FEITOSA, Fábio Pereira. A ressignificação da Vida Religiosa Consagrada: um desafio para os religiosos contemporâneos. **IHU Online**, 27 outubro de 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/601367-a-ressignificacao-da-vida-religiosa-consagrada-um-desafio-para-os-religiosos-contemporaneos>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud, Marx**. Buenos Aires: La Página, 2010.
- FRANCISCO, Papa. **Carta ao Arcebispo Rino Fisichella pelo Jubileu 2025**. 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2022/documents/20220211-fisichella-giubileo2025.html>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- FRANCISCO, Papa. **Christus Vivit**: Exortação Apostólica Pós-Sinodal aos Jovens e a Todo o Povo de Deus. Roma, 25 março de 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html. Acesso em: 5 abr. 2025.
- FRANCISCO, Papa. **Dilexit Nos**. Carta Encíclica sobre o amor humano e divino do Coração de Jesus. Vaticano, 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/20241024-enciclica-dilexit-nos.html>. Acesso em: 1 abr. 2025.

- FRANCISCO, Papa. **Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Roma, 24 de maio de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 6 abr. 2025.
- FRANCISCO, Papa. **Mensagem para o IV Dia Mundial dos Avós e dos Idosos**. Vaticano, 28 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/nonni/documents/20240425-messaggio-nonni-anziani.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- GARCÍA PAREDES, José Cristo Rey. **Teología de la Vida Religiosa**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2000.
- GRÜN, Anselm. **Oración y autoconocimiento**. Buenos Aires: Guadalupe, 2005.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KEARNS, Lourenço. O Ser da Vocação Religiosa. **A12**, 7 maio 2021. Disponível em: <https://www.a12.com/redacaoa12/espiritualidade/o-ser-da-vocacao-religiosa>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- KISS, Veridiana. Ressignificando a vida consagrada pela vivência de uma espiritualidade sinodal. **Vatican News**, 25 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-07/vida-consagrada-espiritualidade-sinodal.html>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- LEI DA SOCIEDADE DO APOSTOLADO CATÓLICO. Roma: Ediciones Monte Casino, 2008.
- LINSCOTT, Mary. **A quarta essencial**. Canoas, RS, 1980.
- MARPEGÁN, Carlos María. Educación tecnológica. In: PARENTE, D.; BERTI, A.; CELIS, C. (Org.). **Glosario de Filosofía de la técnica**. Buenos Aires: La Cebra, 2022.
- MENDONÇA, José Tolentino. **Nenhum caminho será longo**: para uma teologia da amizade. 5. ed. Lisboa: Paulinas, 2012.
- MUELLER, John Paul; MASSARON, Luca. **Inteligência Artificial para leigos**. Edição de bolso. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.
- NAMPUDAKAM, Jacob. El espíritu del sacerdocio según San Vicente Pallotti. Roma: SAC, 2018.

- NEWPORT, Cal. **Minimalismo digital**: para uma vida focada num mundo ruidoso. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PALLOTTI, Vicente. **Obras Completas de São Vicente Pallotti** v. III. Roma: SAC, 1980.
- PLANO CONGREGACIONAL DE FORMAÇÃO. Irmãs de Nossa Senhora. Generalato Roma, 2013.
- RATIO INSTITUTIONIS DA SOCIEDADE DO APOSTOLADO CATÓLICO. Generalato da Sociedade do Apostolado Católico. Roma, 2008.
- SABÓIA, Iratan Bezerra de. **Cronos e Kairós**: reflexões sobre temporalidade laboral e solvência social. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2227/1/2007_dis_ibdsaboia.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.
- SANTAELLA, Lucia. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Edições 70, 2023.
- SCHWARTZ, Suzana. Aprendizagem: questão de ritmo? In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **Professores e alunos: aprendizagens em comunidades de prática educativa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SANTA SÉ. **Annuario Pontificio 2024**. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2024.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SANTA SÉ. **Annuario Statisticum Ecclesiae 2022**. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2024.



ESTRATÉGIAS DE MULHERES VIÚVAS PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO E DA JUSTIÇA A SEU FAVOR, A PARTIR DE RUTE E NOEMI

Ir. Maria do Socorro Soares¹

Introdução

Na literatura bíblica e suas interpretações tradicionais, aparece a dificuldade de visibilizar mulheres e seus protagonismos, também em se tratando de mulheres viúvas. Ainda que tenham contínuas contribuições nas vivências relatadas, suas vidas e ações são, costumeiramente, consideradas de pouca importância; seus nomes, nem sempre preservados nos registros gráficos; suas lutas e conquistas, nem sempre reconhecidas. Consequências da cultura androcêntrica.

Na tradição profética, mulheres viúvas, frequentemente aparecem entre as pessoas que

compõe a categoria de pessoas empobrecidas. Algumas narrativas bíblicas evidenciam mulheres viúvas sendo impactadas pela injustiça, resultando em sofrimentos, violência, miséria e risco de vida, apesar das garantias instituídas nos códigos legais. Contudo, existem outros textos sagrados nos quais encontramos mulheres que reagem à injustiça por elas sofridas e criam possibilidades de superação.

Inseridas em seus contextos e, impactadas por situações de injustiças, Rute e Noemi não se paralisam, ao contrário, reagem, enfrentam e criam alternativas. Suas percepções e iniciativas colaboram na luta pela efetivação

¹ Irmã Teresiana. Mestra em Ciências da Religião. Endereço para contato: msocorro.soares@stjteresianas.org

do direito e da justiça para mulheres e, particularmente, para as mulheres viúvas. Por isso buscou-se descrever as estratégias implementadas por elas.

O trabalho não traz uma exegese do livro de Rute ou de fragmentos de textos, mas considerou toda a narrativa, uma vez que se está abordando o livro a partir de temáticas. Propomos um percurso que transita pelos contextos socioculturais, pela tradição profética e sua influência na codificação de leis de proteção social das pessoas empobrecidas. E, por fim, são ressaltados elementos que consideramos estratégias implementadas por Rute e Noemi, visando provocar uma interação entre o texto e as diversas experiências de cada uma, de cada um de nós.

Incidência do contexto histórico social na vida das mulheres viúvas

Optamos pela vertente interpretativa que situa a narrativa de Rute no período do pós-exílio. Este contexto incidiu sobre a vida das mulheres de variadas formas. Apresentamos algumas que tendem ao fortalecimento da violência e exclusão de mulheres; Também, nos detemos em outras que resultaram na tessitura da convivência e interrelação entre

culturas diversas e relações mais colaborativas e inclusivas. Iniciaremos com uma aproximação às prescrições e dispositivos legais que carregam matizes de proteção social.

Fundamentos Proféticos e Dispositivos Legais de Proteção

A história jurídica de Israel (Crüsemann, 2001, p. 23) pode ser trabalhada de modo articulado com a história social, visto que a codificação do direito é resultado de processo histórico e, originalmente, cada prescrição é oriunda de princípios enraizados nos seus contextos socioculturais.

Direito e justiça são elementos muito presentes nos textos bíblicos. No antigo Israel há uma compreensão de que o surgimento do direito antecede ao surgimento do Estado e está acima deste (Crüsemann, 2001, p. 32). Segundo Reimer (2017, p. 196), “o direito bíblico [...] é um conjunto de normas e regulamentações em que a perspectiva dos empobrecidos está presente” e reforça que esta perspectiva perpassa toda a tradição bíblica.

Comblin (2007, p. 10) considera os códigos legais presentes na tradição de Israel como instrumentos que contém dispositivos de proteção aos mais fracos. Contudo, dá maior ênfase à tradição

profética como a voz mais forte que anuncia a prioridade de fazer justiça ao empobrecido e denuncia a opressão da classe dirigente. Por isso, “entre as coisas que os profetas veem, um ponto emerge de modo particular: a injustiça” (Marques; Silva, 2018, p. 289). Nesta perspectiva, Reimer (2017, p. 190) afirma que “os profetas pressupunham as relações de assimetria das relações sociais (fortes x fracos) e faziam incidir suas críticas sobre os desmandos dos mais fortes”.

Há um comprometimento da profecia para trazer às claras os mecanismos da sociedade que exploram os grupos vulneráveis, assim como o aparato jurídico que legitima a não aplicação da justiça para estes grupos e o favorecimento dos interesses dos mais poderosos. O profeta Isaías aponta alguns rostos vítimas desta exploração os órfãos e as viúvas. Lage (2021, p. 155) sustenta a ideia de que grupos considerados marginais, em tempos de enfraquecimentos das instituições políticas e religiosas, desenvolveram uma teologia marginal, a qual influenciou “na esfera da ética social, a prática do direito e da justiça transformarem-se em leis que garantiam sobrevivência aos socialmente fracos, principalmente à tríade social [estrangeiro, órfão e viúva]”.

A Torá compreende um conjunto amplo que “abrange sentenças jurídicas, morais, culturais, religiosas, teológicas e históricas” (Crüsemann, 2001, p. 23). No antigo Israel, ao longo do tempo, o conjunto de ensinamentos que orientava e organizava a vida do povo foi se consolidando e formando os códigos legais, os quais estão integrados à compreensão que o povo tem da Aliança com Deus. Os códigos legais contidos na Torá e mais mencionados,

o Código da Aliança (Ex 20,22-23,33) é o mais antigo; o Código Deuteronomico (Dt 12-26) é o mais novo que o código da Aliança, pois adota leis daquele e as reformula; o Código de Santidade (Levítico 17-26) é o código de lei mais novo porque inclui tanto leis do Código da Aliança quanto do Deuteronomio (Grunwaldt, 2009, p. 21).

Apesar de não ser o último a ser consolidado, mencionamos o Código Deuteronomico por último, devido sua legislação trazer um forte acento em proteção social. O Código Deuteronomico, provavelmente seja da época estatal, com muita sintonia ao período da reforma de Josias; considerado um discurso de Moisés; amplia as determinações de proteção social e jurídica aos considerados mais fracos da sociedade; no centro da

sociedade está o homem livre com posse de terra, com pensamento social na fé em Yhwh, Deus da libertação, que exige amparo aos pobres da terra: estrangeiros, órfãos e viúvas (Grunwaldt, 2009; Crüsemann, 2001).

Crüsemann (2001) analisa e identifica a legislação social contida no Código Deuteronomista (Dt 12-26), destacando aspectos que, de forma articulada, se assemelham a uma rede de proteção social, a saber:

- Dízimo do terceiro ano (Dt 14,29): destinado aos mais fracos da sociedade, isto é, levitas, estrangeiros, órfãos e viúvas.
- Perdão de dívidas no sétimo ano (Dt 15,10): mecanismo para restringir acumulação e possibilidade de vida digna e produtividade econômica.
- Libertação individual de escravos e escravas por causa de dívidas contraídas (Dt 15,18):
- Inclusão dos mais fracos nas principais festas de peregrinação (Dt 16,15): compartilhar o dízimo na forma de consumo no santuário central.

A integração destas leis apontam para um sistema com o propósito de garantir segurança ma-

terial e social de grupos empobrecidos da sociedade na época, além de dificultar “que israelitas livres, possuidores de terra sejam arrebatados pelo redemoinho da derrocada social” (Crüsemann, 2001, p. 322). É significativo constatar em Dt 14,22-29, que a cada três anos, a finalidade do dízimo, que é um tributo, assume o caráter de “contribuição social canalizada [...] às pessoas sem terra, ou seja, pessoas estrangeiras, a órfãos e viúvas” (Schroer, 2008, p. 115). Grunwaldt (2009) afirma que o Código Deuteronomico acolheu a preocupação central da profecia, referindo-se à ênfase dada à proteção social. Contudo, Crüsemann (2001, p. 29) alerta para se evitar compreensões que contrapõe o direito codificado como modelo ideal que deve ser aplicado à realidade, sem considerar a dinamicidade da mesma.

Judá no Pós-Exílio: Diversidade Cultural em Questão

Narrativas de Esdras e Neemias demonstram um conjunto de ações, as quais vários autores, chamam de projeto de reconstrução de Jerusalém e, reorganização administrativa do território de Judá. Aparecem como principais dinamizadores destas ações o rei persa, Zorobabel, Neemias e Esdras. Tais projetos são estratégias persas, buscando alcançar

estabilidade política e manter a pacificação na região próxima ao Egito (Gunneweg, 2005, p. 233). Também almejam implantar, de modo impositivo, uma nova identidade: a judaica, a qual é apresentada como a legítima expressão da fidelidade à tradição. Por essa razão, Kessler (2009, p. 180) alerta para uma leitura crítica da literatura de Neemias e Esdras, uma vez que tanto Neemias quanto Esdras são de origem dos deportados, vêm de fora, sustentando a ideologia de que esse grupo é o verdadeiro povo Judeu e verdadeiros donos das terras. Esta perspectiva mostra uma política agrária que autoriza os descendentes dos exilados – provavelmente a segunda ou terceira gerações - a se apropriarem de terras que estão ocupadas por agricultores que nunca saíram dali. Também mostra outra consequência cultural-religiosa, ou seja: “Esdras fez com que a grandeza ‘Israel’ coincidissem simplesmente com a comunidade judaica visível dentro e fora de Judá ou se diluísse nela” (Gunneweg, 2005, p. 235). Cabe aqui resgatar que, “após a constituição dos dois reinos independentes em Israel e Judá, [as relações são marcadas] pelo fato de ambos os reinos estarem em constante rivalidade (Kessler, 2009, p. 87).

A reconstrução do templo de Jerusalém foi um fator importante dentro do plano que almejava a instituição da província de Judá. Segundo Kessler (2009, p. 192) como santuário central o templo ganhou função econômica, pois recebia tributos para o tesouro estatal e centralizava as ofertas cúlticas das pessoas adoradoras de Ywhw. Também cresce a importância do sacerdócio que também desempenha papel político, integrando-se na estrutura estatal. Esdras que representa um programa segregacionista é de linhagem sacerdotal. (Ferreira; Marques, 2019, p. 173)

Outras estratégias foram implementadas pelo governador Neemias, as quais conduziam à criação de estruturas que possibilitassem a elevação do território de Judá à categoria de província independente. Significa desvincular-se da subordinação administrativa à Samaria - da qual era parte, segundo a geopolítica persa -, passando para o vínculo com o governo central. Neemias dinamizou ações de repovoamento do território de Judá, visando aumento populacional e a construção das muralhas da cidade de Jerusalém. Começou atuar em 445 a.C. e suas principais medidas

visavam, principalmente a independência administrativa [de Judá], a segurança militar por meio da construção das muralhas da cidade [de Jerusalém] e uma segregação religiosa-nacional da nova província mediante medidas contra laços matrimoniais com mulheres não judias, especialmente samaritana” (Gunneweg, 2005, p. 232).

Em tais medidas implementadas, é possível perceber uma intencionalidade em promover uma segregação cultural-religiosa-étnica para afirmar a identidade do agora povo judeu e sua província de Judá.

Outras ações são implementadas por Esdras, doutor da lei, um “escriva-sacerdote” (Gunneweg, 2005, p. 229), que chega a Judá como “visitador designado pelo rei persa que deve implementar entre os súditos da Pérsia pertencentes à religião judaica, a lei judaica” (Rendtorff, 2009, p. 112). Um aspecto que Gunneweg (2005, p.229) chama a atenção é que a lei levada por Esdras é a lei israelita-judaica, ou seja, um conjunto jurídico relacionado às pessoas adoradoras de Yhwh que vivem na diáspora, em Judá e também espalhadas no território do antigo estado-irmão, Israel, que tinha em Samaria sua capital. Porém os adoradores de Yhwh que habitavam na Samaria não eram acei-

tos, pois “aos olhos dos judaítas, mantinham um culto sincretista” (Gunneweg, 2005, p. 232). Esta rivalidade foi intensificada pelo pensamento que justificava que o verdadeiro Israel são os que passaram pelo exílio e foram purificados. O contrário, são os que permaneceram no território e se integraram com outros povos. Esses não seriam legítimos judeus, tampouco teriam direito à posse da terra, logo, deveriam ser expulsos do território de Judá (Ne 9,2; 10,31). Entretanto, conforme as narrativas em Esdras, somente mulheres estrangeiras e seus filhos deveriam ser expulsos (Esd 9-10). Possivelmente uma forma de assegurar a posse da terra e não permitir que ela venha a ser, por direito de herança, um bem pertencente às esposas estrangeiras (Crüsemann, 2001; Meyers, 2002).

Proibição de Casamentos entre Judaítas e Mulheres Estrangeiras

A identidade do agora considerado verdadeiro povo judeu passou a ser definida pela inclusão nas listas de genealogias produzidas pelos remanescentes do exílio babilônico e pelo cumprimento da Lei conforme a interpretação de Esdras. Consequentemente as famílias que permaneceram no território de Judá não apare-

cerão em tais listas genealógicas e, passarão a serem identificadas como povo da terra, “que viveu a solidariedade étnica com outros povos” (Ferreira; Marques, 2019, p. 170). Por este motivo, apesar de viverem no território, terem a posse da terra, a partir de então são acusados de impuros, não pertencentes à verdadeira identidade judaica e, conseqüentemente, perdem o direito à terra em que sempre estiveram.

De acordo com Rendtorff (2009, p. 110), o verdadeiro propósito da missão de Esdras em Jerusalém foi “uma inspeção da situação jurídica, para a qual a lei judaica servia como base [...] mediante uma investigação já em curso, apareceu um relato de violação das obrigações religiosas”. Esta violação diz respeito aos casamentos de vários judaítas com mulheres de outras etnias ou mesmo descendentes das dez tribos que formaram o antigo estado-irmão de Israel. Segundo a narrativa em Esdras (Esd 9-10) se busca implementar uma solução conforme a lei, isto é, a solução corresponde à dissolução desses casamentos (Gunneweg, 2005, p.229), resultando na expulsão das mulheres estrangeiras e de seus filhos. Quem se negasse a obedecer a tal medida legal, receberia a punição de ter seus bens confiscados (Esd 10,3).

Kessler (2009, p. 175) argumenta que “a polêmica contra os casamentos mistos não se tratava de misoginia, mas sim de identidade de grupo”, porque havia indício de que as mulheres tinham direito à herança e, corria-se o risco de a propriedade familiar passar para mãos estranhas. Contestando esta visão, Ferreira e Marques (2019, p. 174) afirmam que o projeto de Esdras representa os interesses da elite sacerdotal e está estruturado a partir do racismo deste grupo. A estratégia utilizada foi atribuir à divindade as exigências da suposta pureza de raça, assim como a punição mediante a não obediência.

As ações implementadas por Esdras impactaram drasticamente a vida das mulheres – consideradas estrangeiras – e suas famílias, agora vulnerabilizadas, mediante a forçada quebra de vínculos afetivos e de pertença. Os prejuízos não são visibilizados, mas estão à vista. Por isso Ferreira e Marques (2019, p. 175) questionam:

além das mulheres, como ficariam as crianças? [...] Como ficariam pais e mães? Como ficaria a dimensão do amor da ternura entre filhos, mães e papais? O programa de Esdras provocou uma hecatombe anti-bíblica.

O projeto de Esdras foi ameaçador para a vida, principalmente, de mulheres e crianças por meio da legitimação da exclusão, segregação étnica, desigualdade social e de gênero.

Outras Experiências: Convivência entre Povos Diversos, a partir do Livro de Rute

O livro de Rute, como uma literatura associada ao período pós-exílico, traz elementos que deixam transparecer a existência de uma teia de relações de convivência entre povos diversos, dentro e fora do território judaíta. Dentre eles, israelitas, judaítas, samaritanos, moabitas entre outros. Também as narrativas contidas nas obras de Neemias e Esdras evidenciam que as medidas de proibição de convivência e casamentos interétnicos confirmam a existência deste tipo de convivência cotidiana entre os diversos povos.

Por meio das narrativas do livro de Rute, emergem tradições do Antigo Israel. Temática como as leis de proteção aos grupos sociais mais fragilizados. Também é um escrito que estrutura um discurso que aborda situações de mulheres e falas de mulheres. Segundo Brenner (2002, p. 18) “o livro de Rute é uma história de mulher”. Van Dijk-Hemmes afirma que a composição do livro se

tornou possível, “graças à cooperação entre (uma tradição de) sábias mulheres contadoras de histórias e articula seus argumentos desde o conceito cultural das mulheres, ou seja:

As mulheres formam um grupo emudecido, com uma cultura e uma realidade cujos limites coincidem parcialmente com os limites do grupo masculino dominante, mas os limites do primeiro grupo não estão totalmente circunscrito pelos limites do segundo [...] implica que a cultura das mulheres não poderia ser vista como um mundo separado e alienado da cultura dominante, mas como um pano de fundo invisível. (Ardenner apud Dijk-Hemmes, 2002, p. 181).

Nesta perspectiva, o livro de Rute pode ser visto como o produto da cultura de mulheres. Portanto, além de remeter a “uma criação coletiva da cultura das mulheres” (Dijk-Hemmes, 2002, p. 185), o livro de Rute também apresenta a proposta do cumprimento da Torá com suas leis de proteção social, uma vez que “o resgate destas leis são o tema em questão em Rute. Trata-se de uma leitura da Torá só que, tendo as mulheres como sujeitas da releitura” (Schwantes, 2010, p. 68). Uma releitura que traz na base a tradição teológica da libertação e proteção dos empobrecido, principalmente da

tríplice categoria social. Ferreira (2013, p. 502) exemplifica a partir de Rute, que

reúne três elementos fundamentais sobre as questões sociais e uma tríplice categoria protegida por Deus: ela é uma mulher e uma mulher estrangeira, pobre e viúva. Rute acaba tornando-se uma espécie de memória que liga a libertação do cativo egípcio a uma legislação de cunho social para proteger os pobres e excluídos.

Logo, o livro de Rute corresponde a uma memória subversiva que recorre e evidencia a legislação de cunho social, a qual, se supõe, se originou de uma prática existente, mesmo que em nível marginal. Uma legislação que coloca em questionamento a hegemonia prescritiva da lei propagandeada pelo grupo de linhagem sacerdotal que regressou do exílio babilônico.

Crocetti (1985, p. 181) aponta que o livro “teria sido escrito para polemizar contra as rígidas normas pós-exílica que condenava os matrimônios mistos”. Ferreira e Marques (2019) situam o texto como contemporâneo e crítico ao projeto de Esdras (458 a.C.) e Neemias (445 a.C.); esclarecem que os autores ou autoras usam um artifício literário, para remeter o texto ao tempo de juízes, uma vez que, em verdade,

estavam criticando, severamente, o momento (tempo de Esdras), mostrando que era possível aplicar as leis da “respiga”, do “resgate” e do “levirato” e, com isso, dar espaço às crianças, às mulheres e às estrangeiras (Ferreira; Marques, 2019, p. 8).

Portanto, como sinal de resistência, o livro de Rute recorre à “leis que garantem os direitos dos pobres e abrem uma perspectiva para a inclusão das mulheres” (Ferreira, 2013, p. 507), ao mesmo tempo contesta o projeto em curso que expulsa mulheres estrangeiras e seus filhos e filhas. Ferreira e Marques (2019) trabalham o livro de Rute em relação comparativa com o projeto de reconstrução de Esdras. Estes projetos são antagônicos. Um, “o de Rute, foi surgindo, de baixo para cima, à medida que as/os pobres iam se unindo na defesa das/os marginalizados/os” (Ferreira, Marques, 2019, p. 171); enquanto o outro, o de Esdras, veio de fora para dentro, carregado de intolerância de gênero, etnocentrismo e xenofobia; imposto por representantes da antiga elite judaica, anteriormente deportada para Babilônia.

A narrativa revela uma rede de mulheres e alguns homens criando estratégias de luta pela vida com dignidade; que conhecem as leis e criam processos para que sejam efetivadas em favor da

vida para todas as pessoas. Por isso Dijk-Hemmes afirma que o livro de Rute, portanto, celebra a cooperação entre mulheres (2002, p.182) em favor do cuidado e promoção da vida para todas as pessoas. Scherer (2017) destaca a vivência da sororidade entre Noemi e Rute, expresso no pacto que assumem para superar os desafios com os quais se depararam. Menciona, de forma rápida, um traço significativo: “[Ambas] precisam encontrar estratégias para viver e não sucumbir diante da realidade da fome, pobreza, opressão e leis injustas” (Scherer, 2017, p. 118).

Rute: Uma Proposta de Cumprimento da Torá na Perspectiva das Mulheres

Tanto Schwantes (2010) quanto Van Dijk-Hemmes (2002, p. 185) compreendem a narrativa de Rute como uma proposta de cumprimento dos princípios e leis da Torá, na perspectiva das mulheres. Argumentam que as mulheres estão no centro da narrativa de Rute. Esta narrativa está repleta de conteúdo das vivências das mulheres; vivências que trazem os desafios do cotidiano da vida: a ameaça da fome, a violência e injustiças contra as mulheres e demais pessoas vulnerabilizadas. Rute e Noemi apresentam uma proposta de enfrentamento dos problemas, recorrendo às re-

lações de cooperação, de partilha; resgatam e implantam a vivência dos princípios e mecanismos legais que buscam incluir e proteger a vida das pessoas, de modo particular, das pessoas mais vulnerabilizadas. Este é um traço indicativo de incidências da cultura das mulheres na vivência e cumprimento da Torá, interpretada a partir de suas lentes.

De modo específico, destacaremos aqui a temática das três leis presentes no livro de Rute: a respiga, o resgate e o levirato. Estas fazem parte da tradição legal do antigo Israel. Buscam assegurar proteção às pessoas empobrecidas, principalmente órfãos, viúvas e estrangeiros.

A respiga aparece como um direito prescrito em Deuteronômio (Dt 24,19-22) e levítico (Lv 19,9-10; 23,22). Respigar “significa colher a sobra que fica no campo depois da colheita” (Mesters, 1985, p. 48). Oriundo de tradições antigas, “nas leis clânico-tribais, a respiga era direito dos pobres, viúvas e estrangeiros” (Carlesso, 2021, p. 69).

O livro de Rute afirma a validade e pertinência do direito da respiga, em meio a um cenário que tende a fortalecer estruturas que promovem exclusão social, étnica e de gênero. Rute era pobre, viúva e estrangeira e, estando em

Belém, nos campos do Booz, fez valer o direito de respigar (Mesters, 1985; Ferreira; Marques, 2019; Carlesso, 2021).

Entretanto, há indícios de um deslocamento da concepção inicial do princípio do direito da respiga. Mesters (1985) demonstra esta mudança na efetivação do direito: este é esvaziado de seu poder prescritivo, isto é, passa de uma obrigação legal-religiosa da sociedade israelita com órfãos, viúvas e estrangeiros, para categoria de favor que os donos de campos atenderão ou não, de acordo com seus interesses. Embora, o princípio fundamental do direito de respiga estivesse pautado na compreensão de que a respiga era dos pobres e não dos donos da colheita, “na época de Rute os pobres só podiam catar a sobra quando o dono da colheita fosse favorável (Rt 2,2). O direito do pobre tinha sido transformado em esmola (Mesters, 1985, p. 48).

Lei do resgate: no antigo Israel, havia uma figura instituída que aparecia como instrumento importante na regulação das relações familiares, principalmente relacionada às questões econômicas. Esta figura é conhecida “como *go’el*, aquele que resgata [...] aquele que na hora do aperto vinha socorrer. Era uma figura importante, sobretudo para os pobres que não dispunham de recur-

sos para se defender” (Mesters, 1985, p. 57). Corresponde a um parente próximo como também alguém pertencente ao clã que, em certas situações, intervém como defensor e protetor dos interesses do indivíduo e do coletivo. Carlesso (2021, p. 71-72) apresenta duas situações em que recai sobre o *go’el* a responsabilidade de intervir em favor do parente necessitado:

1. Quando o parente vende sua terra – propriedade familiar – por motivo de endividamento. Neste caso, o *go’el*, atua comprando a terra de volta para restituí-la ao parente empobrecido. Está prescrito em Levítico (Lv 25, 23-25).
2. Quando o parente se encontra em uma situação em que é obrigado a vender-se a si mesmo. Nestas circunstâncias o *go’el* é responsável por intervir e resgatar o parente, restituindo sua liberdade.
3. O benefício desta lei incide em proteção e fortalecimento da família, impedindo que um núcleo familiar se desintegre e outro acumule; de igual modo, impedindo que o parente perca a liberdade e outro se torne explorador de seu irmão (Mesters, 1985, p. 57).

O levirato é identificado em sociedades antigas onde a família é central na organização social. É compreendido como uma forma de solidariedade social, que garante o fortalecimento das relações e organizações familiar e, consequentemente, do clã. Segundo Corazón (2012, p.103), “el levirato se practicaba entre los judíos desde la época patriarcal. Era una vieja costumbre vigente entre los metitas, assírios e hititas del Asia Menor y entre los árabes del Yemen”.

Uma perspectiva apresentada por Hirata (2015, p. 63), presente no contexto dos assírios: mediante a prática do dote pago ao pai da noiva, em caso de morte do futuro esposo antes que aconteça o casamento, então o cunhado era uma alternativa viável para casar-se com a noiva e fazer cessar a obrigatoriedade de devolução do valor recebido pela noiva.

Na cultura judaica aparece nos códigos legais a instituição do levirato, em Dt 25, 5-10. Descreve que, mediante a morte de um homem casado que não deixou descendência, seu irmão deverá casar-se com a viúva para garantir descendência para o falecido e perpetuar a herança familiar, por meio de um filho. Contudo o cunhado poderá escolher não cumprir esta prescrição e receberá algum tipo de punição. Se-

gundo Mesters (1985, p. 59) “a lei obriga somente filhos do mesmo pai e não os primos e outros parentes, no caso, se trata da pequena família”. No entanto, Ribeiro (1999) afirma que, provavelmente o “casamento levirato tenha sido alargada pela tradição a parentes além dos cunhados” (1999, p. 10). Esta evidência aparece no livro de Rute, onde o resgatador Booz é um parente mais distante na linhagem familiar.

Identificação e análise das estratégias utilizadas pelas viúvas Rute e Noemi

A partir da narrativa do livro de Rute e, das análises feitas por algumas autoras e autores, fizemos destaques de alguns aspectos que identificamos como estratégias implementadas pelas viúvas Rute e Noemi. São elas: leitura da realidade a partir da experiência das mulheres, migração em tempo de colheita, apoio mútuo e ensaios de relações de cooperação, possuem e compartilham saberes legais e trabalham em equipe, vinculação de Rute e Booz pelo casamento de levirato.

Ao analisarmos cada estratégia, sempre que possível, buscaremos apoiar a argumentação também com base no capítulo 4 do livro de Rute, uma vez que ele

apresenta um aspecto conclusivo, mostrando alguns resultados alcançados, decorrentes das estratégias utilizadas.

Leitura de Realidade a partir da Experiência das Mulheres

Entendemos que as iniciativas perspicazes, bem articuladas e implementadas por Rute e Noemi são expressão da leitura de realidade que conseguem fazer, articulando as informações e conhecimentos que vão acumulando em suas trajetórias de vida. Consideramos que o conhecimento da realidade social articulado com conhecimento da situação familiar, somando-se às habilidades de Rute e Noemi, tenha produzido uma percepção ampla da realidade desafiadora. Isto colabora e impulsiona uma postura proativa, de criar alternativas, de perceber outras possibilidades. Noemi e Rute conheciam a situação atual de enfraquecimento de seu núcleo familiar, agora ameaçado pela fome e atingido pela morte dos integrantes masculinos. Percebiam a iminente ameaça da extinção total. Sabia também que seu núcleo familiar era intercultural (Gitay, 2002, p. 245). Enquanto pessoa conhecedora da realidade social para além das fronteiras de Moab, Noemi ficou sabendo que “Yhwh visitara seu povo, dando-lhe pão” (Rt 1,6). Podemos supor

que, do mesmo modo, quando anteriormente, habitava em Belém, Noemi teve notícias sobre produção de alimentos nos campos de Moab (Carlesso, 2021, p. 68). Recordemos que, primeiramente, foi a família de Noemi que deixou Belém, a casa do pão, onde já não havia pão para sua família. Por este motivo migrou para os campos de Moab (Rt 1,1). Possivelmente a família de Noemi tenha chegado a uma situação de empobrecimento, agravada pela ameaça da fome. Diante disso, a alternativa tenha sido migrar para outra região, em busca de melhores condições de vida.

Ao observarmos o contexto que envolve a colheita dos restolhos, pode-se identificar um ambiente hostil e ameaçador, principalmente para mulheres. Rute busca estar em grupo com outras mulheres trabalhadoras (Rt 2,8-9), fator que lhe garante o mínimo de segurança no trabalho. E sua vivência da solidariedade, criou identificação nas pessoas do ambiente de trabalho, como também na vizinhança, em Belém. Isto resultou em acolhimento, melhores condições de trabalho (2,8-9.14). O impulso da ação de Booz como resgatador e como alguém “com habilidade e eficiência para dirigir a transação legal” (Bledstein, 2002, p. 169; Rt 4,1-2) foi promovido por Rute e Noemi. Também

é possível perceber a influência das duas viúvas na ampliação ou mescla da lei do resgate com o levirato (Rt 4,4-5), obtendo legitimidade pelos anciãos e assegurando o casamento de Rute e Booz, além de um herdeiro, visto como garantia de segurança para o futuro de Noemi.

Portanto, atrás de cada decisão, estratégia, plano, está o conhecimento de elementos do contexto social e da situação familiar. Fator que tende a aumentar as possibilidades de acerto ou de tomada de decisões mais favoráveis, para a família de Rute e Noemi.

Migração em Período de Colheita

Entendemos como ação estratégica de Rute e Noemi migrarem no período da colheita de cevada (Rt 1,22). A busca pela sobrevivência e melhores condições de vida para a família (Martins, 2018, p.58), resultou no deslocamento geográfico tanto de Judá para Moab quanto de Moab para Judá (Bledstein, 2002, p. 158). Ameaçadas pela situação de fome e morte, Noemi e Rute optam por colocarem-se a caminho, em busca de pão, de oportunidade de sobrevivência (Carlesso, 2021, p. 68); movimentam-se em direção a lugares que apresentam possibilidades de vida (Rt 1,7). Agora é Belém que aparece no horizonte de possibilidades, pois tem pão e

parentes abastados (Rt 2,1). Segundo Carlesso (2021, p. 68) “essa história lembra a de Abraão e Sara, que também migraram por causa da fome (Gn 12,10) e a de Jacó e seus filhos”. E ainda, encontra referência no imaginário do povo israelita, podendo equiparar-se a um novo êxodo.

Certamente um dos motivos das diversas partidas poderá ser as “mãos vazias” (Rt 1,21): à falta de pão, de alimento, de condições de vida digna. Logo, a mobilidade aparece impulsionada pela busca de condições favoráveis para viver, onde se possa estar com as “mãos cheias”. Rute e Noemi partem cientes de suas necessidades, mas assumem a direção em que vislumbram possibilidades: vão para a cidade do pão, em tempo de colheita e onde tem parentes, inclusive parentes abastados (Rt 1,7; Mesters, 1985).

No contexto do julgamento do processo que representa os interesses das viúvas, Noemi é apresentada como “aquela que voltou dos Campos de Moab e Rute como a moabita, a mulher daquele que morreu” (Rt 4,3). Nesta apresentação está implícito a mobilidade, a diversidade cultural em interação e o enfrentamento às situações que levam à morte. Rute e Noemi são mulheres que não paralisam diante da situação de

pobreza e fome que ameaça suas vidas. Movimentam-se na direção daquilo que identificaram como oportunidades e, pelo caminho (Rt 1,7), vão criando alternativas. São mulheres de iniciativa e movimento, mulheres que buscam melhores condições de vida.

Um efeito da migração corresponde a experiência de alguém ser considerado estrangeiro/a. Essa é uma condição que frequentemente aparece associada à situações de vulnerabilidade e frágil proteção jurídica (Crocetti, 1985, p. 189; Kessler, 2009, p. 181). Também há indícios de uma tradição do passado que expressa “uma animosidade que marca o relacionamento entre Israel e Moab” (Gitay, 2002, p.240). Tanto Noemi quanto Rute têm experiência de vivenciarem a condição de serem estrangeiras: Noemi, enquanto esteve em Moab; Rute, estando em Belém. É possível que essas vivências lhes tenham moldado a atitude de acolhimento, reconhecimento e valorização da interculturalidade. Afinal, no tempo de fome em uma região, a outra foi suporte e possibilidade de sobrevivência. Também as mulheres de Belém demonstram um acolhimento tanto para Noemi quanto para a moabita Rute, sobre a qual tecem um elogio, afirmando que ela: “vale mais que sete filhos” (Rt 4,15). Apare-

ce uma cultura de mulheres, onde mulheres e homens, como Booz, convivem, integram-se e, assumem a interculturalidade³ como possibilidade (Brenner, 2002; Ferreira, 2019).

Apoio Mútuo e Relações Baseadas na Colaboração.

O pacto firmado entre Rute e Noemi parece resultar de um processo de convivência e aprendizado. Primeiramente, consideremos Noemi. Impactada pela situação de fome e morte e envolvida pela amargura (1,13) e pelo choro (1,14), Noemi faz uma leitura de realidade que resultaria na dissolução do seu núcleo familiar e na separação das culturas: todas as viúvas regressariam às suas origens; as noras regressariam “à casa da mãe” (1,8), enquanto Noemi regressaria para Belém. Esta era a solução conhecida por Noemi para a situação em que se encontrava sua família. Ao contrário é a concepção e postura de Rute. Ela decidiu deixar sua cultura e optou por seguir junto com Noemi, fazendo com ela uma aliança pela vida de seu povo” (Carlesso, 2021, p. 69), mostrando que a situação desfavorável deve ser

³ A interculturalidade alude a um tipo de sociedade em que as comunidades étnicas, os grupos sociais se reconhecem em suas diferenças e buscam uma mútua compreensão e valorização. (DAMAZIO, 2008, p. 63-86).

enfrentada com o fortalecimento dos vínculos, integração cultural e compromisso com a vida, principalmente das pessoas mais vulnerabilizadas. Rute possibilitou que Noemi alargasse a percepção; que se reconhecessem em suas necessidades comuns e, dede aí, compreendessem a si mesmas como possibilidade de alternativas possíveis, e iniciassem um caminho de agir coletivo e colaborativo. Para Brenner (2002, p. 189) Rute age mais como protetora do que como alguém necessitada de proteção. E, nos leva à percepção de que há uma semelhança entre a opção assumida por Rute e o papel de go'el. "O interesse pessoal de Rute inclui a segurança de Noemi na velhice e a posteridade. A amizade destas duas mulheres obstinadas é inclusiva" (Bledstein, 2002, p.166). Esta opção de Rute, a estrangeira, está permeada por um conjunto de valores que dialogam com os preceitos e leis que o povo israelita tem instituídos como expressão da vontade do seu deus, Yhwh (Rt 2,11; Mesters, 1985, p. 51). Esta é uma evidência da universalidade de valores fundamentais vividos em todas as culturas.

A ressonância desta estratégia no capítulo 4 do livro de Rute, podemos encontrar no elogio que as mulheres de Belém fazem a Noemi, sobre Rute (4,15). Vale mais

que sete filhos. Também neste capítulo encontramos o reconhecimento do povo e dos anciãos de que Rute, a moabita, além de fazer parte do povo de Israel, semelhante a Raque e Lia, "é formadora da casa de Israel" (Rt 4,11).

Ademais, esta estratégia possibilitou o enfrentamento e a superação das dificuldades encontradas. Em primeiro lugar, assegurou sobrevivência para as duas viúvas. Juntas, conseguiram encontrar pão. Também impediu o desmantelamento total do núcleo familiar, por ocasião da morte dos filhos de Noemi, colaborando na criação de novas possibilidades, as quais resultaram na rearticulação do núcleo familiar que recebeu dois novos componentes, Booz e Obed (Rt 4,13). No pacto de cooperação e cumplicidade entre Rute e Noemi, encontra-se elementos que facilitaram sua vinculação e pertença ao povo israelita (Rt 4,15.17). Rute optou por proteger Noemi, regressar com ela a Belém, assumindo como sua a cultura, o território e a divindade israelita. Segundo Mesters (1985, p. 51), "Rute foi acolhida por Booz como filha de Abraão e como membro do povo de Deus", porque fez uma opção semelhante à de Abraão.

Além da conexão com os ensinamentos de Yhwh, aqui transpa-

rece a interculturalidade presente na identidade do povo israelita desde as origens, uma vez que entende sua origem vinculada à figura de Abraão, um estrangeiro, migrante. Outro fator marcante é o agir cooperativo de Rute e Noemi.

Segundo van Dijk-Hemmes (2002, p. 179), “elas são modelo de cooperação e de respeito mútuo. Elas se ajudam em vez de competirem”. Este agir cooperativo de Rute e Noemi é potente na geração de alternativas e possibilidade; gerou resultados positivos, começando pelas suas próprias vidas. Além disso, descortina a dinâmica da cultura androcêntrica que fomenta a competitividade entre as mulheres. Isto pode ser constatado, inclusive, em vários relatos bíblicos, nos quais as mulheres aparecem competindo e enfrentando-se (Gn, 16,6; I Sm 1,6).

Viúvas e Seus Conhecimentos Legais: Compartilhamento de Saberes e Trabalho em Equipe

As mulheres demonstram possuírem saberes jurídicos, legais; compartilham estes saberes e trabalham em equipe. Várias citações, no livro de Rute, deixam transparecer que as mulheres tinham conhecimento sobre questões legais.

Toda a narrativa do Cap. 2 gira em torno da execução do direito de

respigar, ou seja, direito assegurado às viúvas e a pessoas pobres e estrangeiras. Rute, que atende às três condições dessa lei, exerce tal direito ao respigar nos campos de Booz. “Rute e Noemi sabem que quando se é pobre, só se consegue pão, orientando-se pela lei de Deus” (Martins, 2018, p. 63). O trabalho de respigar, Rute realiza em companhia de outras mulheres trabalhadoras, talvez também como estratégia de autoproteção. Respigar tornou-se, portanto, uma atividade em que viúvas, pobres e estrangeiras estavam expostas ao risco de sofrerem violência ao mesmo tempo em que estavam exercendo um direito, isto é, trabalhando para garantir sua sobrevivência. Com o passar do tempo, a execução plena do direito de respigar encontrava alguns empecilhos: primeiramente, os donos dos campos nem sempre permitiam que os pobres colhessem os restolhos (Mesters, 1985, p. 51); outro fator que transparece é que, principalmente as mulheres, eram molestadas pelos trabalhadores e, possivelmente, pelos donos dos campos (Rt 2, 8-9;23).

Para Stanton (2002, p. 30), Noemi e Rute são mulheres ocupadas e práticas. Aproveitam o pouco tempo que dispõem para conversarem sobre ‘meios e recursos’, ou seja, alternativas possíveis que lhes assegurem a vida. Desta for-

ma, uma vez resolvida a questão emergencial da fome, recorrendo ao direito de respigar, agora as conversas avançam na busca de superação de mais um desafio: viver o presente com dignidade e com perspectivas de futuro.

O capítulo terceiro do livro de Rute evidencia o direito de resgate sendo acionado por Noemi e Rute, de modo que o parente Booz fizesse tramitar o processo de resgate da terra que pertencia ao núcleo familiar de Noemi e Rute. Primeiramente Noemi comunica a Rute que Booz “é um parente próximo que tem sobre nós o direito de resgate” (Rt 2,20b). Conhecedora deste costume de seu povo, Noemi se percebe idosa para um novo casamento, mas compreende que a jovem viúva Rute é membro legítimo da família e, poderá casar-se com Booz. E, ainda, sabe que um filho desta relação será herdeiro das terras de seu falecido marido, Elimelec (Stanton, 2002, p. 31). Um plano é elaborado e executado; tanto Noemi quanto Rute são protagonistas, não há “passividade ou mera obediência” (Bledstein, 2002, p. 164). Rute estimula Booz a exercer o direito de resgate para com ela e Noemi (Rt 3,9); “a assumir sua obrigação de gerar um herdeiro e adquirir a terra para garantir a sobrevivência de Noemi” (Bledstein, 2002, p. 165). Booz envolveu-se mais profunda-

mente com a família de Rute e Noemi e, cresceu seu comprometimento em “fazer o que elas queriam” (Rt 3,11), apesar de haver outro parente mais próximo, que, legalmente, tem a preferência na compra do terreno. Noemi demonstra confiança no comprometimento e ação de Booz, para que o resultado do processo resulte na aplicação do direito e justiça a favor de sua família. Noemi compartilha com Rute sua convicção de que a justiça será feita e será ágil (Rt 3,18).

De modo abrangente, o capítulo 4 do livro de Rute, condensa o resultado da efetivação do direito de respigar, do levirato e do resgate. Enfatiza a leitura que integra as leis do levirato e do resgate (Rt 4,4-5). “O livro de Rute parece querer misturar as duas leis [...] será porque pobre não entende de lei e confunde as coisas ou é por alguma esperteza da luta?” (Mesters, 1985, p. 61). Esta esperteza transparece tanto nas conversas quanto nas estratégias de Rute e Noemi em torno das três leis que dominam o conteúdo da narrativa. Mulheres viúvas, empobrecidas, que usam seus conhecimentos legais e recorreram, primeiramente ao direito de respigar para conseguir alimento. Inteligentemente, avançam da situação de falta de alimento para uma situação em que a respiga é

aumentada pela partilha de alimento (Rt 2,16-17), concluindo com a esperançosa possibilidade de chegarem a terem sua própria produção com o resgate da terra (Rt 4,9). Posteriormente, compartilham seus saberes e elaboram estratégias (Rashkow, 2002, p. 50-51), nas quais deixam transparecer uma compreensão mais abrangente e integradora de duas leis que aparecem no texto proferido por Booz (Rt 4,4-5): “a lei do resgate refere-se à posse da terra; a do levirato diz respeito à descendência [...] abrangem esferas interdependentes” (Bal, 2002, p. 77). A dinâmica da narrativa permite supor que esta compreensão e luta são principalmente, de Rute e Noemi (Rt 2,20;3.1-4;8-9). Elas percebem que, para superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram, necessitam soluções mais estruturais, que produzam efeitos para o presente e para o futuro (Rashkow, 2002, p. 47; Bledstein, 2002, p. 161). Rute e Noemi sabem também que o parente mais próximo que Booz estava disposto a resgatar somente a terra. Deixando-as na situação de penúria (Mesters, 1985, p. 70). Por isso, buscaram uma possibilidade mais justa, na qual ninguém ficasse para trás, na miséria e exclusão. Esta possibilidade não era a mais prática, fácil e evidente. Mas construída

em parceria com Booz, levava em consideração que

já não é possível adquirir a terra de um pobre sem levar em conta a situação da família desse pobre; uma depende da outra. [...] Quem quiser adquirir o terreno de Noemi, tinha que assumir também toda a situação da família dela. Neste caso, casar com Rute para que através do filho que nascesse, a família de Noemi pudesse continuar na posse do seu terreno (Mesters, 1985, p. 72)

O livro de Rute faz uma atualização das leis do resgate e levirato, para que possam continuar respondendo ao princípio inicial de garantir a proteção do núcleo familiar e, que a justiça alcance as pessoas empobrecidas. Esta necessidade é decorrente do fato de que (Crüsemann, 2002, p. 23) os contextos sociais e suas necessidades provocam à instituição das leis, as quais devem responder estas necessidades. É plausível que novos contextos provoquem novas interpretações, ampliações ou reduções na abrangência das leis.

Também as mulheres de Belém evidenciam o conhecimento legal que possuem e manejam, ao reconhecerem o cuidado de Yhwh com Noemi, uma vez que “não te deixou sem alguém para te resgatar” (Rt 4,14-15.17). São as mu-

lheres que reconhecem como ação da divindade a concretização da lei do resgate para com Noemi. Elas dão nome ao filho de Rute. “Neste episódio, à cultura das mulheres são dados precedência e poder de decisão acima da cultura dos homens, na qual aquela está submersa e dificilmente é reconhecida” (Brenner, 2002, p. 187). Uma perspectiva que possibilita ensaios de práticas inclusivas e concepções que reconheçam e afirmem a descendência como algo que implica participação conjunta, não exclusivamente de homens.

Vinculação de Rute e Booz pelo Casamento de Levirato

A lei do levirato aparece subjacente no capítulo três e evidente no capítulo quatro do livro de Rute. Ciente de tal lei, Noemi e Rute elaboram uma estratégia de vinculação e conquista entre o Booz e Rute (Rt 3,2-4). Essa estratégia busca assegurar o casamento de levirato, uma vez que Booz é parente próximo de Noemi. Isto possibilitará não somente as condições de sobrevivência com a aquisição da terra por parte de Booz, mas possibilitará a continuidade do núcleo familiar. No plano de Noemi e Rute (Rashkow, 2002, p. 47), a sexualidade é um atributo que colabora na construção de perspectivas de felici-

dade (Rt 3,1), de vida nova (4,13) e futuro de um povo multicultural (4,12). Para Brenner (2002, p. 188) “a sexualidade é o meio escolhido por Noemi e adotado por Rute para encorajar Booz a levá-lo à decisão que o momento exigia [...] a abordagem jurídica não produziria a solução desejada por si só”. Na atmosfera do envolvimento sexual entre Rute e Booz, aparece um diálogo entre Booz e Rute, no qual Rute se posiciona de modo propositivo e diz: “estende teu manto sobre tua serva” (Rt 3,9). Para Rashkow (2002, p. 47), trata-se de um “poderoso discurso de Rute” que força a ação e comprometimento de Booz com a causa das duas viúvas.

O plano elaborado por Rute e Noemi inclui Booz e parece não incluir o outro parente que tinha primazia no direito de resgate. “Certamente a generosidade de Booz deixou transparecer que ele apreciava Rute como mulher” (Bledstein, 2002, p. 166). Parece haver uma escolha por Booz e este demonstra reciprocidade: “elogia Rute, cheio de gratidão por ela tê-lo escolhido e não a um jovem” (Bladstein, 2002, p. 166; Bal, 2002, p. 77). Apesar de não se falar da beleza de Rute, ela é chamada por Booz de mulher valorosa (Gitay, 2002, p. 248). Ele reconhece a coragem de Rute ao tomar iniciativa e propor-lhe ca-

samento (Rt 3,9); admira Rute pelo cuidado com Noemi e a considera como “uma mulher que julga de forma adequada, que tem bons princípios e busca vigorosamente o que é importante” (Bledstein, 2002, p. 164).

Certamente a evolução do vínculo entre Rute e Booz pode ser considerada como resultado do plano implementado por Rute e Noemi. Brenner (2002, p. 188) ressalta que tanto a sexualidade quanto a iniciativa feminina não foram censuradas no relato. Desta forma, a tramitação do processo ganhou agilidade, pois Booz esteve implicado, diretamente, dispondo os elementos necessários (Rt 4,1-4). No relato estão presentes as partes implicadas ou seus representantes, as testemunhas (anciãos) e o povo da cidade. Noemi percebeu que Booz teria as condições necessárias para realizar a “transação legal” (Bledstein, 2002, p. 169: homem importante e dono de terra (Rt 2,1), parente próximo (Rt 2,20) e já vinculado a Rute. Porém, “Booz apenas executa as sugestões das duas viúvas (Rt 3,11)” (Mesters, 1985, p. 50). Sabe-se que o contexto sociocultural dificultava a atuação das mulheres no sistema jurídico, uma vez que este, geralmente era composto por homens livres, donos de terra (Souza, 2010, p. 72). Entretanto, Rashkow (2002, p. 47), fala

em um discurso poderoso de Rute que persuade Booz, ele que provavelmente era um dos anciãos da comunidade jurídica da cidade (Stanton, 2002, p. 31). Também Meyers argumenta que o contexto que produziu o livro de Rute, expressa um contexto social no qual as mulheres não eram fracas nem subservientes (Mayers, 2002, p. 116).

Considerações gerais

Ao situarmos o contexto de Judá no pós-exílio, apontamos a perspectiva apresentada pelo livro de Rute. No centro da narrativa estão as mulheres e suas ações. O resgate de leis de proteção social, a convivência amistosa entre as culturas diversas, a atuação das mulheres em coletivos e em diversos âmbitos são evidências disso. Esta proposta parece representar um modo de viver em que as leis assegurem proteção social, principalmente às pessoas empobrecidas, uma vez que algumas causas do empobrecimento estão na estrutura da mesma sociedade. Oferece práticas e relações mais colaborativas, as quais promovem a saída de uma situação de penúria para uma situação de dignidade. Pessoas e Comunidades convivem em meio à diversidade cultural, compartilhando valores humanos universais. Tra-

ta-se de comunidade em que as mulheres conhecem e vivenciam a Torá e se exercitam na compreensão e atualização de leis, para que continuem atendendo aos princípios originais para os quais foram instituídas. São comunidades em que as mulheres se organizam com outras mulheres e também com homens parceiros na luta por justiça, para garantir proteção legal para as mulheres viúvas ou não; para trabalharem juntas e juntos, promovendo a partilha do pão, dos saberes, da amizade e da vida. Assim, assumem o compromisso social de cuidado mútuo para que ninguém esteja em situação de fome e desamparo.

A tradição profética articulou as dimensões teológica e ética com a crítica das desigualdades nas relações de poder, trazia às claras os mecanismos da sociedade que exploram os grupos vulneráveis. A tradição profética apresenta Deus solidário e sensível ao clamor das pessoas empobrecidas. Esta tradição influenciou a criação de leis de cunho social. Dentro esses preceitos e legislações, há um fio condutor que diz respeito ao direito dos pobres. Dentro desta categoria, no antigo Israel, se encontra a viúva, o órfão e o estrangeiro, entre outros.

Das vivências de Rute e Noemi identificamos algumas habili-

dades que atribuímos a elas. São mulheres que partem da experiência, integrando reflexão e ação; seus conhecimentos se enriquecem na articulação com as experiências cotidianas. Desenvolvem habilidades que lhes permitem criar possibilidades e enfrentar situações adversas que pareciam sem saídas. Firmam compromisso de viver e fazer ensaios de relações de colaboração e partilha. Isto possibilitou às viúvas um caminho de aprendizado: perceberam que pessoas com as mesmas necessidades podem se unir na busca das soluções adequadas e experimentarem processos de deslocamento de uma situação de necessitadas para uma situação de empoderadas. Esse é um empoderamento inclusivo, que não abandona a pessoa que está mais fragilizada. E o resultado é o fortalecimento da própria vida e das demais pessoas e suas comunidades.

Rute e Noemi, de modo perspicaz, buscaram acionarem as leis de proteção social existentes e vigentes em seu povo, porém deixadas, propositalmente, no esquecimento. Por exemplo, a lei da respiga, do resgate e do casamento de levirato. Certamente houve uma corrente de atualização e reinterpretção que alargou a abrangência de aplicabilidade para garantir que tais disposi-

tivos continuassem a atender a finalidade para a qual foram instituídos: a proteção de viúvas, órfãos e estrangeiros.

Na estratégia do casamento de Rute e Booz, é importante destacar que as mulheres escolheram e conquistaram Booz. É Rute quem pede Booz em casamento. Há um poder de escolha nas mãos das mulheres, em uma sociedade permeada pelo patriarcalismo. O casamento de Rute e Booz produz um desdobramento que resulta em segurança econômica, social e jurídica também para Noemi. Este arranjo familiar é expressão do compromisso com a inclusão de pessoas. Ninguém fica desprotegido; todos têm a responsabilidade social de não deixar ninguém para trás.

Inspirador e potente é o conhecimento que estas viúvas demonstram possuir de seus direitos. Acionam o direito que assegura o cuidado com a vida das pessoas empobrecidas e estrangeiras (a lei da respiga); lutam para fazer cumprir leis de proteção às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Também lutam pela restituição da fonte de sustento familiar. São mulheres atuam na criação de estratégias para defender a vida, insistindo na superação da realidade de injustiça e morte.

Poderia esta narrativa encorajar e empoderar mulheres hoje?

Estamos comprometidas em fortalecer a vivência de relações colaborativas e também nos apropriarmos de conhecimentos sobre questões legais básicas que incidem sobre nossas vidas?

Referências

- BAL, Mieke. Heroísmo e nomes próprios, ou os frutos da analogia. In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute**: a partir de uma leitura de gênero. Tradução de Fátima Regina Durães Marques. São Paulo: Paulinas, 2002.
- BLEDSTEIN, Adrien J. Companheirismo feminino: e se o livro de Rute fosse escrito por uma mulher? In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute**: a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2002.
- BRENNER, Athalya. Introdução. In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute**: a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2002.
- CARLESSO, Jair. Rute: para onde fores, irei também (1,16). **Teopráxis**, Passo Fundo, v. 38, n. 130, p. 62-77, jan./jun. 2021.

- COMBLIN, José. A Bíblia e o compromisso social. **Estudos Bíblicos**, n. 95, p. 9-16, 2007.
- CORAZÓN, Maria Corazón. La afinidad: una investigación histórica, jurídica y religiosa. **Hispania Sacra**, LXIV 129, enero-junio, p. 97-139, 2012.
- CROCETTI, Giuseppe. **Josué, Juízes, Rute**. São Paulo: Paulinas, 1985
- CRÜSEMANN, Frank. **A Torá: teologia e história social da lei do Antigo Testamento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- DIJK-HEMMES, van Fokkelien. Rute: produto de uma cultura de mulheres? In: BRENNER, Athalya (Org.) **Rute: a partir de uma leitura de gênero**. São Paulo: Paulinas, 2002.
- FERREIRA, Cláudia Andréa Prata. O Livro de Rute: uma leitura sobre o discurso e as relações de poder. **Atualidade Teológica**, Rio. Rio de Janeiro, n. 45, p. 496-509, set./dez, 2013.
- FERREIRA, Joel Antonio ; MARQUES, M. S. . Rute: Como permitiram a sua presença na Bíblia?. **Interações - Cultura e Comunidade** (Online), v. 14, n. 25, p. 169-185, jan./jun. 2019. ISSN: 1809-8479 / 1983-2478. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313061013016>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- GITAY, Zefira. Rute e as mulheres de Belém. In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute: a partir de uma leitura de gênero**. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 239-250.
- GRUNWALDT, Klaus. **Olho por olho, dente por dente? O direito no Antigo Testamento**. São Paulo, Loyola, 2009.
- GUNNEWEG, Antonius H. J. **História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HIRATA, Alessandro. O levirato nas leis médio-assírias. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 110, n. jan./dez. 2015, p. 55-65, 2015.
- KESSLER, Rainer. **História do antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- LAGE, Jovanir. **A Triade Social e suas Implicações para a Teologia Bíblica Veterotestamentária: indícios de uma teologia marginal**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021. 161p.
- MARQUES, Mariosan de Sousa; SILVA, Rosemary F. Neves . Direito e justiça na teologia do Proto-Isaías. **Revista Estudos Bíblicos**, v. 35, n. 139, p. 288-300, jul./set. 2018.

- MARTINS, Patricia Zaganin Rosa. Deus visitou o seu povo, dando-lhe pão: a luta pela sobrevivência no livro de Rute. **Revista Estudos Bíblicos**, v. 35, n. 137, p. 57-70, jan./mar. 2018.
- MESTERS, Carlos. **Rute**: uma história da Bíblia. São Paulo: Paulinas, 1985.
- MEYERS, Carol. De volta para casa: Rute 1,8 e a definição do livro de Rute. In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute**: a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 112-150.
- RASHKOW, Ilona. Rute: O discurso do poder e o poder do discurso. In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute**: a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 34-53.
- REIMER, Haroldo. **O Antigo Israel**: história, textos e representações. São Paulo: Editora UEG, 2017.
- RENDTORFF, Rolf. **Antigo Testamento**: uma introdução. Santo André, São Paulo: Academia Cristã, 2009
- RIBEIRO, Maria Lucinda Tomás. **Go'El e Casamento Levirato**. Instituto Bíblico Português, 1999.
- SCHERER, Cristina. A sororidade na vida e na Bíblia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, São Leopoldo, 2017. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST, v. 5, 2017. p. 112-127. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/853/548> em 10/05/2022. Acesso em: 10 maio 2022.
- SCHROER, Silvia. A caminho para uma reconstrução feminista da história de Israel. In: SCHOTTROFF, Luise; SCHROER, Silvia; WACKER, Marie-Theres. **Exegese feminista**: resultado de pesquisas bíblicas a partir da perspectiva de mulheres. Tradução de Monika Ottermann. São Leopoldo: Sinodal; EST; São Paulo: Aste, 2008.
- SCHWANTES, Milton. **Breve história de Israel**. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- STANTON, Elizabeth Cady. O livro de Rute. In: BRENNER, Athalya (Org.). **Rute**: a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 27-33.



SAFEGUARDING: RESSONÂNCIAS E PROPOSTAS A PARTIR DO WORKSHOP COM PE. HANS ZOLLNER, SJ

Equipe do Núcleo Lux Mundi¹

Em sua 27^a Assembleia Geral Eletiva (AGE), realizada entre 08 e 11 de julho de 2025, as Associadas da CRB aprovaram o horizonte e as prioridades para triênio 2025-2028. Distribuídas em 3 eixos, são 11 as prioridades² assumidas como anseio da vida religiosa consagrada no Brasil e como compromisso da nova Diretoria, eleita na mesma Assembleia.

Já no primeiro eixo – “Seguimento de Jesus Cristo” – encontra-se a prioridade número 2: “Promover uma cultura do cuidado que garanta espaços, relações

e processos seguros para evitar todas as formas de abuso”. É significativo que esse tema, ainda tão novo em muitos ambientes eclesiais, apareça já no topo das prioridades para este triênio da CRB. Ainda mais significativo é o fato de que apareça exatamente no eixo “Seguimento de Jesus Cristo”, sinalizando que representa não uma opção secundária ou facultativa, de ordem meramente administrativa ou jurídica, mas o centro mesmo de nossa vocação e do nosso segmento de Jesus. Dito de outro modo: ou somos uma VRC capaz do cuidado e da

¹ O Núcleo Lux Mundi é um projeto da CRB, em parceria com CNBB, fundado em 2020 e destinado à assessoria das entidades eclesiais para a instalação e manutenção de ambientes mais seguros, capazes de prevenir e tratar toda forma de abuso contra crianças, adolescentes e adultos vulneráveis. Para mais informações e contato, acesse: <https://nucleoluxmundi.crbnacional.org.br/>.

² Disponível em: <https://age.crbnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/07/horizontes-e-prioridades.pdf>.

proteção, disposta a tratar e prevenir todo tipo de abuso em nossos ambientes, ou perdemos algo da centralidade do seguimento de Jesus e das consequências de nossa consagração. Nesse sentido, a Assembleia sinaliza de maneira bastante contundente a relevância e a urgência do tema do cuidado e da proteção, prometendo que será um triênio de muito trabalho em torno desse tema.

Uma convicção como essa não chega à Assembleia sem suas razões. Há quase cinco anos, a CRB mantém no Núcleo Lux Mundi (NLM) uma frente de assessoria à VRC no Brasil, com objetivo de acompanhar processos de sensibilização, formação, elaboração de políticas e instalação de serviços de proteção. Mas foi a primeira vez, em junho deste ano, que o NLM e a CRB promoveram um grande encontro nacional para tratativa do tema, destinado à VRC, sobretudo a superiores/as maiores das mais de 400 instituições associadas à CRB. Foram dois eventos, ambos assessorados por Pe. Hans Zollner, SJ.³ Um vir-

tual, que teve mais de 550 conexões simultâneas e os outros dois dias presenciais com aproximadamente 300 pessoas.

No dia 25 de junho, foi realizada em modalidade virtual a conferência “Safeguarding⁴: estruturas e processos para a formação integral e para a promoção de espaços seguros na Igreja Católica”⁵. Nos dias 26 e 27 de junho, no Teatro Bor, na cidade de São Paulo aconteceu o “Workshop Vida Religiosa Consagrada: Caminhos para Proteção e Prevenção de Abusos”⁶. Na última sessão de trabalhos, como tentativa de capitular sinteticamente as principais contribuições desse workshop, foram enumerados sete compromissos, que talvez nos sirvam como referências para interpretar a *Prioridade 2* aprovada na 27^a AGE, ao longo do próximo triênio.

Sim às Políticas e Serviços de Proteção: *tomar como compromisso prioritário, em cada entidade eclesial (província, congregação, cada qual com suas obras apostólicas etc.), a elaboração das*

³ Ele é um dos maiores especialistas do mundo, com grande experiência sobre a incidência desse tema em ambientes eclesiais; atuou na Pontifícia Comissão *pro Tutela Minorum* por quase dez anos, desde sua fundação, em 2014. É professor da Universidade Gregoriana e Diretor do Instituto de Antropologia: Estudos Interdisciplinares sobre a Dignidade Humana e o Cuidado (IADC). O IADC contribui com inegável autoridade acadêmica para a discussão do tema, dentro e fora da Igreja.

⁴ Mais adiante, discutiremos o significado desse conceito.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JaFofpvduL4>.

⁶ O material audiovisual do workshop ainda está em fase de tratamento e edição. Em breve, o Núcleo Lux Mundi e a CRB pretendem disponibilizá-lo. E isso será comunicado nos canais oficiais do Núcleo e da Conferência.

Políticas de Proteção e a instalação dos Serviços de Proteção.

A obrigatoriedade desses instrumentos e estruturas já está vigente desde a publicação de *Vos Estis Lux Mundi* (2019|2023)⁷, embora siga impunemente ignorada por um sem-número de congregações, dioceses e até por conferências episcopais.⁸ O processo de elaboração de uma Política de Proteção é uma boa oportunidade para sensibilização dos membros institucionalizados (clero e religiosos/as) e das comunidades eclesiais para o tema dos abusos e da proteção. Uma boa Política de Proteção, mais do que impor protocolos de intervenção nos casos em que o abuso já aconteceu, pode ser um instrumento precioso de formação⁹, prevenção e cuidado de toda a comunidade. Um Serviço de Proteção eficiente, além de acolher as notificações e acompanhar as vítimas, nos termos e nos limites previstos em *Vos Estis Lux Mundi* – o que já é um serviço raro e urgente –, deve funcionar como ator institucional a serviço da tomada de consciência eclesial

do tema e da prevenção contra todas as formas de abuso. Elaborar boas Políticas de Proteção e instalar Serviços de Proteção eficientes é obrigação legal; mas, antes disso, é expressão do nosso compromisso evangélico com a proteção.

2. Não à cultura do silêncio: *romper a cultura do silêncio, ampliando a reflexão e a capacidade de comunicar sem medo dentro de nossas comunidades.*

Modelos mentais e situações estruturais não se modificam com ações pontuais. Com outras palavras, esse é o apelo da “Carta ao Povo de Deus”, enviada pelo Papa Francisco a todos os fiéis, em agosto de 2018¹⁰. Na carta, o Papa afirma que há uma espiritual (por isso, genuína e verdadeira) solidariedade eclesial na dor das vítimas; razão pela qual deve haver também uma espiritual solidariedade no compromisso pela proteção. E esse apelo convoca toda a Igreja a mudanças necessárias. Ao transpor a discussão dos abusos da estreita esfera jurídica ao amplo horizonte eclesiológico, Francisco demonstrou que o abuso é um fenômeno estrutural, complexo e multifacetário dentro da Igreja.

⁷ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/20230325-motu-proprio-vos-estis-lux-mundi-aggiornato.html.

⁸ É significativo observar que em 2011, o Papa Bento XVI, pede a todas as conferências episcopais a produção de ações concretas para o impedimento de abusos em ambientes eclesiais.

⁹ Inicial e permanente

¹⁰ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2018/documents/papa-francesco_20180820_lettera-popolo-didio.html.

Um dos componentes constitutivos do fenômeno do abuso em ambientes eclesiais é a “cultura do silêncio”. Se não há diagnóstico, não há doença; ou, se ninguém fala a respeito, então não existe. Sempre haverá muitas razões para não se falar do abuso: a) medo das consequências jurídicas do tema, b) medo de represálias por parte dos que cometeram abuso ou, pior, dos superiores legítimos; c) medo de se comprometer e de se vincular pessoalmente com o tema; d) medo de ferir a legitimidade institucional das entidades eclesiais; e) medo da desmoralização das autoridades eclesiásticas; f) medo de não saber o que fazer com as vítimas e com os agressores... enfim. E, por tudo isso, a cultura do silêncio se torna o pano de fundo dos velhos mecanismos de negação institucional, do silenciamento coercitivo das vítimas e do encobrimento dos que perpetraram os abusos. Romper a cultura do silêncio, admitindo o fenômeno do abuso e assumindo suas consequências é fundamental para uma mudança de postura que se queira eficiente e duradoura. Falar a respeito, formar os membros das instituições, criar estruturas de participação e corresponsabilização, implementar mecanismos de transparência e prestação de contas são bons exemplos de como

ir, aos poucos, rompendo com a cultura do silêncio.

3. Sim à *Safeguarding*: *apropriar o conceito de salvaguarda¹¹ como princípio de vida, pessoal e comunitário, garantindo espaços seguros, processos seguros, relações seguras.*

É sempre bom lembrar: modelos mentais e situações estruturais não se modificam com ações pontuais. Admitir o abuso como fenômeno estrutural das instituições e estruturante das relações gera o compromisso de estabelecer procedimentos igualmente estruturais de cuidado e proteção. Em outras palavras, confessionários de vidro não resolvem o problema, quando o ministério

¹¹ *Safeguarding* = lit. salvaguarda. Neste momento, vivemos ainda um período de estabilização conceitual sobre esses temas. Por isso, não é raro encontrar certas confusões, imprecisões ou mesmo contradições nos limites e nas definições de “cuidado”, “proteção”, “prevenção”, “salvaguarda” etc. Durante o Workshop, Pe. Hans Zollner SJ utilizou recorrentemente o conceito de *Safeguarding*, definindo-o como um empenho institucional amplo, que tem por objetivo o estabelecimento de “ambientes seguros, processos seguros e relações seguras”. Não há consenso se essa definição de *Safeguarding* equivaleria exatamente ao termo “salvaguarda”, em português. Mas fica claro o objetivo: um empenho realmente eficiente, amplo e coordenado, que pensa a proteção de maneira integral, naquilo que alcança a segurança dos espaços (arquitetônicos; mas também digitais, por exemplo), dos processos (transparência e prestação de contas; procedimentos estáveis, isentos e transparentes, com ferramentas eficientes de participação e corresponsabilidade, por exemplo) e das relações – essas sim, o ponto central da *Safeguarding*.

se exerce ali de modo abusivo e predatório. Ou ainda: técnicas refinadas e altamente tecnológicas de monitoramento dos escritórios não implantam, por si só, ambientes seguros, se os procedimentos de gestão não são transparentes e as relações corporativas não são marcadas por uma cultura institucional do cuidado. Se o abuso é sutilmente difuso e naturalizado em espaços, processos e relações, então a proteção deve ser igualmente abrangente, articulada em esforços positivos para a criação de ambientes seguros, processos seguros e relações seguras. Esse foi o conceito que Pe. Hans Zollner ofereceu para *Safeguarding*.

A *Safeguarding*, em toda a sua amplitude e com o caráter de desafio que significa, é, antes de tudo, uma opção. E, como é próprio da VRC, é uma opção que sustenta em dois polos tensos: o pessoal e o comunitário. Culturas institucionais abusivas formam subjetividades adequadas a essa cultura; e posturas pessoais de descuido alimentam essa cultura institucional abusiva. Mas o contrário também é verdadeiro: culturas institucionais orientadas pela *Safeguarding* podem gerar processos formativos mais seguros, que por sua vez formam pessoas capazes do cuidado. Assim como posicionamentos pessoais orientados

a criar e defendes espaços seguros, processos seguros e relações seguras fecundam os ambientes institucionais, reforçando neles os traços de uma ética do cuidado. Por sua vez, ambientes institucionais mais seguros podem colaborar na gestação de subjetividades mais cuidadosas. Ou seja, a opção pela *Safeguarding* não é tarefa apenas de Superiores/as Maiores, de governos ou de membros dos Serviços de Proteção; mas é apelo e compromisso que nos toca a todos e a cada um/a – lá no centro de nossa opção pelo “Seguimentos de Jesus Cristo”, como bem nos lembrou a 27ª AGE. Além disso, na Teologia latino-americana produzida após o Vaticano II, toda reflexão se fundamenta na premissa da escolha preferencial pelos pobres/vulneráveis. Nesse sentido, a opção pela *Safeguarding* diz respeito também a um compromisso da VRC com o esse modo assumido de fazer Teologia e de ser Igreja.

4. Não ao abuso de poder: *aprofundar, na própria CRB e nas Congregações, o tema do Abuso de Poder como raiz de todos os abusos.*

Historicamente, o abuso foi tratado na Igreja como um “delito”, pura e simplesmente. E isso conferiu ao tema uma abordagem total ou predominantemente ju-

rídico-canônica, sem alcance suficiente a outros tantos aspectos da vida. Foi preciso esperar até 2018 para que, a partir da já citada Carta ao Povo de Deus, se operasse uma “virada copernicana” no tema. Ou melhor, uma “virada eclesiológica”: o abuso em ambientes eclesiais não é, em primeiro lugar, um tema do Direito, mas da Eclesiologia e de todos os tratados que lhe são afinados, como a Teologia dos Ministérios, a Teologia dos Votos Religiosos, a Teologia dos Sacramentos, a Teologia Pastoral etc. E, somente a partir disso, o tema chega também ao Direito Canônico.

Ao mesmo tempo, houve um alargamento do conceito de abuso. Até a Carta ao Povo de Deus, “abuso” era compreendido apenas como “abuso sexual”, sobretudo nas definições canônicas de “delito contra o sexto mandamento praticado contra crianças e adolescentes” e “solicitação em confissão”¹². A partir de 2018, não só a palavra “abuso” ganha cidadania eclesial nos textos do magistério, como

¹² Essas são as duas formas em que, classicamente, o Direito tratou o tema que hoje chamamos “abuso”. Desde *Crimen Sollicitationis* (1922/1962) até as novas *Normae* do Motu Proprio *Sacramentorum Sanctitatis Tutela* (2010), essas foram as duas figuras jurídicas aplicadas ao abuso sexual. Note-se que uma tipifica o abuso contra crianças e adolescentes, enquanto a outra, ao considerar a condição do penitente diante do confessor, delimita o que hoje chamaríamos um “adulto vulnerável”.

passa a compreender a emblemática tríade “abuso sexual, de consciência e de poder”. E, no desenvolvimento da Carta, Francisco reconhece que determinados elementos da vida eclesial – e do modo como as relações se estabelecem nesse ambiente – são o terreno fértil no qual o fenômeno do abuso não só é tolerado como também encontra permissão e até condições favoráveis de endosso e incentivo.

Segundo Zollner, durante o Workshop, “todo abuso em ambiente eclesial é, em primeiro lugar, um abuso de poder; somente depois se torna outro tipo de abuso, inclusive sexual”. Isso significa que na raiz de todo tipo de abuso eclesial (abuso sexual, abuso de consciência e manipulação, abuso espiritual, abuso financeiro e institucional etc.) podem ser encontrados dois elementos:

- 1) O primeiro é alguém que abusa de um lugar de poder, que lhe advém do ministério ordenado, da função ou do ofício eclesiásticos, do prestígio que lhe é prestado pela comunidade, da confiança inquebrantável que o lugar eclesial lhe confere.
- 2) segundo é o assentimento, sem questionamentos, que essa postura abusiva

encontra não só nas vítimas, mas, na maioria dos casos, do próprio ambiente eclesial, uma vez que o ato abusivo ou se encontra previsto e legitimado pela normativa oficial, ou é tergiversado em linguagem suficientemente “espiritual” e “justificável”¹³. Por tudo isso, reconhecer, combater e evitar o abuso de poder tem papel preventivo contra todos os outros tipos de abuso em ambientes eclesiais.

5. Sim ao enfrentamento dos abusos: *romper o ciclo estrutural de abusos, com coragem para enfrentar o tema em vez de simplesmente “transferir o problema”.*

¹³ Não faltam exemplos de posturas potencial ou deflagradamente abusivas previstas em constituições, estatutos de congregações, no próprio Código de Direito Canônico ou mesmo ilustrado como modelos de virtude nas hagiografias dos/as fundadores/as. Leia-se, por exemplo, o can. 601 do Código de Direito Canônico, quando descreve o papel dos Superiores/as diante do voto de obediência: “O conselho evangélico de obediência, assumido em espírito de fé e de amor no seguimento de Cristo obediente até a morte, obriga à **submissão da vontade aos legítimos Superiores, que fazem as vezes de Deus**, quando mandam segundo as próprias constituições” (grifo nosso). Ainda com a suposição de que os Superiores “mandem segundo as próprias constituições”, não é aceitável teologicamente e nem seguro do ponto de vista da *Safeguarding* admitir que alguém deva “submeter a outro sua vontade” porque esse outro “faz as vezes de Deus”.

Os casos emblemáticos de denúncias feitas nas últimas décadas pelo jornalismo investigativo¹⁴ revelaram um *modus operandi* muito problemático das autoridades eclesiais diante dos abusos, sobretudo sexuais: a) negação, b) apatia, c) encobrimento, d) silenciamento das vítimas por meio de ameaças ou acordos financeiros, e) obstrução da justiça civil, f) corporativismo institucional, g) transferência sistemática e impune de abusadores/as.

Não é possível afirmar, sem leviandade, que o fenômeno do abuso não só é velho conhecido das autoridades, como encontrou por parte delas um tratamento excessivamente tolerante, quando não leniente e cúmplice. Transferir clérigos e religiosos/as abusadores/as, sob os mais diversos mo-

¹⁴ Um exemplo muito significativo e que terminou por criar um “typos” dessas investigações jornalísticas foi o do jornal *The Boston Globe*, que publicou na coluna *Spotlight* (lit. “Holofote”), em 06 de janeiro de 2002, a denúncia contra os abusos sexuais de crianças e adolescentes praticados por clérigos e os esquemas sistemáticos de acobertamento desses abusadores pela Arquidiocese de Boston, nos Estados Unidos. O caso se transformou em filmes como “Our Fathers” (2005) e “Spotlight – Segredo Revelados” (2015). Apesar desse esforço, o Cardeal Bernard Law nunca foi penalizado pelos tribunais estadunidenses, porque foi acolhido por João Paulo II, em dezembro daquele ano, como Arcipreste da Basílica de Santa Maria Maior, em Roma. Nem Bento XVI e nem Francisco o removeram da função. Ele morreu em dezembro de 2017, em Roma, com todos os direitos cardinalícios. Nunca foi julgado pela Igreja.

tivos, inclusive promovendo-os a funções hierarquicamente superiores ou presenteando-os com estudos de pós-graduação em algum país estrangeiro, são práticas verificáveis em muitas instituições eclesiais¹⁵. O severo princípio de responsabilização penal imposto pelo *Motu Proprio* “Como uma Mãe Amorosa” (2016)¹⁶ a Bispos e Superiores Maiores que se recusam a tomar as medidas cabíveis em caso de notificação de abuso testifica essa prática institucional recorrente.

Dizem os antigos “o uso do cachimbo põe a boca torta”. De fato, nossa experiência no atendi-

to de dioceses e congregações religiosas nos permite afirmar que mesmo instituições muito bem aparatadas, às vezes com Políticas e Proteção elaboradas, Serviços de Proteção operantes e protagonismo em ações preventivas ou de defesa dos direitos da infância, ainda insistem – não raro – em agir “à moda antiga”, com técnicas sutis ou mesmo violentas de silenciamento e acobertamento.

No dizer das vítimas, documentado em diversos relatórios e recordado por Zollner, o primeiro pedido frequentemente é “que se reconheça a realidade dos abusos”, em vez da frequente postura de negação. E, em seguida “que se tomem as necessárias providências para que não volte a acontecer”, em vez das velhas apatias institucionais e da simples transferência dos/as abusadores/as a outros territórios ou ofícios. O enfrentamento dos abusos passa pela formação dos membros das instituições eclesiais. Passa também pela elaboração de Políticas de Proteção e instalação dos Serviços de Proteção. Mas um capítulo irrenunciável desse enfrentamento, decisivo em sua eficácia, passa pela postura de Bispos e Superiores/as Maiores, de quem se espera a coragem de tomar o tema a sério, conforme o Direito já fartamente orienta. Mais do que cumprir o papel institucional que lhes cabe, essa tomada de

¹⁵ **Amarante, A.** (2024). *Entre vós não seja assim – abuso de poder na vida consagrada* (1. ed., Pe. F. S. Bueno, Trad.). São Paulo: Paulus. 352 p. **Pontifícia Comissão de Proteção de Menores.** *Culture of healing. Developing a culturally sensitive approach to listening and responding to those who have been sexually abused in the Church.* Ed. LAS. Roma. 2022.

¹⁶ O texto estabelece que os Ordinários estão obrigados a tomar as medidas cabíveis, no caso de notificação de abuso, conforme já estabelecido nas *Normae de Sacramentorum Sanctitatis Tutela* (2001 | 2010). O texto deveria estar disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_lettera-ap_20160604_come-una-madre-amorevole.html. Infelizmente, já não estava traduzido a todas as línguas modernas de uso comum nas publicações vaticanas. E, já há muito tempo, o conteúdo foi removido do site oficial da Santa Sé. Por quê? No Brasil, o documento está publicado pelas Edições CNBB a preço módico (<https://www.edicoescnbb.com.br/carta-apostolica-em-forma-do-motu-proprio-como-uma-mae-amorosa-documentos-pontificios-27?srsId=AfmBOopUzTZIHISrg78kCLGIvctMTzh4UrFU6Aj53bIrzVBxezrHOKs6>), mas não está disponível online.

postura significa coerência evangélica e dela depende a legitimidade carismática da autoridade desses Ordinários.

6. Sim à formação permanente: *priorizar a Formação Permanente como condição de prevenção.*

Zollner recordou um dado curioso e incômodo dos diversos relatórios e informes elaborados a partir de casos denunciados, julgados e condenados, em diversas regiões do mundo. A idade média do abusador em ambientes eclesiais é bem mais alta que aquela verificada em outros ambientes, girando em torno dos 39 anos no primeiro episódio de abuso. As razões para isso são várias: a) término das etapas iniciais da formação religiosa e seminarística, conferindo ao indivíduo uma ação menos supervisionada; ausência de acompanhamento no exercício de suas funções; excesso de trabalho; b) primeiras frustrações no exercício ministerial ou profissional; c) acesso mais indiscriminado a recursos financeiros, carros etc.; d) descompasso entre a formação intelectual e espiritual, às vezes abandonada desde o Noviciado ou o Seminário.

Essa constatação é incômoda, pois obriga reconhecer que a maioria dos esforços formativos das instituições eclesiais se concentra na Formação Inicial. E,

não raro, diante dos abusos denunciados, se recomenda aos seminários e congregações que selecionem com mais cuidado seus/suas candidatos/as. Embora isso seja realmente necessário, assim como é crucial inserir o tema da *Safeguarding* em todas as etapas da Formação Inicial nos Seminários, é importante não se esquecer o papel decisivo do acompanhamento de clérigos e religiosos/as na Formação Permanente.

Zollner também recordou outro dado igualmente importante na delimitação da responsabilidade da Formação Permanente. Segundo ele, retirados os casos em que o/a agressor/a apresenta quadros patológicos, de alguma parafilia psicosssexual, como a pedofilia e outros tantos (casos que não chegariam a 10% dos abusos deflagrados nos ambientes eclesiais), o grande grupo majoritário de agressores/as se dividiria em dois “typos” principais: a) pessoas com traços predatoriamente narcisistas e b) outras com o próprio desenvolvimento afetivo-sexual muito incompleto, com vivências infantilizadas dos afetos. Em ambos os casos, é inegável a responsabilidade dos processos formativos à vida religiosa e ministerial, sobretudo em suas dimensões humana e espiritual, ao lado das dimensões intelectual e apostólica, tanto na Formação Inicial quanto

– talvez ainda mais – na Formação Permanente.

7. Sim ao papel da VRC: *Assumir com coragem a singularidade profética da VRC no tema da salvaguarda.*

A VRC não é “a vocação das vocações”. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* já nos ensinou que a vocação à santidade é um dom ofertado a toda a Igreja, não apenas à VRC. Mas o magistério pós-conciliar não economiza em reconhecer certas singularidades dessa vocação, conferindo-lhe papéis e carismas bastante claros, em cada tempo. Ao longo de sua história e ainda hoje, a Igreja viu nascer expressões de VRC que lhe surgiam como apelos de retorno ao Evangelho, ora soando como convite àquilo que mais lhe faltava, ora tolhendo-lhe os excessos daquilo que mais lhe sobrava. De modo que a diversidade dos carismas serve à Igreja como “fiel da balança”, com indicativos de por onde discernir os apelos que o Evangelho de Jesus lhe faz em cada tempo e em cada realidade.

O tema dos abusos e da *Safeguarding* toca o desafio de estabelecer espaços seguros, de constituir processos seguros e, por fim, de oferecer a possibilidade de relações seguras. Não como mera decisão administrativa, mas como resposta evangélica – por isso mesmo, carismática e profética –

aos desafios do nosso tempo. Assim nos lembrou a 27ª AGE, ao propor “uma cultura do cuidado que garanta espaços, relações e processos seguros para evitar todas as formas de abuso”, no eixo “Seguimento de Jesus Cristo”.

Assim, a despeito da inação que ainda se verifica em muitos segmentos eclesiais e recusando as velhas estratégias de silenciamento e de encobrimento que ainda fazem parte do modo como muitos exercem a autoridade na Igreja; resistindo à covardia dos velhos corporativismos institucionais e vencendo a tentação de fechar os olhos, “passando adiante pelo outro lado” (Lc 10,31-32), a VRC pode abraçar a *Safeguarding* como um desafio verdadeiramente vocacional, de cuja resposta depende a credibilidade de sua consagração e de sua missão. Talvez seja esse o papel singular que a VRC pode desempenhar na Igreja em face do tema dos abusos. Uma contribuição singular que, sobretudo neste momento, soa como “sinal do Reino e profecia” por parte daqueles homens e mulheres que, por vocação, desejam ser “sentinelas de esperança em tempos de travessia”¹⁷.

¹⁷ “Vida Religiosa Consagrada: sinal do Reino e profecia, sentinela de esperança em tempos de travessia”, como bem formulavam o tema e o hino da 27ª AGE.

II ENCONTRO NACIONAL “BEM-VIVER PARA BEM ENVELHECER SÃO GONÇALO, RJ – 11 A 18 DE MAIO DE 2025

CARTA À VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA DO BRASIL

Nós, Irmãs e Irmãos participantes do Segundo Encontro Nacional Bem-Viver para Bem Envelhecer, nestes dias vivenciamos um tempo de aprendizagens significativas que compartilhamos com a Vida Religiosa Consagrada do Brasil.

Com a ajuda de nossos assessores e coordenação, tendo presente os desafios da realidade do envelhecimento na sociedade e nas nossas instituições, à luz das ciências humanas e da Palavra de Deus, refletimos que o *envelhecer* é um *kairós* que nos permite ressignificar com delicadeza e sabedoria o todo da vida. É um tempo sagrado para uma síntese agradecida da vida e missão que recebemos de Deus. O envelhecer é uma experiência singular que requer o respeito aos processos e ritmos próprios de cada pessoa.

O apóstolo Paulo nos convida a viver este tempo “com os mesmos sentimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo” (Fl 2,5). Com o coração em sintonia com Cristo, podemos viver a comunhão na corresponsabilidade, cuidando e respeitando não só o que é próprio, mas também o que é de cada um/a e de todos/as.

Aos idosos e idosas, recordamos que, com o passar dos anos, entramos num processo de declínio. Esta condição pode se configurar como uma oportunidade que Deus nos dá para fazer a experiência da *kenosis*, do esvaziamento e deixar transbordar o afeto.

Envelhecer é também amadurecer. É uma graça que nos permite resgatar a história de vida, acolhendo as memórias e fazendo delas solo fecundo onde Deus continua a revelar Sua presença que gera a alegria da plenitude.

Em algumas etapas, por razões diversas, percebemo-nos rígidas/os, agitadas/os, legalistas, exigentes e sem esperança. O Jubileu da Esperança é um convite a reescrever a nossa história a partir da mística do cuidado e da fraternidade, de uma espiritualidade libertadora, da Palavra rezada, uma teologia vivencial, a caminho da integração e da serenidade. Com o apóstolo Paulo, trilhamos o caminho da permanente conversão do espírito da lei e do mérito, para a experiência da Graça e da gratuidade.

Àqueles e àqueles que acolheram a missão de cuidar, podemos afirmar que o primeiro cuidado que devemos ter é conosco mesmos a fim de ter forças para assumir a missão com alegria. Cuidar é amar. Amor que se traduz em escuta, paciência e acolhida no cotidiano das necessidades dos nossos irmãos e irmãs. Alimentamos a esperança de caminhar somando forças para descobrir caminhos e administrar com leveza os conflitos e as tensões do dia a dia e, em meio a elas, harmonizar os processos do autocuidado e cuidado do outro.

No dia a dia de nossos espaços de cuidados, entendemos que é fundamental partir sempre da realidade das pessoas com quem convivemos e esforçarmo-nos para viver com serenidade e reforçar os laços comunitários integrando to-

das as dimensões da vida comunitária: oração, convivência, lazer, boas leituras, exercícios físicos, terapias ocupacionais, cuidados médicos, descanso, alimentação.

É preciso possibilitar o diálogo intergeracional. A complementariedade entre as pessoas nas diferentes etapas da vida é uma riqueza da qual não podemos abrir mão. Pessoa jovens, adultas e idosas, cada uma tem um modo próprio de ser que se fecunda no encontro com o outro. Viver a diversidade de pessoas na comunidade do Espírito, com o afeto e a compaixão que são expressões do amor trinitário de Deus (Fl 2, 1-2).

Não podemos deixar que as histórias de vida de cada um e de cada uma sejam esquecidas. Ajudar os irmãos e irmãs a manter viva a memória como fonte de resiliência e esperança.

Como Vida Religiosa Consagrada, somos convidados e convidadas a compreender que, nestes tempos em que a pessoa idosa é vista como descartável, cuidar do processo de envelhecimento, é um ato profético. É reafirmar o valor absoluto da vida mesmo quando ela parece não mais ser útil para a sociedade.

Preparando-nos para bem envelhecer, é necessário cultivar, ao longo de toda a vida, uma espiritualidade que nos convide a reconhecer, com gratidão, que cada

trajetória é única e carrega em si a beleza do chamado e da entrega. Que possamos, com serenidade, leveza e fé, acolher cada etapa da vida como um dom, permitindo que o Espírito Santo continue moldando todo o processo e torne nossos corações disponíveis para amar, servir e viver com profundidade nossa consagração.

Buscar a formação continuada, ao longo de cada etapa da vida, é expressão do cuidado que sustenta e anima a vocação.

O diálogo entre gerações fortalece os vínculos comunitários e nos enriquece com partilhas que geram vida nova. É importante acolher e aceitar na alegria as diferenças, harmonizar as relações e viver com serenidade mesmo em meio às possíveis turbulências do dia a dia.

Lembramos que devemos voltar as nossas raízes, sobretudo dos nossos fundadores/as e resgatar valores de uma vida doada na gratuidade e na intimidade com Deus. Que possamos sempre nos alegrar no Senhor que cuida de cada uma de nós com Seu amor de pai e mãe.

Queremos dizer para cada religioso e religiosa que vale apenas assumir a missão do cuidado integral de nós mesmas e de nossos irmãos e irmãs de fraternidade.

Para os superiores e superiores, é imprescindível escutar os irmãos e irmãs que estão na fase de envelhecimento. A missão do cuidado precisa ser valorizada e priorizada. Que o acompanhamento atento e fraterno da equipe provincial seja sempre sinal da presença amorosa de Deus que caminha conosco.

É missão dos superiores e superiores, zelar para que em nossas instituições, o cuidado da saúde física, mental e espiritual, faça parte não apenas de um “plano de assistência”, mas de um “plano de existência” (Papa Francisco).

Para a **CRB Nacional**, sugerimos a criação de um Grupo de Estudos sobre a realidade dos religiosos idosos e a criação e acompanhamento de estruturas intercongregacionais de cuidados.

Concluindo, afirmamos que esse encontro despertou em nós a necessidade de não deixar que “a Graça de Deus seja em vão” (2Cor 6,1) e o desejo de colocarmos em prática a virtude da escuta, o olhar para o positivo e a compreensão de que a mudança nos sentimentos de cada um provocará a melhor convivência nas comunidades (Fl 2,5).

Nossa Gratidão à CRB Nacional e às nossas Congregações, que nos oportunizaram esta grande Graça.

Amélia de Assis Castro FMA
Ana Dulce Pereira CDP
Anatalia Pamplona da Cunha FDC
Caetana Luiza Heleno Gomes FC
Cleonice da Cruz Yoshizawa ISJ
Efigênia Fernandes de Oliveira OFMI
Élida das Trevas Farias ICM
Ester Santos de Souza IFM
Evanete Evangelista Coelho CDP
Fabiana Regina Garcia dos Santos
Mdi-PIME
Graciema Maria Schiochet SST
Ilda Brandalise ISJ
Ivani Rosalina Bovolenta MC
Ivonete Gardini CICAF
Izabel Pricila Bispo Gonçalves CINSO
Jonas Carvalho de Moraes SJ
Julia Maria Peccin DSJ
Laís Teresinha Sangirardi de Lacerda
RA
Leandra Evely Oliveira de Oliveira
CICAF
Leonilse Angela Zilli MC
Lúcia Piva CSC
Lucia Roza da Silva MC
Marciana Elena Schlosser ICM
Maria Aparecida do Rosário FC
Maria Cristina Gomes IFMNS
Maria da Conceição Coelho CDP
Maria da Cruz da Conceição da Silva FC
Maria das Graças de Freitas IFM
Maria de Fátima Maia INL
Maria de Fátima Santos ICM
Maria de Lourdes Lise CSA
Maria do Carmo Lopes IISNS
Maria Helena Oribka ICSA
Maria José Campanharo CP
Maria Salete de Oliveira, IFB
Maristela Correia Costa RA
Marta Francisca Lopes SST
Meiriane Coelho CDP
Mirian Evangelista das Graças IRFD
Noivar Brustolin PSDP
Paula Francinete Silva INL
Raimunda Alves de Souza ICM
Rita Tessaro ISJ
Rosa Lourdes Simonetti CSA
Roselane Gonçalves IFMMA
Rosilei Vieira mendes MC
Rosimar Maria de Carvalho IFMNS
Sandra Clemente dos Santos CINSO
Terezinha Alves Cardoso CSC
Terezinha Rodrigues de Lima CPF
Francisco Orofino – Assessor
Márcia Regina de Carvalho – Assessora
Vanildo Luiz Zugno OFM Cap - Formação
Continuada CRB Nacional
Zirlaide Barreto Mendonça CP
– Formação Continuada CRB Nacional

ORIENTAÇÕES PARA OS/AS COLABORADORES/AS

A revista: A Revista *Convergência* é uma publicação trimestral que aborda temas relacionados à Vida Religiosa Consagrada ou com reflexões que dizem respeito à missão desenvolvida pelos religiosos/as. Aceitam-se colaborações de religiosos, religiosas e de toda pessoa interessada na temática. Os artigos são publicados após consulta ao conselho editorial. Aceita-se também relatórios das Assembleias, Congressos, Encontros das Regionais, Nacionais e Internacionais, sempre em sintonia com os interesses da CRB Nacional.

Normas técnicas

Os textos devem ser enviados em formato .doc ou compatível, contendo entre 16 e 22 mil caracteres com espaços, fonte *Times New Roman*, corpo 12, entrelinhamento 1.5. Aceitam-se apenas textos originais.

As referências de citações no corpo do texto são indicadas pelo sistema **autor/data** (Silva, 2018, p. 23; Silva; Silva; Lima; Oliveira, 2019, p. 987; CNBB, Paróquia: co-

munidade de comunidades, 2000, p. 82). Para referências bíblicas e documentos eclesiais utiliza-se a abreviatura consolidada (Is 24, 13; Lc 11, 5; LG 89; RM 31; DAp 28).

Citações diretas com mais de três linhas devem ser apresentadas em parágrafo a parte, caixa 10, espaço simples e endentação de 3,5 cm. Citações diretas com menos de três linhas são mantidas no parágrafo e colocadas entre aspas.

Depois da Conclusão são propostas duas ou três questões que motivem os leitores a um diálogo comunitário sobre o texto.

No final do artigo é apresentada a relação de todas as fontes citadas no texto seguindo as normas abaixo indicadas.

Resenhas, informes, relatórios, mensagens e outros artigos breves com informações relacionadas à Vida Religiosa Consagrada ou de seu interesse também serão publicados seguindo parecer do Conselho Editorial.

Modelos de Referências:

Referências de livros:

SILVEIRA, João Antônio. **Felicidade infeliz**. São Paulo: Fronteira Sem Fim, 1977.

Capítulo de livro:

PEREIRA, João. Os frutos da desilusão. Em: ANDRADE, Plácido. **Pen-samentos e sentimentos**. São Paulo: Ser e Cantar, 2018. P. 28-67.

Referências de artigos de periódicos:

ZACHARIAS, Ronaldo. Virtualidade: um novo desafio à vida religiosa e sacerdotal. Em: **Convergência**, Ano LVII, n. 538, p. 73-86, 2002,

Referências em meios eletrônicos:

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Roma, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html Acesso em: 16 nov. 2022.

Ao enviar o arquivo, os links devem estar ativados.

Resumo: Contendo, no máximo, 250 palavras, deve apresentar o objeto, o método, os recursos e as principais conclusões do texto. É seguido pela apresentação de três a cinco palavras-chave.

Identificação do autor: Nome completo; Instituição religiosa a que pertença (quando for o caso); endereço eletrônico para contato. A submissão de originais implica que o autor/a ceda totalmente os direitos autorais para a CRB.

Cessão de direitos: Ao enviar um texto para publicação na Revista Convergência, o/a autor/a está ciente que, ao ser publicado o texto, os direitos sobre o mesmo passam a ser da Conferência dos Religiosos do Brasil.

E-mail para envio dos artigos: publicacoes@crbnacional.org.br

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
CONFERENZA DE LOS RELIGIOSOS DEL BRASIL
BRAZILIAN RELIGIOUS CONFERENCE
CONFERENZA RELIGIOSA BRASILIANA



ASSINATURA DA REVISTA CONVERGÊNCIA

Para assinaturas novas ou renovação, preencher o cupom e enviar para: convergencia@crbnacional.org
Pode também acessar o site e imprimir o boleto: www.crbnacional.org.br

Nome completo:

Congregação:

Endereço:

CEP (código postal):..... Cidade:..... UF:..... País:.....

Nova assinatura () Renovação ()

Telefone: () E-mail:

Forma de pagamento:

Efetivo () Depósito Bancário () Agência:.....C/C:

Valor da Assinatura:

Brasil: R\$ 145,00 América Latina e Caribe: U\$ 80 Europa: E 70 Outros países: U\$ 100

1. Brasil: O pagamento pode ser efetuado na sede da CRB Nacional ou nas regionais. Pode também efetuar o pagamento na conta da CRB: Banco do Brasil: Ag. 452-9-C/C: 306934-6 (enviar o comprovante por e-mail ou entrar em contato (61) 3226-5540).
2. América Latina e Caribe: O pagamento pode ser feito em cheque, em dólar no Banco do Brasil em nome da Conferência dos Religiosos do Brasil. Enviar o comprovante por e-mail (convergencia@crbnacional.org.br).
3. Outros países: pode ser feito em cheque, em dólar (para tanto se for em euro deve fazer a devida conversão para dólar). Enviar o comprovante para a CRB Nacional (convergencia@crbnacional.org.br).